



**ESTADO DO ACRE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO**

Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 1º e 2º andares - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060  
Telefone: - www.ac.gov.br

**EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 220/2026 - COMPRASGOV N.º 90220/2026**

O Estado do Acre, por intermédio da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, infra qualificada, torna público aos interessados que na data, horário, e condições abaixo indicados, fará realizar licitação na modalidade de **PREGÃO na forma ELETRÔNICA**, tudo de conformidade com Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, Lei Complementar nº. 123/2006, Lei nº. 8.078/90, Código de Defesa do Consumidor, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº. 14.133/2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Esta licitação foi regularmente autorizada pelo **Órgão Contratante** conforme consta no processo administrativo, sendo a Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, órgão da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Administração - SEAD, responsável pelos procedimentos licitatórios, designada como **Órgão Promotor** da licitação.

PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0014.004769.00245/2025-22
ÓRGÃO CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte - SEE
UASG:	927996
MODALIDADE:	PREGÃO
FORMA:	ELETRÔNICO
SRP:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	<input type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR ITEM <input checked="" type="checkbox"/> MENOR PREÇO POR LOTE <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR ITEM <input type="checkbox"/> MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE
MODO DE DISPUTA:	<input checked="" type="checkbox"/> ABERTO
VALOR DE CARÁTER SIGILOSO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO
VALOR ORÇADO:	<input checked="" type="checkbox"/> Valor Estimado <input type="checkbox"/> Valor Máximo Aceitável <input type="checkbox"/> Valor de Referência
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS (Observado o disposto no art. 4º § 1º da Lei 14.133/2021)	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO

INTERVALO MÍNIMO DE DIFERENÇA ENTRE OS LANCES (DISPUTA ABERTA):	VALOR [R\$ 0,01]
INVERSÃO DE FASES:	[ ] SIM [X] NÃO
PROVEDOR:	Sistema de Compras do Governo Federal (COMPRASGOV). <a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a>
DATA DA ABERTURA:	06/07/2026
HORÁRIO DE BRASÍLIA:	09h15min
PERÍODO DE RETIRADA:	17/06/2026 à DATA DE ABERTURA
ENDEREÇO ELETRÔNICO:	<a href="http://www.gov.br/compras/pt-br/">http://www.gov.br/compras/pt-br/</a> e/ou <a href="http://www.licitacao.ac.gov.br">http://www.licitacao.ac.gov.br</a>
PREGOEIRO(A):	Joelson Queiroz Souza Amorim
NOMEAÇÃO:	Portaria SEAD nº. 255 de 26 de Março de 2026, publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, ano LVII, Nº. 14.233 de 27 de Março de 2026.
Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.	

O Pregão será realizado pelo(a) Pregoeiro(a) a ser designado por esta secretaria, bem como os Servidores que irão compor a equipe de apoio. Na ausência ou impedimento do(a) Pregoeiro(a) ou equipe de apoio indicado neste item, poderão atuar outros servidores oficialmente capacitados e designados pela Administração.

## 1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para contratação de serviços técnicos de TI para sustentação e desenvolvimento de software, com remuneração baseada em valor fixo mensal e Hora de Serviço Técnico (HST) via catálogo. Em estrita conformidade com a Portaria SGD/MGI nº6.040/2025.

1.2. **Em caso de divergência existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I deste Edital prevalecerão às últimas.**

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

**Anexo I:** Termo de Referência

**Anexo II:** Minuta da ata de Registro de Preço

**Anexo III:** Minuta de Contrato

**Anexo IV:** Modelo de Proposta de Preços

## 2. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do **Anexo II** e condições previstas neste Edital.

2.2. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de (01) um ano contado da data da sua assinatura, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

2.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida na forma prevista no art. [341 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

## 3. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1. Qualquer pessoa poderá apresentar pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital de licitação, por meio eletrônico, no e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), ou excepcionalmente ou por escrito e entregue sob protocolo da Secretaria Adjunta de Compras, Licitações e Contratos - SELIC, localizada na Estrada do Aviário, 927 – Bairro Aviário - Rio Branco/Acre - CEP 69900-830, de segunda à sexta feira, no horário de 7h às 14h, **em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a**

## abertura da sessão pública.

3.2. O(A) Pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela fase preparatória.

3.3. A impugnação não possuirá efeito suspensivo, exceto em situações excepcionais devidamente motivadas pelo(a) Pregoeiro(a) nos autos do processo de licitação.

3.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas por meio de notificações no sistema COMPRASGOV <http://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <http://www.licitacao.ac.gov.br>, ficando todos os interessados obrigados a acessá-los para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.5. Acolhida a impugnação, será republicado o edital com as mesmas formalidades de sua publicação original e, conforme o caso, será definida nova data para a realização do certame, observando-se a regra do art. 145 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

## 4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

4.1. A participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

4.2. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO os interessados que:

4.2.1. Cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.2.2. Estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

4.2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.3. **Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação :**

4.3.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.3.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.3.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.8. tenham agente público integrante do órgão promotor e/ou do órgão solicitante da licitação, que participe da empresa na qualidade de sócio, dirigente ou responsável técnico, vedada também sua participação indireta;

4.3.8.1. A vedação de que trata o **item anterior** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4.3.9. estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado.**

- 4.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 4.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).
- 4.3.12. Conste a inscrição da empresa no [Sistema Integrado de Registro do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP](#). Sendo a inscrição impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 4.4. O impedimento de que trata o **item 4.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 4.3.2 e 4.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.6. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7. O disposto nos itens **4.3.2 e 4.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.8. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

## 5. DO CREDENCIAMENTO E DA REPRESENTAÇÃO

- 5.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.
- 5.2. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema eletrônico de compras implicará a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes à licitação.
- 5.3. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico de compras durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.4. Caberá ao licitante interessado em participar do processo licitatório na forma eletrônica observar o disposto no art. [148 do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## 6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 6.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 6.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, **conforme o critério de julgamento adotado neste Edital**, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 6.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.
- 6.4. **No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que :**
- 6.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório, conforme disposto no [art. 63 § 1º da Lei 14.133/2021](#).
- 6.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- 6.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);
- 6.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 6.5. O licitante organizado em cooperativa, **quando permitido a participação**, deverá declarar, ainda, em campo

próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

6.6. **O fornecedor enquadrado como microempresa e empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).**

6.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

6.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

6.7. A falsidade da declaração de que trata os **itens 6.4 ou 6.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

6.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

6.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

6.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

6.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

6.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima, conforme estabelece o [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#)

6.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

6.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

6.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto, conforme estabelece a [Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022 \(art. 19, § 1º\)](#).

6.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 6.11** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

6.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

6.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. **Valor unitário e total ou percentual de desconto conforme critério estabelecido no preâmbulo deste edital**, e demais informações exigidas no próprio campo do sistema.

7.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

7.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

7.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

7.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações, quando

participarem de licitações públicas.

7.7. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Projeto Básico/Termo de Referência.

7.8. A existência de elementos na proposta que permitam a identificação do licitante, antes da fase de lances, ensejarão a desclassificação da proposta inicial, conforme estabelece no [art. 151 § 4º do Decreto Estadual 11.363/2023](#).

## **8. DA SESSÃO PÚBLICA**

8.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <http://www.gov.br/compras/pt-br/>.

8.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

8.3. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.4. O(A) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando, quando houver, a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5.1. Na inversão de fases prevista no item anterior, serão observadas as seguintes disposições:

- I - apresentação simultânea pelos licitantes dos documentos de habilitação e das propostas, exceto os relativos à regularidade fiscal;
- II - análise dos documentos de habilitação de todos os licitantes;
- III - divulgação do resultado da habilitação;
- IV - disputa entre os licitantes habilitados;
- V - exigência e análise dos documentos relativos à regularidade fiscal apenas do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar;
- VI - divulgação do resultado do julgamento; e
- VII - previsão de duas etapas recursais, observando-se o disposto no [art. 241 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

8.6. Qualquer interessado poderá acompanhar o seu desenvolvimento em tempo real, por meio da internet.

## **9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E NEGOCIAÇÃO**

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

9.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do LOTE.

9.6. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, observando-se, quando houver, o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentua entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir o melhor lance.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser conforme intervalo disposto no preâmbulo do edital.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

9.11. Durante a fase de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente



inexequível.

9.12. Neste Pregão o **modo de disputa adotado é o "aberto"**, assim definido no [art. 155 do Decreto Estadual n.º 11.363, de 22 de novembro de 2023](#).

9.13. O envio de lances no pregão eletrônico o modo de **disputa "aberto"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.13.1.1. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13.1.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.13.2. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.13.2.1. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances.

9.13.2.2. Os lances iguais serão classificados conforme a ordem de apresentação.

9.13.3. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de classificação.

9.14. Não serão registrados lances iguais na etapa de disputa aberta e prevalecerá o que for registrado primeiro.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

9.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.16.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada após comunicação expressa no sistema, sempre que possível, no turno seguinte ou em outra data previamente comunicada aos participantes com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

9.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.18. Após apresentação da proposta e/ou lances não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

9.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática no sistema. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 219 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 nesta ordem:

9.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

9.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.20.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.20.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados

por:

- 9.21.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 9.21.2. empresas brasileiras;
- 9.21.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 9.21.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 9.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em sessão pública, para o qual todos os licitantes serão convocados.
- 9.23. O(A) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica no sistema.
- 9.23.1. Eventual exclusão de proposta do licitante na hipótese de que trata o item anterior implicará a retirada do licitante do certame.
- 9.24. Definido o resultado da disputa, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar o preço com o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar.
- 9.24.1. Ao licitante é assegurado o **prazo mínimo de 5 (cinco) minutos** para manifestação e/ou resposta, sob pena de desclassificação se extrapolar este limite de tempo, quando sua proposta estiver acima do estimado.
- 9.24.1.1. Caso o licitante manifeste o interesse em negociar, o(a) Pregoeiro(a) poderá conceder novo prazo para aceitação da contra proposta.
- 9.24.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou com o percentual abaixo do definido pela Administração.
- 9.24.3. A negociação será realizada, exclusivamente, por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 9.24.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 9.25. Antes da convocação para apresentar a proposta adequada ao último lance, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.25.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF;
- 9.25.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>); e
- 9.25.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 9.25.3.1. O registro sanção da empresa no SICAF ou CEIS ou CNEP será impeditiva apenas nos casos em que o efeito da sanção apontada no referido cadastro representar óbice à participação em licitações e contratações no Estado do Acre.
- 9.26. O(A) Pregoeiro(a) solicitará o envio da proposta de preços conforme condições mínimas previstas no **Modelo de Proposta de Preços constante do Anexo IV deste edital, no prazo mínimo de 2 (duas) horas**, adequada ao valor final ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, **sob pena de desclassificação**.
- 9.27. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).
- 9.28. Para o envio dos documentos, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.
- 9.28.1. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.
- 9.28.2. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.
- 9.29. Incumbirá o Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.



9.30. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA ACEITABILIDADE**

- 10.1. O julgamento das Propostas de Preços dar-se-á **conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo deste edital**, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital e seus anexos.
- 10.2. O(A) Pregoeiro(a) realizará a verificação da conformidade da proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto especificado e à compatibilidade do preço ou percentual de desconto, conforme critério de julgamento estabelecido no preâmbulo, em relação ao estimado pela contratação.
- 10.3. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**
- 10.4. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 10.4.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 10.5. **Será desclassificada a proposta que:**
- 10.5.1. Não atender às especificações técnicas previstas neste edital e seus anexos;
- 10.5.2. Permanecer, após a etapa de negociação, com preço acima do orçamento estimado para a contratação ou com o percentual abaixo ao estimado para a contratação;
- 10.5.3. Apresentar desconformidade insanável com quaisquer outras exigências do edital;
- 10.5.4. Apresentar preço manifestamente inexequível.
- 10.5.4.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.5.5. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 10.6. Considera-se indícios de inexequibilidade da proposta:
- 10.6.1. em serviços de engenharia, valores inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração Pública; e
- 10.6.2. no caso de fornecimentos e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 10.7. O(A) Pregoeiro(a) por meio de diligência, deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.
- 10.7.1. A inexequibilidade, só ficará comprovada quando, cumulativamente:
- 10.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 10.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.8. Em sede de diligência, somente será possível a aceitação de novos documentos quando:
- 10.8.1. necessários para complementar informações acerca dos documentos já apresentados pelo licitante e que se refiram a fato já existente à época da abertura do certame;
- 10.8.2. destinados à atualização de documentos vencidos após a data de recebimento das propostas.
- 10.9. O(A) Pregoeiro(a), por meio de diligência, poderá encaminhar o processo para o órgão ou entidade demandante para que se manifeste a respeito da exequibilidade da proposta.
- 10.10. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais conste da proposta renúncia expressa à parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.11. Quando o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) convocará os demais licitantes, na ordem de classificação, para negociação.
- 10.12. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 10.13. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **11. DA HABILITAÇÃO**

11.1. A habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e qualificação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril de 2018.

11.2. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante classificado em primeiro lugar.

11.3. As empresas licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Econômico-Financeira, Qualificação Técnica:

11.3.1. **Habilitação Jurídica**

a) Contrato social ou instrumento equivalente.

11.3.2. **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

a) Prova de regularidade com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei

c) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeitos Negativa da Dívida Ativa do Estado.

d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei; e

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, relativos a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

11.3.3. **Qualificação Econômico-Financeira**

a) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou Certidão Negativa de Ação Cível em que não conste ação de falência/recuperação judicial/concordata/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica, **EXCETO quando autorizada judicialmente ou quando estiver com plano de recuperação aprovado e homologado**

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações **contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais**, conforme estabelece o [Art. 69 da Lei 14.133/2021](#).

b.1) O último exercício social para o registro dos balanços nos órgãos competentes será aquele estabelecido no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, qual seja, 30 de abril do ano seguinte. Tal prazo, não se aplica as empresas que utilizam o Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, que será até o último dia útil do mês de maio do ano seguinte.

c) O licitante deverá comprovar através seu balanço do último exercício social, que possui patrimônio líquido igual ou superior a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, na forma da lei, de acordo com o [§4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021](#).

11.3.4. **Qualificação Técnica**

a) **Atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem ter o licitante fornecido satisfatoriamente os bens ou serviços pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação. Podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado.

b) Atestado/Declaração de Realização de Vistoria Técnica, emitido pela Administração; ou

c) Declaração de Dispensa de Vistoria, nos termos deste Termo de Referência.

d) **E demais exigências solicitadas no Termo de Referência - Anexo I - ITEM 21, do edital.**

11.4. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.5. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf e documentos complementares (quando for o acaso) serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a), **sob pena de inabilitação**.

11.5.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

11.5.2. Para tanto, o(a) Pregoeiro(a) fará uso da opção “**Convocar Anexo**”, selecionando na tela do Sistema, o fornecedor convocado. O Sistema encaminhará, via chat, mensagem de convocação disponibilizando-a a todos, inclusive para a sociedade. Nesse momento o fornecedor convocado poderá encaminhar arquivo anexo, por meio do link “Anexar”, disponível apenas para o fornecedor selecionado.

11.5.3. Confirmado o envio do anexo, o link “Anexar” do fornecedor passa a ter a função de “Consultar”. Na tela do(a) Pregoeiro(a), após a convocação, o Sistema informa na coluna “Anexo” o link “Convocado”, o qual, após o envio do anexo pelo

fornecedor, passa a disponibilizar o link “Consultar”.

11.5.4. Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, o licitante, excepcionalmente, poderá remeter pelo e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), dentro do prazo estabelecido.

11.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão.

11.7. Se o prazo de validade das certidões não estiver expresso, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias consecutivos, excluindo-se nesta contagem o dia da emissão/expedição (o primeiro dia na contagem do prazo é o seguinte à sua emissão).

11.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e das EPPs será exigida nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, ou de outro que vier a substituí-lo.

11.9. Na hipótese de haver alguma restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado **prazo de cinco dias úteis, prorrogável por igual período**, para a regularização da documentação, sob pena de inabilitação.

11.10. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras na licitação, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre.

11.10.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser estrangeiro, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou de aceitação ou retirada de instrumento equivalente, os documentos de que trata o item acima serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que vier a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

11.11. **O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar parecer do setor técnico do órgão demandante para orientar sua decisão.**

11.12. A documentação de habilitação poderá ser apresentada em versão original ou por cópia simples, por meio do sistema eletrônico.

11.13. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

11.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital de licitação.

11.15. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o(a) Pregoeiro(a) declarará o(s) licitante(s) habilitado(s) e vencedor(es) do(s) respectivo(s) item(ns) ou lote(s) do certame.

11.16. A indicação do vencedor, e demais informações relativas à sessão pública do Pregão constarão de ata divulgada no Sistema eletrônico, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

## **12. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO**

12.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação.

12.1.1. A diligência deverá ser registrada em ata acessível aos licitantes.

12.2. Será vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- I - complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado; e
- III - comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

12.3. Para os fins do disposto no inciso III do item acima, será admitida a juntada de certidão ou atestado não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que tenham data anterior à abertura do certame ou se refiram inequivocamente à condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

12.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração do licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ele firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

12.5. A realização de diligências não conferirá ao licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autorizará o(a) Pregoeiro(a) a fazer exigências novas não previstas no edital.

12.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

12.6.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado por igual período, antes do término do prazo originalmente previsto, mediante solicitação do licitante através do chat no sistema eletrônico ou através do e-mail: [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com), a critério do(a) Pregoeiro(a).

12.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso

prévio no sistema eletrônico, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.8. Quando todos os licitantes forem desclassificados ou inabilitados, a Administração Pública poderá fixar o prazo de até 08 (oito) dias úteis para a apresentação de novas propostas escoimadas das causas de desclassificação ou inabilitação.

### 13. DOS RECURSOS

13.1. Do julgamento das propostas e da decisão de habilitação ou inabilitação, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, **em campo próprio do sistema eletrônico, no prazo não inferior a 20 (vinte) minutos**, manifestar sua intenção de recorrer, **sob pena de preclusão**.

13.1.1. O prazo para manifestação concedida no subitem anterior será de no mínimo 10 (dez) minutos por fase (proposta e habilitação).

13.2. A apresentação das razões recursais deverá ser feita no prazo de **03 (três) dias úteis contados do dia útil subsequente, inclusive, à data de manifestação da intenção de recorrer**, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do dia útil subsequente, inclusive, ao término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata das razões.

13.3. A apreciação se dará em fase única; e

13.4. Os efeitos do ato ou da decisão recorrida ficarão suspensos até a decisão final da autoridade competente.

13.5. Quando houver a inversão de fases de que trata o art. 141 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023, a fase recursal ocorrerá em duas etapas, observando-se as seguintes disposições específicas, sem prejuízo das regras gerais previstas no caput:

13.5.1. intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, conforme o caso; e

13.5.2. a apreciação dar-se-á em duas fases, após a fase de habilitação e após a fase de julgamento, a partir da declaração do licitante vencedor, conforme o caso.

13.6. O recurso será dirigido ao(a) Pregoeiro(a), que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, encaminhará o recurso, com a sua motivação, à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento do processo.

13.7. A decisão do recurso deverá ser divulgada no sistema eletrônico.

13.8. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.9. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

### 14. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior do órgão ou entidade demandante, que poderá:

14.1.1. determinar o retorno do processo para saneamento de eventuais irregularidades;

14.1.2. revogar a licitação por motivo superveniente de conveniência e oportunidade;

14.1.3. anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que verificada ilegalidade insanável; e

14.1.4. adjudicar o objeto, no caso de recurso sem o juízo de retratação, e homologar a licitação.

### 15. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO E DO CADASTRO DE RESERVA

15.1. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

15.1.1. Serão registrados na ata de registro de preços os preços e os quantitativos do adjudicatário, observando-se o disposto no inciso V do caput do art. 319 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.1.2. Será incluído na ata de registro de preços, na forma de anexo, o registro:

a) dos licitantes ou dos fornecedores que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observando-se a classificação na licitação; e

b) dos licitantes ou fornecedores que mantiverem sua proposta original.

15.1.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata de registro de preços.

15.2. O registro de que trata o item 15.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata de registro de preços.

15.3. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores de que trata a alínea “a” do item 15.1.2,

antecederão aqueles de que trata a alínea “b” do referido item.

15.4. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva de que tratam o item 15.1.2 e o item 15.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

15.4.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

15.4.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 331 e art. 332 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

15.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

15.6.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

15.6.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

#### **16. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES**

16.1. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, inclusive empresas estatais que não figurem no rol de órgãos e entidades participantes, mediante anuência expressa do órgão ou entidade gerenciadora e da detentora, atendidos os limites do art. 336 e as demais condições previstas no Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023.

#### **17. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO**

17.1. Não se aplica.

#### **18. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**

18.1. Não se aplica.

#### **19. DA SUBCONTRATAÇÃO**

19.1. Não será permitido a subcontratação, conforme está disposto no Termo de Referência - Anexo I do Edital.

#### **20. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES PARA A ENTREGA DO OBJETO**

20.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

#### **21. DAS FORMAS, CONDIÇÕES, PRAZOS DE PAGAMENTO, E CRITÉRIO DE REAJUSTAMENTO DO PREÇO**

21.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

#### **22. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

22.1. Haverá garantia de execução contratual, conforme disposto no Anexo I deste Edital

#### **23. DO TERMO DE CONTRATO**

23.1. Será conforme disposto no Anexo I deste Edital.

#### **24. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

24.1. Será conforme disposto no Anexo I e/ou Anexo III deste Edital.

#### **25. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**



25.1. Será conforme os termos constantes do Anexo I deste Edital.

## **26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

26.1. As licitantes estarão sujeitas às sanções administrativas previstas nos [arts. 155 à 163 da Lei n.º 14.133/2021](#), e às demais cominações legais, resguardado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

26.2. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas através do endereço eletrônico (e-mail) indicado em sua proposta.

26.3. Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.

## **27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

27.1. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/21, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

27.3. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo o órgão demandante, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o [art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021](#).

27.4. A autoridade superior do órgão ou entidade demandante poderá revogar o processo licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular o processo licitatório por ilegalidade insanável, por meio de ato escrito e fundamentado, conforme estabelece no [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.5. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da revogação ou da anulação do processo licitatório, conforme dispõe o [Art. 250 do Decreto Estadual nº. 11.363 de 22/11/2023](#).

27.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo órgão demandante.

27.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

27.8. Todas as referências de tempo estabelecidas no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília - Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre e na documentação relativa ao certame.

27.9. Eventuais modificações no edital de licitação implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não comprometer a formulação das propostas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

27.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

27.11. Será facultado ao(a) Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação, da proposta, ou complementar a instrução do processo.

27.12. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações, declarações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

27.13. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da Licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação, conforme dispõe o [art. 12 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.14. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições previstas no [art. 183 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

27.15. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos sites <http://www.gov.br/compras/pt-br/>, <http://www.licitacao.ac.gov.br>, e ainda no Portal de Licitações do Tribunal de Contas do Estado do Acre - LICON.

27.16. O resultado desta licitação poderá ser consultado nos sites <http://www.gov.br/compras/pt-br/> e/ou <http://www.licitacao.ac.gov.br>.

27.17. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone (68) 3215-4600 ou através de e-mail [selic.protocolo@gmail.com](mailto:selic.protocolo@gmail.com).

27.18. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o do foro da

Elaborado por:

**Isabella Maria Prado Nogueira**  
Divisão de Conformidade e Elaboração de Editais- DIVCON



Documento assinado eletronicamente por **ISABELLA MARIA PRADO NOGUEIRA, Assistente Administrativo**, em 16/06/2026, às 11:02, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021350692** e o código CRC **7F98A744**.

## ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 216/2026/SEE - DELIC

Processo nº 0014.004769.00245/2025-22

#### 1. INFORMAÇÕES PRIMÁRIAS SOBRE A DESPESA

- 1.1. Órgão Solicitante: Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE
- 1.2. Número da Unidade Orçamentária: 717.001 e 717.601
- 1.3. Programa de Trabalho: 1040.0000 e 1096.0000
- 1.4. Elemento de despesa: 33.90.40.00
- 1.5. Fontes de Recursos: 1.500.1001; 1.540.0300 e 2.570.0200
- 1.6. Orçamento: sigiloso, em conformidade com o art. 24 da Lei nº 14.133/2021.

#### 2. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

- 2.1. Modalidade: Pregão;
- 2.2. Forma: Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preço;
- 2.3. Critério de Julgamento: Menor Preço Global.
- 2.4. Modo de Disputa: Aberto

#### 3. DESCRIÇÃO DE CATEGORIA DE INVESTIMENTO

- ( ) Capacitação
- ( ) Material de Apoio Pedagógico
- ( ) Equipamento de TI
- ( ) Consultoria/Auditoria/Assessoria
- (X) Despesa de Custeio
- ( ) Bens de Consumo
- ( ) Material Permanente

#### 4. OBJETO

- 4.1. Registro de preços para futura e eventual contratação de serviços técnicos de TI para sustentação e desenvolvimento de software, com remuneração baseada em valor fixo mensal e Hora de Serviço Técnico (HST) via catálogo. Em estrita conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025.

ITENS	ITENS DE SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE MÁXIMA REGISTRADA
1	Serviços de Desenvolvimento e Evolução de Software (Catálogo de Serviços)	HST (Hora de Serviço Técnico)	110.000
2	Serviços Especializados em Sustentação de Sistemas (Valor Fixo Mensal)	Número de Profissionais por Unidade Mensal (Faixa Máxima)	10

- 4.2. A solução visa a inovação e modernização da Plataforma ATENA, sistemas legados e integrações de gestão educacional e administrativa da SEE/AC, em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025.

- 4.3. Os serviços de sustentação e desenvolvimento de software possuem natureza comum e intelectual, sendo executados com base em metodologias ágeis e em práticas amplamente consolidadas no mercado de Tecnologia da Informação. Por essa razão, enquadram-se como serviços comuns, uma vez que seus processos, técnicas, ferramentas e resultados esperados podem ser definidos objetivamente pela Administração Pública.

- 4.4. O modelo de contratação combina remuneração fixa mensal para os serviços continuados de sustentação e manutenção dos sistemas com a utilização de Hora de Serviço Técnico (HST) para atendimento de demandas evolutivas, novas funcionalidades e ajustes que extrapolem o escopo da sustentação ordinária. Essa estrutura busca assegurar previsibilidade de custos, continuidade operacional e flexibilidade para absorver demandas variáveis. Dessa forma, a contratada possui autonomia para organizar seus recursos técnicos e especialistas, desde que cumpra os níveis mínimos de serviço, os prazos e as metas de produtividade estabelecidos contratualmente.

- 4.5. Nesse contexto, a aferição da execução contratual está vinculada ao desempenho, à qualidade das entregas e ao cumprimento dos Acordos de Nível de Serviço, garantindo a disponibilidade, estabilidade e evolução do sistema, em conformidade com as diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025 e com o entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União sobre contratações de serviços de TIC orientadas a resultados.

- 4.6. O consumo do Item 1 (HST) ocorrerá sob demanda, conforme as ordens de serviço emitidas e o catálogo de serviços anexo, enquanto o Item 2 (Sustentação) será remunerado mensalmente de forma fixa, observados os índices de Nível de Serviço (SLA) estabelecidos neste instrumento.
- 4.7. A contratada deverá observar obrigatoriamente o ambiente tecnológico descrito no ETP (tabela 2.7.2), incluindo linguagens (Python/Django, Golang/Chi-Gin), bancos (PostgreSQL, MySQL), frontend (React Vite, HTML/CSS/JS), containers (Docker) e demais tecnologias constantes neste TR, garantindo proficiência comprovada dos profissionais alocados.
- 4.8. O critério de julgamento por menor preço global justifica-se pela natureza integrada da solução contratada, composta por serviços de sustentação contínua e serviços de desenvolvimento sob demanda, cuja execução conjunta é necessária para assegurar a continuidade operacional e a evolução tecnológica dos sistemas da SEE/AC.
- 4.8.1. O critério de julgamento por menor preço global considera a estimativa de consumo anual de Horas de Serviço Técnico (HST) associada ao valor mensal da sustentação, permitindo a comparação objetiva entre propostas, sem prejuízo de que a execução financeira observe a demanda real, nos termos do Sistema de Registro de Preços.
- 4.8.2. A adoção do critério global visa evitar a fragmentação da solução, garantir a compatibilidade entre os componentes contratados e impedir distorções na formação de preços entre parcelas fixas e variáveis, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- 4.9. A adoção de quantitativo superior ao consumo inicialmente estimado no presente Registro de Preços encontra respaldo na natureza estratégica, contínua e dinâmica dos serviços técnicos de Tecnologia da Informação voltados à sustentação, evolução e desenvolvimento da Plataforma ATENA, sistemas legados e integrações da Secretaria de Estado de Educação do Acre – SEE/AC.
- 4.10. Os serviços pretendidos possuem elevada variabilidade de demanda, sobretudo em razão da constante necessidade de adequações normativas, evoluções tecnológicas, correções adaptativas, integrações sistêmicas, ampliação de funcionalidades, atendimento a requisitos de segurança da informação, interoperabilidade entre sistemas e suporte às políticas públicas educacionais implementadas ao longo da vigência contratual.
- 4.11. Nesse contexto, a Administração não detém plena previsibilidade acerca do volume exato de Horas de Serviço Técnico (HST) que será efetivamente demandado durante a execução da ata, especialmente porque a solução contempla:
- 4.11.1. Sustentação continuada de sistemas críticos;
- 4.11.2. Manutenção corretiva, adaptativa, evolutiva e perfectiva;
- 4.11.3. Desenvolvimento de novas funcionalidades;
- 4.11.4. Integrações com plataformas externas e bases governamentais;
- 4.11.5. Atendimento a demandas supervenientes da área educacional e administrativa;
- 4.11.6. Adequações decorrentes de alterações legais, regulatórias e tecnológicas;
- 4.11.7. Modernização e inovação digital em ambiente de transformação contínua.
- 4.12. Assim, o quantitativo registrado deve observar margem operacional suficiente para absorver oscilações de demanda, sem comprometer a continuidade dos serviços públicos essenciais nem exigir a instauração frequente de novos procedimentos licitatórios, o que poderia acarretar descontinuidade operacional, aumento de custos administrativos e riscos à governança tecnológica da SEE/AC.
- 4.13. Importa destacar que o Sistema de Registro de Preços possui justamente a finalidade de conferir flexibilidade contratual à Administração Pública diante de demandas futuras e incertas, conforme previsão da Lei nº 14.133/2021, sendo juridicamente admissível o registro de quantitativos superiores ao consumo histórico, desde que devidamente motivados por critérios técnicos, operacionais e de planejamento.
- 4.14. Além disso, a própria natureza dos serviços de TI exige capacidade de resposta rápida a eventos imprevisíveis, tais como incidentes críticos, falhas sistêmicas, expansão de usuários, implementação de novos módulos, mudanças em políticas públicas educacionais, integrações emergenciais, exigências de órgãos de controle e evolução dos requisitos de segurança cibernética.
- 4.15. A definição de quantitativo ampliado também se mostra aderente às diretrizes da Secretaria de Governo Digital constantes da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025, especialmente quanto à necessidade de planejamento da capacidade operacional, gestão de riscos, continuidade dos serviços de TIC e sustentação adequada dos ambientes tecnológicos institucionais.
- 4.16. Ressalte-se, ainda, que o registro de quantitativo maior não obriga a Administração à contratação integral dos itens registrados, constituindo mera expectativa de contratação, condicionada à efetiva necessidade, disponibilidade orçamentária e interesse público superveniente, observados os limites legais e contratuais.
- 4.17. Dessa forma, o quantitativo estimado foi concebido como reserva técnica operacional necessária para assegurar eficiência administrativa, continuidade dos serviços, economicidade, governança digital e capacidade de atendimento tempestivo às demandas estratégicas da SEE/AC, evitando paralisações, fragmentação contratual e riscos à prestação dos serviços públicos educacionais suportados pela infraestrutura tecnológica institucional.
- 4.18.

## **5. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA**

5.1. O presente Termo de Referência consolida, detalha e operacionaliza as diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, especificando o prazo de vigência, o regime presencial para a equipe fixa de sustentação, o dimensionamento inicial na Faixa 1 (com 2 profissionais) e os respectivos mecanismos de escalonamento, em estrita consonância com o planejamento e a busca por economicidade e mitigação de riscos operacionais determinados no referido estudo. As especificações constantes no Termo de Referência (TR) prevalecem sobre as informações apresentadas no Estudo Técnico Preliminar (ETP), especialmente quanto à definição do objeto, requisitos técnicos, inexistência do cálculo de horas, condições de execução, critérios de aceitação e demais parâmetros necessários à contratação. Assim, em caso de divergência entre os documentos, devem ser observadas as disposições previstas neste TR.

5.2. Fundamentação legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 11.363/2023, Instrução Normativa CGE nº 001/2024, e demais normas correlatas.

5.3. Normas e guias de referência: Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025, Portaria MEC nº 832/2025, Roteiro de Métricas de Software do SISP, Mapa de Pesquisa Salarial da portaria.

5.4. Atendimento ao art. 94 do Decreto Estadual nº 11.363/2023

5.5. O presente Termo de Referência e seus anexos atendem integralmente aos requisitos previstos no art. 94 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, conforme detalhamento a seguir:

5.5.1. **Inciso III** – Descrição do objeto, especificações técnicas e requisitos de TIC: Atendido por meio de:

5.5.1.1. Descrição detalhada do objeto (seção 4 e 8);

5.5.1.2. Definição clara do modelo híbrido de prestação de serviços (sustentação fixa mensal × desenvolvimento por HST);

5.5.1.3. Especificação completa do ambiente tecnológico obrigatório (Python/Django, Golang/Chi-Gin, React Vite, PostgreSQL, MySQL e Docker), constante do ETP e referenciado no item 4.4;

5.5.1.4. Catálogo de Serviços Técnicos;

5.5.1.5. Matriz de Complexidade e Enquadramento Sustentação × Desenvolvimento;

5.5.1.6. Requisitos de interoperabilidade, conformidade com CMDEB (Portaria MEC nº 832/2025) e padrões de governança de TIC (seções 8.3 e 8.4);

5.5.1.7. Prova de Conceito – PoC;

5.5.1.8. Requisitos de segurança da informação, proteção de dados e boas práticas de engenharia de software.

5.5.2. **Inciso XXVIII** – Subcontratação, qualificação técnico-profissional, SLAs, mensuração e governança: Atendido por meio de:

5.5.2.1. Vedação expressa à subcontratação (item 9.6);

5.5.2.2. Exigências de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional (seção 21);

5.5.2.3. Níveis de Serviço (SLAs ou NMRs), indicadores de desempenho e Tabela de Glosas e Sanções (seção 9.2);

5.5.2.4. Matriz de enquadramento e Catálogo de Serviços para mensuração objetiva;

5.5.2.5. Regras de governança ágil, segregação de funções, Product Owner pela Administração e ferramenta de gestão de demandas (seção 10);

5.5.2.6. Cláusula de transição contratual e transferência de conhecimento (conforme seção 46 deste TR).

5.5.3. **Inciso XXVIII, alínea “a” – Glossário de Termos Específicos de TIC**

5.5.3.1. Para fins de clareza, uniformidade conceitual e melhor compreensão do objeto da contratação, o presente Termo de Referência adota o seguinte glossário de termos técnicos específicos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC):

Termo	Definição
<b>HST (Hora de Serviço Técnico)</b>	Unidade de medida de esforço utilizada para mensuração e remuneração dos serviços de desenvolvimento, evolução e integração. Corresponde a uma hora de trabalho efetivo de um profissional alocado, conforme perfis definidos no Catálogo de Serviços e aplicação do Fator de Complexidade por Perfil (FCP).
<b>FCP (Fator de Complexidade por Perfil)</b>	Multiplicador aplicado ao valor da HST de referência (Desenvolvedor Pleno – DESENV-02) para calcular o valor da hora de perfis com maior ou menor complexidade/senioridade.
<b>HET (Horas Estimadas de Trabalho)</b>	Estimativa máxima de esforço (em horas) para execução de cada serviço constante do Catálogo de Serviços, utilizada para planejamento, priorização de backlog e emissão de Ordens de Serviço.
<b>Sustentação de Sistemas</b>	Conjunto de atividades contínuas de manutenção corretiva, adaptativa, perfectiva e evolutiva de pequeno porte, destinadas a garantir a estabilidade, disponibilidade, desempenho e segurança dos sistemas em produção, remuneradas por valor fixo mensal vinculado ao cumprimento de SLAs.



<b>Termo</b>	<b>Definição</b>
<b>Desenvolvimento / Evolução</b>	Atividades de criação, alteração significativa ou implementação de novas funcionalidades, módulos, integrações ou melhorias estruturais, mensuradas e remuneradas por HST via Catálogo de Serviços.
<b>Matriz de Complexidade e Enquadramento</b>	Instrumento objetivo (Anexo 0019620561) utilizado para classificar demandas como Sustentação (fixo) ou Desenvolvimento (HST), com base em critérios de impacto estrutural, nova regra de negócio, esforço estimado etc.
<b>SLAs (Níveis de Serviço)</b>	Compromissos quantitativos de desempenho (Disponibilidade, TMRC, TRP, IAP, IQC etc.) que condicionam o pagamento do componente de sustentação.
<b>Glosa</b>	Desconto financeiro proporcional aplicado sobre o valor mensal fixo de sustentação em caso de descumprimento de SLAs ou indicadores, conforme fórmulas e limites definidos no Anexo 0019620562.
<b>Catálogo de Serviços</b>	Documento (Anexo 0019620564) que lista todos os serviços técnicos remuneráveis por HST, com descrição, escopo, perfis aplicáveis, HETs, indicadores mínimos e entregáveis.
<b>Product Owner (PO)</b>	Papel exercido exclusivamente por servidor da SEE/AC responsável por priorizar o backlog, definir requisitos, validar entregas e tomar decisões sobre o escopo do produto.
<b>Backlog</b>	Lista priorizada de todas as demandas (funcionalidades, melhorias, correções e épicos) a serem trabalhadas pela equipe.
<b>Sprint</b>	Ciclo iterativo de desenvolvimento (método ágil) utilizado para planejamento, execução e revisão das entregas de HST.
<b>IAS (Indicador de Aceitação da Entrega)</b>	Percentual mínimo de conformidade exigido para aceitação formal de uma Ordem de Serviço ou item de backlog.
<b>ICT (Indicador de Cobertura de Testes)</b>	Percentual de cobertura de testes (unitários/integração) exigido para garantia de qualidade das entregas.
<b>IQC (Indicador de Qualidade de Código)</b>	Métrica de qualidade do código-fonte mensurada por ferramentas de análise estática (ex.: SonarQube), considerando duplicação, complexidade, vulnerabilidades e boas práticas.
<b>TMRC (Tempo Médio de Resolução de Incidentes Críticos)</b>	Tempo médio, em horas úteis, para solução de incidentes classificados como críticos.
<b>TRP (Taxa de Reincidência de Problemas)</b>	Percentual de problemas que reaparecem no mesmo componente em até 30 dias após a solução.
<b>IDS (Índice de Disponibilidade dos Sistemas)</b>	Percentual de tempo em que os sistemas críticos permanecem disponíveis no período de apuração.
<b>Regime Presencial</b>	Obrigatoriedade de execução dos serviços de sustentação na sede da SEE/AC em Rio Branco/AC, justificada pela criticidade dos sistemas e necessidade de transferência de conhecimento.
<b>Transferência de Conhecimento</b>	Conjunto obrigatório de ações (documentação, capacitação, shadowing) que a contratada deve realizar ao final do contrato para garantir a soberania tecnológica da Administração.
<b>Shadowing</b>	Acompanhamento assistido em que profissionais da contratada atuam em paralelo com a equipe interna da SEE/AC ou da futura contratada durante a transição.
<b>CMDEB</b>	Conjunto Mínimo de Dados da Educação Básica, instituído pela Portaria MEC nº 832/2025, com o qual todas as soluções devem estar alinhadas.

5.6. Demais Documentos de planejamento:

5.6.1. ETP;

5.6.2. PCA da SEE [2026](#);

5.6.3. Mapa Estratégico da SEE;

5.6.4. Diagnósticos CIEB/CONSED;

#### 5.6.5. Conjunto Mínimo de dados CMDEB;

5.7. Considerando a natureza continuada dos serviços de sustentação de sistemas e a necessidade de garantir a continuidade operacional das soluções tecnológicas que suportam as atividades finalísticas da SEE/AC, o contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, nos termos da legislação vigente, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração, mantidas as condições iniciais de habilitação e qualificação, e observados os limites legais aplicáveis. Conclui-se que são contínuos os contratos de prestação de serviços ligados a essas atribuições, visto que sua interrupção pode comprometer gravemente a regularidade das atividades institucionais.

### 6. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

6.1. A Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Acre – SEE/AC mantém atualmente um ecossistema de sistemas corporativos voltados à gestão educacional e administrativa, tendo como pilares o Sistema ATENA (desenvolvimento próprio), o SIMAED (solução SaaS contratada) e o SAAL, os quais suportam processos críticos como matrícula, enturmação, alocação de docentes, registro de frequência e notas, bem como monitoramento de indicadores pedagógicos e de gestão.

6.2. O SIMAED, embora historicamente relevante, apresenta limitações técnicas e tecnológicas significativas, decorrentes de arquitetura legada e baixa capacidade de evolução pela empresa mantenedora, o que dificulta integrações, adequações normativas e implementação de novas funcionalidades exigidas pelas políticas educacionais e pelos marcos regulatórios recentes. Em resposta a esse cenário, a SEE/AC passou a consolidar o Sistema ATENA como plataforma central de gestão, vocacionada a absorver gradualmente as funcionalidades do SIMAED e a incorporar novos módulos estratégicos, em especial o Módulo de Gestão Escolar, módulos de cursos extracurriculares e de atendimento especializado.

6.3. Paralelamente, a SEE/AC enfrenta limitações estruturais para manter equipe técnica própria estável em quantidade e qualificação compatíveis com a criticidade dos sistemas, em razão da alta rotatividade, ausência de carreira específica de TI e forte concorrência do mercado privado, o que resulta em perda recorrente de conhecimento institucional, risco de descontinuidade dos serviços digitais e dificuldade de evolução tecnológica planejada. Nesse contexto, a contratação de empresa especializada configura-se como medida necessária para assegurar a continuidade, a evolução e a segurança dos sistemas que suportam a rede estadual de ensino, em observância aos princípios da eficiência, do planejamento e da continuidade do serviço público previstos na Lei nº 14.133/2021.

6.4. Estudos e diagnósticos técnicos realizados em parceria com o CIEB e o CONSED, bem como a Portaria MEC nº 832/2025, que institui o Conjunto Mínimo de Dados da Educação Básica (CMDEB), evidenciam a necessidade de consolidar uma plataforma integrada, alinhada a padrões nacionais de dados, capaz de interoperar com sistemas federais e estaduais, reduzir o uso de processos manuais, aumentar a rastreabilidade das informações e apoiar a tomada de decisão baseada em evidências. A presente contratação é, portanto, o instrumento operacional para materializar essa estratégia, garantindo que o ATENA e seus módulos associados atendam aos requisitos funcionais e não funcionais mapeados, inclusive quanto a segurança da informação, proteção de dados pessoais e governança de TIC.

6.5. Diante desse cenário, mostra-se imprescindível a contratação em modelo híbrido, combinando serviços de sustentação contínua, remunerados por valor fixo mensal atrelado a níveis de serviço (SLAs), e serviços de desenvolvimento evolutivo e sob demanda, remunerados por Hora de Serviço Técnico (HST), em conformidade com as diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025, de forma a assegurar métricas verificáveis, catálogos de serviços claros, vinculação do pagamento a resultados e adequada mitigação de riscos operacionais, tecnológicos e de sobrepreço.

6.6. A estimativa de 68.500 (sessenta e oito mil e quinhentas) Horas de Serviço Técnico (HST), prevista como consumo estimado anual, foi fundamentada com base:

6.6.1. No histórico de demandas evolutivas e corretivas dos sistemas ATENA e correlatos;

6.6.2. No volume de funcionalidades previstas no planejamento institucional e no roadmap de evolução tecnológica da SEE/AC;

6.6.3. Na complexidade técnica dos módulos prioritários, em especial o Módulo de Gestão Escolar e integrações associadas;

6.6.4. Em parâmetros de produtividade e métricas de software definidos pelo Roteiro de Métricas do SISP;

6.6.5. Na capacidade operacional estimada da equipe técnica necessária à execução contratual.

6.7. A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza variável e sob demanda das atividades de desenvolvimento e evolução de software, bem como pela necessidade de flexibilidade na alocação de esforço técnico ao longo da vigência contratual, evitando a ociosidade de recursos e promovendo maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

6.8. Considera-se, ainda, que a dinâmica das demandas tecnológicas da SEE/AC apresenta variações ao longo do tempo, não sendo possível a definição exata e contínua do quantitativo de serviços a serem executados, especialmente no que se refere às atividades mensuradas por Hora de Serviço Técnico (HST).

6.9. Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços mostra-se adequado ao permitir a contratação sob demanda, com maior controle gerencial, previsibilidade orçamentária e aderência às necessidades efetivas da Administração, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei nº 14.133/2021.

### 7. ADERÊNCIA AO PCA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA SEE (LEI 14.133, ART 18, §1, INCISO II)

7.1. Esta contratação está vinculada ao Plano de Contratações Anual – PCA da SEE, publicado no sítio [www.estado.ac.gov.br](http://www.estado.ac.gov.br) ([PCA 2026](#)), no item 80 (16.14) - Serviço 27324 - SERVICOS DE PESQUISA, ANALISE E

DESENVOLVIMENTO EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC), assegurando a integração do presente Estudo Técnico Preliminar ao planejamento anual de contratações previsto na Lei nº 14.133/2021 e nas diretrizes de governança instituídas pelo Decreto Estadual nº 11.363/2023.

7.2. A contratação está alinhada ao Mapa Estratégico da SEE, contribuindo diretamente para o cumprimento da missão institucional da SEE de “promover educação de qualidade, eficiente, inovadora e inclusiva, visando ao acesso, à permanência e ao aumento de oportunidades para os estudantes da Rede Estadual de Ensino”, bem como para a visão de futuro de “ser uma instituição de excelência na educação, cultura e esporte do estado e na indução do desenvolvimento socioeconômico sustentável”, na medida em que provê a sustentação e evolução dos sistemas que suportam os processos educacionais e administrativos da rede.

7.3. No eixo “Educação de Qualidade”, a presente contratação dá suporte às iniciativas de:

7.3.1. Disponibilizar o acesso às inovações tecnológicas com propósitos educacionais;

7.3.2. Fortalecer os processos formativos pedagógicos, garantindo maior eficácia no ensino ofertado aos estudantes;

7.3.3. Promover a melhoria da educação por meio de ações intencionalmente planejadas; na medida em que os sistemas corporativos (como o ATENA e módulos de gestão escolar) viabilizam o registro, acompanhamento e análise de dados essenciais à gestão pedagógica e ao monitoramento de indicadores educacionais.

7.4. No eixo “Melhoria da Gestão Educacional”, a contratação está alinhada aos objetivos de:

7.4.1. Modernizar e manter o acesso às tecnologias educacionais;

7.4.2. Prover infraestrutura e logística adequadas aos processos de ensino e aprendizagem; uma vez que garante a continuidade, a atualização tecnológica e a evolução dos sistemas de gestão educacional, de matrículas, turmas, alocação de docentes, frequência, notas e prestação de contas, fundamentais para a gestão eficiente da rede estadual de ensino.

7.5. No eixo “Processos, Pessoas, Finanças e Tecnologia”, a contratação contribui para:

7.5.1. implementar a gestão estratégica de processos na SEE;

7.5.2. fortalecer o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da SEE; ao estruturar serviços de sustentação e desenvolvimento de software que asseguram a automação, padronização, rastreabilidade e transparência dos processos críticos, em consonância com os valores de transparência, inovação, credibilidade e compromisso com o desenvolvimento, explicitados no Mapa Estratégico da Secretaria.

7.6. Ao assegurar a continuidade e a evolução dos sistemas corporativos que suportam os macroprocessos educacionais, administrativos e financeiros, a presente contratação reforça o compromisso da SEE com o desenvolvimento sustentável do Acre, resultado para a sociedade previsto no Mapa Estratégico, e atende ao comando do art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, ao demonstrar a aderência da contratação ao planejamento estratégico institucional e ao PCA.

## **8. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**

### **8.1. Serviços de Sustentação de Sistemas**

8.1.1. Os Serviços de Sustentação de Sistemas compreendem a prestação continuada de serviços técnicos especializados destinados à manutenção da operação regular, estabilidade, disponibilidade, desempenho, integridade e segurança dos sistemas corporativos sob responsabilidade da SEE/AC, com especial atenção à plataforma ATENA e aos demais sistemas a ela integrados, observadas as diretrizes, níveis de serviço e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

8.1.2. Tais serviços possuem natureza continuada e são essenciais ao funcionamento das atividades administrativas e finalísticas da Secretaria, destinando-se à preservação do ambiente tecnológico existente, à mitigação de riscos operacionais, à correção de falhas, ao atendimento das demandas ordinárias dos usuários e à manutenção da conformidade técnica, normativa e de segurança da informação.

8.1.3. Incluem-se, no mínimo, no escopo de sustentação:

8.1.3.1. a) Tratamento, registro, classificação, priorização e resolução de incidentes, erros, falhas operacionais e problemas recorrentes;

8.1.3.2. b) Análise de causa raiz e adoção de medidas corretivas necessárias à restauração da normalidade dos serviços;

8.1.3.3. c) Aplicação de patches, correções, atualizações técnicas e ajustes decorrentes de mudanças de versão, obsolescência tecnológica, vulnerabilidades identificadas ou requisitos de segurança da informação;

8.1.3.4. d) Manutenções corretivas, adaptativas e perfectivas de baixa complexidade em funcionalidades existentes, desde que não impliquem alteração substancial de arquitetura, escopo funcional ou criação de novos produtos;

8.1.3.5. e) Parametrizações, ajustes operacionais e adequações necessárias ao pleno funcionamento das soluções já implantadas;

8.1.3.6. f) Suporte técnico às áreas usuárias, orientação funcional, esclarecimento de dúvidas e apoio à operação assistida;

8.1.3.7. g) Monitoramento da disponibilidade, desempenho, integridade e comportamento dos sistemas e serviços correlatos;

- 8.1.3.8. h) Atividades rotineiras de prevenção, estabilização e continuidade operacional dos ambientes suportados;
- 8.1.3.9. i) Demais atividades compatíveis com a natureza contínua da sustentação tecnológica.
- 8.1.4. Os serviços de sustentação serão executados de forma presencial, nas dependências da Administração ou em locais por ela designados, em razão da natureza operacional do objeto, que exige integração contínua com as equipes internas, acesso a ambientes restritos, atuação imediata na resolução de incidentes críticos e observância rigorosa dos requisitos de segurança da informação.
- 8.1.5. A exigência de execução presencial encontra-se devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto à criticidade dos sistemas corporativos, à necessidade de interação direta com áreas de negócio e à mitigação de riscos operacionais e de segurança.
- 8.1.6. A exigência de execução predominantemente presencial dos serviços de sustentação fundamenta-se em necessidades operacionais concretas da Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE/AC, decorrentes da criticidade dos sistemas corporativos envolvidos e do histórico de limitações verificadas em modelos de execução remota.
- 8.1.7. Registra-se que, em contratações anteriores com execução remota, foram identificados problemas recorrentes relacionados à instabilidade de conectividade, latência elevada, indisponibilidade de acesso a ambientes internos e dificuldades na resolução tempestiva de incidentes críticos, impactando negativamente a continuidade dos serviços educacionais suportados por sistemas digitais.
- 8.1.8. Os sistemas objeto desta contratação são essenciais à execução de atividades finalísticas da rede estadual de ensino, incluindo matrícula, enturmação, registro de frequência, avaliação e gestão administrativa, de modo que eventuais indisponibilidades ou atrasos na resolução de incidentes podem comprometer diretamente a prestação do serviço público educacional.
- 8.1.9. Nesse contexto, a execução presencial justifica-se especialmente pela necessidade de atuação imediata na resolução de incidentes críticos, com redução do tempo de resposta (SLA), bem como pelo acesso a ambientes restritos, redes internas e dados sensíveis sujeitos a controles de segurança da informação.
- 8.1.10. Adicionalmente, a execução presencial permite maior integração com as equipes técnicas e áreas de negócio da SEE, assegurando alinhamento contínuo das demandas, melhor comunicação operacional e maior efetividade na implementação das soluções tecnológicas.
- 8.1.11. A exigência também se justifica como medida de mitigação de riscos operacionais decorrentes de limitações estruturais de conectividade na região, garantindo maior estabilidade, previsibilidade e continuidade na prestação dos serviços.
- 8.1.12. Ressalta-se que a exigência de execução presencial não restringe a competitividade, sendo admitida a participação de licitantes de qualquer localidade, desde que assegurem a alocação de equipe técnica apta à execução local, às suas despesas.
- 8.1.13. Da Excepcionalidade da Execução Remota:
- 8.1.14. A execução dos serviços dar-se-á, em regra, nas modalidades presenciais estipuladas neste Termo de Referência. Contudo, excepcionalmente, poderá ser admitida a execução de atividades específicas de forma remota, desde que previamente solicitada pela CONTRATADA e expressamente autorizada pela Administração mediante justificativa técnica formal.
- 8.1.15. I - Para a Sede (Rio Branco/AC) e Equipe Fixa de Sustentação: A excepcionalidade será restrita a casos de força maior, indisponibilidade estrutural temporária nas dependências do DETEI, ou para a execução isolada de procedimentos de altíssima complexidade (ex.: deploy de arquitetura sensível ou análise de banco de dados por especialista sênior), sendo vedada a conversão da rotina presencial da equipe fixa de sustentação em regime de teletrabalho integral.
- 8.1.16. II - Para as Unidades do Interior (Equipe de HST): O acionamento remoto para levantamento de requisitos, homologação ou suporte técnico nas unidades escolares e regionais fora da capital do Estado será admitido preferencialmente em cenários de severa restrição logística (ausência de condições de navegabilidade/trafegabilidade, decretos de calamidade ou emergência em saúde pública), ou quando a complexidade funcional da Ordem de Serviço (OS) permitir a solução por meio de teleconferência estruturada e acesso remoto seguro, sem prejuízo à compreensão da regra de negócio.
- 8.1.17. Parágrafo Único: Em qualquer cenário de excepcionalidade, a adoção do regime remoto condiciona-se à estrita comprovação de que não haverá prejuízo à segurança da informação, à continuidade do serviço público, ao integral cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (SLAs) e à eficácia das entregas. Caso a fiscalização da SEE/AC constate queda na qualidade do atendimento ou lentidão na resolução de chamados sob o regime remoto autorizado, a prerrogativa será imediatamente revogada, devendo a CONTRATADA restabelecer o atendimento presencial no prazo máximo determinado pela Administração, sob pena de glosas e sanções contratuais.
- 8.1.18. A remuneração dos serviços de sustentação ocorrerá mediante preço mensal fixo, correspondente à capacidade operacional necessária ao atendimento da demanda ordinária estimada pela Administração, vinculada ao efetivo cumprimento dos níveis mínimos de serviço (SLAs), indicadores de desempenho, metas operacionais e critérios de qualidade estabelecidos neste Termo de Referência.
- 8.1.19. Fica expressamente vedada a remuneração baseada exclusivamente em postos de trabalho, mera disponibilização de profissionais, subordinação direta de pessoal da contratada à Administração, pagamento por ociosidade ou qualquer forma de contraprestação dissociada da efetiva execução dos serviços e dos resultados contratados.
- 8.1.20. Para fins de enquadramento contratual, consideram-se serviços de sustentação as atividades contínuas destinadas a assegurar a operação regular e a evolução incremental dos sistemas já existentes, desde que não configuradas como desenvolvimento de software, hipótese em que deverão ser tratadas como serviços de desenvolvimento e remuneradas por Hora de

Serviço Técnico (HST), conforme critérios definidos na Matriz de Complexidade constante deste Termo de Referência.

8.1.21. Enquadram-se, exemplificativamente, como serviços de sustentação:

- 8.1.21.1. a) Diagnóstico e resolução de incidentes e problemas;
- 8.1.21.2. b) Aplicação de patches e correções de segurança;
- 8.1.21.3. c) Ajustes pontuais em funcionalidades existentes, sem ampliação relevante de escopo;
- 8.1.21.4. d) Suporte técnico a unidades/usuários e áreas de negócio;
- 8.1.21.5. e) Monitoramento da disponibilidade, capacidade e desempenho dos sistemas;
- 8.1.21.6. f) Pequenas adequações técnicas necessárias à continuidade operacional;
- 8.1.21.7. g) Correções técnicas de baixa complexidade destinadas à estabilização do ambiente.

8.1.22. Excluem-se do conceito de sustentação, devendo ser tratadas e remuneradas como serviços de desenvolvimento por HST, mediante emissão de Ordem de Serviço e observância dos respectivos critérios de medição e aceite, as atividades que envolvam:

- 8.1.22.1. a) Criação de novos módulos, subsistemas, produtos ou soluções tecnológicas;
- 8.1.22.2. b) Desenvolvimento de novas integrações, APIs, serviços digitais ou barramentos de comunicação;
- 8.1.22.3. c) Criação de novas telas, jornadas, fluxos estruturantes ou funcionalidades inéditas;
- 8.1.22.4. d) Reestruturação arquitetural relevante ou modernização tecnológica de grande impacto;
- 8.1.22.5. e) Refatorações extensas ou reescrita significativa de código-fonte;
- 8.1.22.6. f) Ampliações substanciais de escopo funcional;
- 8.1.22.7. g) Projetos evolutivos autônomos não enquadráveis como manutenção ordinária;
- 8.1.22.8. h) Quaisquer demandas classificadas como desenvolvimento na forma da Matriz de Complexidade.

8.1.23. Eventuais dúvidas quanto ao correto enquadramento entre sustentação e desenvolvimento serão dirimidas pela fiscalização contratual, com base em critérios objetivos de complexidade, esforço estimado, impacto técnico, impacto funcional, risco operacional e natureza da demanda, observando sempre o Catálogo de Serviços e assegurando-se a devida motivação administrativa e a rastreabilidade das decisões adotadas.

## 8.2. Serviços de Desenvolvimento, Evolução e Integração

8.2.1. Os Serviços de Desenvolvimento, Evolução e Integração compreendem a prestação de serviços técnicos especializados destinados à concepção, especificação, arquitetura, construção, customização, modernização, integração, implantação e evolução contínua das soluções tecnológicas nas unidades da SEE/AC, com foco estratégico na consolidação da plataforma ATENA como ambiente central de gestão educacional e administrativa, bem como na substituição planejada, progressiva e segura das funcionalidades atualmente suportadas pelo SIMAED e demais sistemas legados eventualmente existentes.

8.2.2. Tais serviços possuem natureza predominantemente evolutiva e transformacional, voltando-se à ampliação da capacidade institucional, melhoria da experiência dos usuários, racionalização de processos, interoperabilidade entre sistemas, governança de dados, inovação tecnológica e modernização contínua do ecossistema digital da Secretaria.

8.2.3. Incluem-se no escopo dos serviços de desenvolvimento, evolução e integração, sem prejuízo de outras demandas correlatas compatíveis com o objeto contratado, os seguintes grupos referenciais de entregas:

8.2.3.1. a) **Módulo de Gestão Escolar:** Desenvolvimento, implantação, ampliação e evolução de funcionalidades relacionadas à matrícula, rematrícula, transferência, enturmação, calendário escolar, gestão acadêmica, frequência, acompanhamento pedagógico, alocação de docentes, gestão de turmas, rendimento escolar e demais rotinas educacionais.

8.2.3.2. b) **Módulos Especializados de Atendimento:** Desenvolvimento, implantação ou evolução de módulos destinados a cursos extracurriculares, centros de idiomas, escola de música, programas complementares, atendimento multiprofissional, odontologia, psicologia, assistência estudantil e demais serviços especializados ofertados pela rede estadual de ensino.

8.2.3.3. c) **Soluções de Business Intelligence, Dados e Analytics:** Construção, manutenção e evolução de painéis gerenciais, relatórios estratégicos, indicadores de desempenho, trilhas de auditoria, bases analíticas, mecanismos de monitoramento e ferramentas de apoio à tomada de decisão orientada por dados.

8.2.3.4. d) **Integração e Interoperabilidade:** Desenvolvimento e manutenção de integrações internas e externas com sistemas federais, estaduais, municipais ou corporativos, inclusive plataformas de controle, auditoria, transparência, prestação de contas, folha de pagamento, gestão financeira, identidade digital e demais ambientes que demandem intercâmbio seguro e automatizado de dados, observados os padrões técnicos vigentes, inclusive CMDEB ou outro que venha a substituí-lo.

8.2.3.5. e) **Aplicativos e Serviços Digitais:** Desenvolvimento e evolução de aplicativos móveis para smartphones e tablets, portais web, áreas autenticadas, serviços digitais responsivos e canais eletrônicos destinados a estudantes, responsáveis, docentes, gestores e equipes administrativas.

8.2.3.6. f) **Soluções de Inovação Tecnológica:** Implementação de recursos baseados em Inteligência Artificial (IA),



automação robótica de processos (RPA), assistentes virtuais, análise preditiva, OCR, fluxos automatizados, mecanismos inteligentes de atendimento e demais soluções tecnológicas aderentes às necessidades institucionais e à legislação aplicável.

8.2.3.7. g) **Modernização e Evolução Tecnológica:** Refatoração de sistemas, atualização de frameworks, reestruturação arquitetural, melhoria de desempenho, reforço de segurança, saneamento de passivos técnicos, migração tecnológica e adoção de boas práticas de engenharia de software.

8.2.4. Os serviços de desenvolvimento, evolução e integração serão executados sob demanda, mediante priorização formal da SEE/AC, observadas as diretrizes estratégicas da Administração, o planejamento institucional de tecnologia da informação e a disponibilidade orçamentária.

8.2.5. A execução adotará metodologia ágil, preferencialmente Scrum, Lean, ou outra metodologia ágil, podendo ser combinadas práticas híbridas de gestão sempre que recomendadas pela natureza da demanda, desde que preservados os princípios de transparência, incrementalidade, rastreabilidade, controle e foco em entregas de valor.

8.2.6. As demandas serão organizadas em backlog corporativo, priorizadas pela Administração e formalizadas por meio de Ordem de Serviço, sprint, plano de trabalho ou instrumento equivalente de gestão.

8.2.7. A mensuração e remuneração dos serviços ocorrerão com base em Hora de Serviço Técnico (HST), correspondente ao esforço efetivamente empregado em atividades previamente autorizadas, regularmente executadas, comprovadas e aceitas pela Administração, observadas as regras de produtividade, perfis profissionais, critérios de medição e demais disposições estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2.8. Somente serão passíveis de faturamento as horas vinculadas a entregas efetivamente realizadas e homologadas, vedado o pagamento por mera disponibilidade de equipe, horas ociosas, retrabalho imputável à contratada, atividades sem evidência de execução ou serviços não autorizados.

8.2.9. As entregas deverão observar requisitos mínimos de qualidade técnica, segurança da informação, desempenho, documentação, versionamento, testabilidade, usabilidade, acessibilidade, padronização tecnológica e aderência arquitetural definidos pela SEE/AC.

8.2.10. Quando aplicável, deverão acompanhar cada entrega:

- 8.2.10.1. a) Código-fonte e artefatos correlatos;
  - 8.2.10.2. b) Documentação técnica e funcional atualizada;
  - 8.2.10.3. c) Scripts de implantação, rollback e versionamento;
  - 8.2.10.4. d) Evidências de testes realizados;
  - 8.2.10.5. e) Manuais operacionais ou de usuário;
  - 8.2.10.6. f) Registros de homologação;
  - 8.2.10.7. g) Demais itens necessários à plena utilização da solução.
- 8.2.11. As soluções desenvolvidas no âmbito contratual deverão observar, sempre que cabível:
- 8.2.11.1. a) Interoperabilidade com sistemas existentes;
  - 8.2.11.2. b) Proteção de dados pessoais e conformidade com a LGPD;
  - 8.2.11.3. c) Requisitos de segurança cibernética;
  - 8.2.11.4. d) Padrões de acessibilidade digital;
  - 8.2.11.5. e) Arquitetura escalável, sustentável e resiliente;
  - 8.2.11.6. f) Racionalização de custos operacionais;
  - 8.2.11.7. g) Continuidade administrativa e interesse público.

8.2.12. A fiscalização contratual poderá rejeitar, total ou parcialmente, entregas que não atendam aos requisitos técnicos, critérios de aceite, padrões de qualidade ou escopo previamente autorizado, hipótese em que não haverá faturamento até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções contratuais cabíveis.

### 8.3. Ambiente Tecnológico e Padrões de Arquitetura

8.3.1. A execução dos serviços deverá observar integralmente o ambiente tecnológico atualmente adotado pela SEE/AC para o Sistema ATENA e sistemas correlatos, incluindo linguagens, frameworks, bancos de dados, ferramentas de frontend e infraestrutura, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar.

8.3.2. A contratada deverá observar obrigatoriamente o ambiente tecnológico descrito no ETP, incluindo, no mínimo: linguagens e frameworks Python/Django e Golang (Chi/Gin); bancos de dados PostgreSQL e MySQL; tecnologias de front-end React (Vite), HTML, CSS e JavaScript; bem como uso de containers Docker e demais tecnologias adotadas neste TR.

8.3.3. A contratada deverá comprovar que dispõe de profissionais com experiência prática e proficiência comprovada nas tecnologias mencionadas, em nível compatível com a complexidade dos sistemas existentes, considerando que tais tecnologias compõem o ambiente já implantado e em operação na Administração, sendo indispensáveis à continuidade, manutenção e evolução das soluções.

8.3.4. A exigência de domínio das tecnologias indicadas fundamenta-se na necessidade de garantir compatibilidade com

a base instalada, continuidade operacional, segurança da informação, eficiência na execução dos serviços e mitigação de riscos técnicos, não se configurando como restrição indevida à competitividade, mas como requisito técnico essencial à adequada execução contratual.

8.3.5. Adicionalmente, a contratada deverá observar boas práticas de engenharia de software, incluindo, no mínimo: versionamento de código, integração e entrega contínua (CI/CD), testes automatizados, documentação técnica adequada e utilização de ambientes segregados (desenvolvimento, homologação e produção), conforme diretrizes estabelecidas no ETP e nas políticas institucionais de TIC.

8.4. **Conformidade com Padrões de Dados e Normativos Setoriais**

8.4.1. Todas as soluções desenvolvidas ou evoluídas no âmbito desta contratação deverão observar as diretrizes da Portaria MEC nº 832/2025 e o Conjunto Mínimo de Dados da Educação Básica (CMDEB), garantindo a conformidade dos modelos de dados, entidades, identificadores e integrações com a plataforma nacional de dados do MEC.

8.4.2. A contratada deverá assegurar a aderência às normas e boas práticas de segurança da informação, proteção de dados pessoais, governança de TIC e demais requisitos não funcionais descritos no ETP, de forma a garantir interoperabilidade, escalabilidade, manutenibilidade e continuidade dos serviços digitais prestados pela SEE/AC.

9. **MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

9.1. **Visão geral do modelo híbrido**

9.1.1. A execução contratual adotará um modelo híbrido de prestação e remuneração de serviços, estruturado de forma a compatibilizar a continuidade operacional, a flexibilidade de atendimento às demandas estratégicas e a adequada vinculação do pagamento aos resultados efetivamente entregues. Esse modelo combinará: (i) Componente de sustentação, prestado de forma continuada; e (ii) Componente de desenvolvimento e evolução, prestado sob demanda.

9.2. **O modelo será composto pelos seguintes eixos complementares:**

9.2.1. a ) **Componente de Sustentação**, de natureza continuada, destinado à manutenção da operação regular, estabilidade, disponibilidade e suporte dos sistemas corporativos, remunerado mediante preço mensal fixo vinculado ao cumprimento dos níveis mínimos de serviço e indicadores de desempenho;

9.2.2. b ) **Componente de Desenvolvimento, Evolução e Integração**, de natureza sob demanda, destinado à implementação de novas funcionalidades, módulos, integrações, melhorias estruturais e demais entregas evolutivas, remunerado com base em Hora de Serviço Técnico (HST), conforme esforço efetivamente autorizado, executado e aceito.

9.2.3. A modelagem adotada observa as características do objeto contratado, as premissas definidas no Estudo Técnico Preliminar e, subsidiariamente, referenciais técnicos aplicáveis às contratações públicas de TIC, inclusive boas práticas previstas em normativos federais especializados, quando compatíveis com a realidade administrativa da SEE/AC.

9.2.4. É vedada, em qualquer componente contratual, a remuneração por mera disponibilização de pessoal, horas ociosas, ausência de entrega verificável ou manutenção improdutiva de equipe.

9.2.5. A remuneração da sustentação não será efetuada apenas pela alocação de profissionais, mas vinculada obrigatoriamente ao cumprimento de SLAs e indicadores de desempenho, detalhados nos artefatos e/ou seções deste TR.

9.3. **Níveis Mínimos de Serviço (SLAs) e Indicadores de Desempenho**

9.3.1. A remuneração do componente de sustentação (Item 2 – valor fixo mensal) não será efetuada pela mera alocação ou disponibilidade de profissionais, mas estará obrigatoriamente condicionada ao cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (SLAs) e indicadores de desempenho definidos neste instrumento, em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025 e com o Estudo Técnico Preliminar.

9.3.2. Os SLAs e indicadores serão monitorados mensalmente pela fiscalização da SEE/AC, com base em relatórios gerados pela contratada e validados pela Administração. O não cumprimento implicará **glosas lineares e cumulativas** sobre o valor fixo mensal de sustentação, respeitado o limite máximo de **30% (trinta por cento)** do valor mensal, nos termos do subitem 9.2.3.1.

9.3.3. A tabela a seguir apresenta os indicadores, as metas mínimas e as respectivas fórmulas de glosa. Todas as glosas são aplicadas de forma proporcional e linear, conforme o desvio apurado no período:

Indicador	Descrição	Meta Mínima	Fórmula de Glosa (sobre o valor mensal)	Limite por Indicador
-----------	-----------	-------------	---	-------------------------

Indicador	Descrição	Meta Mínima	Fórmula de Glosa (sobre o valor mensal)	Limite por Indicador
<b>IDS – Disponibilidade dos Sistemas</b>	Percentual de tempo em que os sistemas críticos permanecem disponíveis no período de apuração (excluídas janelas de manutenção programada, limitadas a 4h/mês, previamente aprovadas)	$\geq 99,5\%$	Glosa = $2\% \times (99,5\% - \text{IDS}) / 0,1\%$ (para cada 0,1% abaixo da meta) Exemplo: IDS = 99,2% $\rightarrow 99,5 - 99,2 = 0,3\% \rightarrow 6\%$ de glosa	20%
<b>TMRC – Tempo Médio de Resolução de Incidentes Críticos</b>	Tempo médio (em horas úteis) para solução definitiva de incidentes classificados como críticos	$\leq 4$ horas úteis	Glosa = 5% por hora excedente (fracionada proporcionalmente) Exemplo: TMRC = 5,5h $\rightarrow 5,5 - 4 = 1,5\text{h} \rightarrow 7,5\%$ de glosa	20%
<b>TRP – Taxa de Reincidência de Problemas</b>	Percentual de problemas que reaparecem no mesmo componente em até 30 dias após a solução	$\leq 5\%$	Glosa = 3% por ponto percentual excedente Exemplo: TRP = 8% $\rightarrow 8 - 5 = 3$ p.p. $\rightarrow 9\%$ de glosa	15%
<b>IAP – Índice de Atendimento a Chamados no Prazo</b>	Percentual de chamados de sustentação atendidos dentro dos prazos definidos por criticidade (Resolution Time)	$> 94\%$	Glosa = 1% por ponto percentual abaixo da meta Exemplo: IAP = 92% $\rightarrow 95 - 92 = 3$ p.p. $\rightarrow 3\%$ de glosa	15%
<b>IQC – Índice de Qualidade de Código (aplicável quando houver entregas de código no período)</b>	Conformidade com padrões de qualidade, testabilidade e boas práticas de desenvolvimento (aferido por SonarQube ou equivalente)	$> 84\%$	Glosa = 2% por ponto percentual abaixo da meta Exemplo: IQC = 80% $\rightarrow 85 - 80 = 5$ p.p. $\rightarrow 10\%$ de glosa	15%

#### 9.4. Observação sobre a meta de disponibilidade (IDS):

9.4.1. A meta de 99,5% foi definida com base em análise de criticidade e viabilidade operacional, considerando as características da infraestrutura disponível na SEE/AC, as janelas de manutenção programada e a tolerância da operação educacional. O modelo de glosa linear (2% por 0,1% abaixo) torna a penalidade progressiva e mais rigorosa do que o sistema de faixas originalmente aventado no ETP, compensando o pequeno afrouxamento do patamar.

9.4.2. As glosas incidentes sobre o valor monetário mensal da sustentação serão **cumulativas** (somam-se as glosas de todos os indicadores descumpridos no período), observado o limite máximo de **30% (trinta por cento)** do respectivo valor no período de apuração, independentemente da soma das glosas individuais. O valor glosado não será devido em nenhuma hipótese, mesmo que a contratada regularize a situação no mês subsequente.

9.4.3. Apurado o descumprimento de qualquer indicador, a fiscalização elaborará relatório preliminar até o 5º dia útil do mês subsequente, concedendo prazo de 3 (três) dias úteis para contrarrazões da contratada, e emitirá o relatório definitivo até o 10º dia útil. A glosa será aplicada na fatura do mês de apuração.

9.4.4. O descumprimento reiterado das metas mínimas (3 meses consecutivos ou 4 alternados em 12 meses, com glosa total acumulada superior a 15% em qualquer desses meses) sujeitará a contratada às sanções previstas no item 45 (infrações e sanções administrativas), incluindo advertência, multa adicional e rescisão contratual.

#### 9.5. Para o componente de desenvolvimento/evolução (Item 1 – HST):

9.5.1. Os serviços serão demandados via ordens de serviço (OS) com backlog priorizado pela SEE/AC.

9.5.2. Cada OS terá critérios de aceitação explícitos (ex.: testes unitários  $\geq 80\%$ , documentação atualizada, deploy bem sucedido em homologação).

9.5.3. Os indicadores mínimos de qualidade exigidos para cada Ordem de Serviço (OS) – incluindo, mas não se limitando a, IAS (Indicador de Aceitação da Entrega), ICT (Indicador de Cobertura de Testes) e IQC (Indicador de Qualidade de Código) – serão aqueles expressamente definidos no Catálogo de Serviços de TIC para o respectivo código de serviço contratado, constituindo condição obrigatória para o aceite da entrega e o faturamento das HST correspondentes.

9.6. **Na hipótese de ausência de definição específica no Catálogo de Serviços para determinado indicador, serão aplicadas as seguintes metas mínimas genéricas:**

9.6.1. a) **IAS (Indicador de Aceitação da Entrega):** mínimo de 94% (noventa e quatro por cento), aferido com base no percentual de entregas aceitas sem necessidade de retrabalho relevante;

9.6.2. b) **ICT (Indicador de Cobertura de Testes):** maior de 79% (setenta e nove por cento), considerando a cobertura de testes unitários e/ou automatizados aplicáveis ao serviço;

9.6.3. c) **IQC (Indicador de Qualidade de Código):** maior de 84% (oitenta e quatro por cento), aferido por meio de ferramenta de análise estática (ex.: SonarQube ou equivalente), considerando métricas de complexidade, duplicação, vulnerabilidades e aderência a boas práticas.

9.6.4. O não atendimento aos indicadores mínimos estabelecidos implicará rejeição total ou parcial da Ordem de Serviço (OS), vedado o faturamento das Horas de Serviço Técnico (HST) correspondentes até a devida regularização.

9.6.5. A reincidência no descumprimento dos indicadores de qualidade poderá ensejar a aplicação de sanções administrativas, nos termos da legislação vigente e do contrato.

9.6.6. A contratada deverá fornecer ferramenta de monitoramento e relatórios mensais automatizados até o 5º dia útil do mês subsequente. A fiscalização validará os dados em até 10 dias úteis. Glosas serão aplicadas no faturamento do mês seguinte. Penalidades por descumprimento recorrente ( $\geq 3$  meses consecutivos ou 4 alternados em 12 meses) poderão incluir advertência, multa de 10% do valor mensal fixo e rescisão motivada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

9.6.7. Os indicadores acima poderão ser ajustados por aditivo contratual, desde que mantida a vinculação a resultados e observados os tetos financeiros do registro de preços.

9.6.8. A contratada deverá disponibilizar ferramenta eletrônica de monitoramento e geração de relatórios que permita a apuração objetiva dos indicadores de desempenho, assegurando a rastreabilidade, integridade, auditabilidade e transparência das informações utilizadas para fins de medição, validação e aplicação de glosas, devendo tais registros permanecer disponíveis para consulta pela fiscalização e pelos órgãos de controle durante toda a vigência contratual.

9.7. **Componente de Sustentação – valor fixo mensal vinculado a SLAs**

9.7.1. **Definição do Serviço:** O componente de sustentação compreende a prestação continuada de serviços de manutenção (corretiva, adaptativa, perfectiva e evolutiva), suporte técnico e gestão da disponibilidade da plataforma ATENA e sistemas integrados. A remuneração será por valor fixo mensal, correspondente ao dimensionamento da capacidade operacional necessária para o atendimento integral do escopo, conforme parâmetros de complexidade e custos definidos no ETP.

9.7.2. **Condicionamento ao Desempenho (SLAs):** O pagamento mensal está estritamente vinculado ao cumprimento dos **Níveis de Serviço (SLAs)** e indicadores de desempenho, incluindo, mas não se limitando a:

9.7.2.1. a) Tempos de resposta e solução de incidentes;

9.7.2.2. b) Índice de disponibilidade dos sistemas; e

9.7.2.3. c) Limites de fila de chamados e taxa de reincidência.

9.7.3. **Redimensionamento da Capacidade (Escalabilidade):** A alteração das faixas de sustentação (dimensionamento da equipe de referência) poderá ocorrer mediante necessidade administrativa fundamentada, vinculada a:

9.7.4. a) Aumento comprovado da volumetria de chamados;

9.7.5. b) Expansão do escopo de sistemas sob sustentação; e

9.7.6. c) Inclusão de novos módulos estruturantes de alta complexidade.

9.8. **Componente de Desenvolvimento e Evolução – serviços por HST via catálogo**

9.8.1. O componente de desenvolvimento e evolução abrangerá a execução de serviços de desenvolvimento de novos módulos, evoluções estruturais, integrações, serviços especializados (BI, IA, UX/UI, DevOps etc.) definidos no catálogo de serviços técnicos, sendo mensurado e remunerado exclusivamente por Hora de Serviço Técnico (HST).

9.8.2. A HST observará os valores e diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025, sendo definida como métrica de esforço necessária para a entrega de um produto ou resultado verificável, executada por perfis profissionais qualificados. Fica expressamente vedada a utilização de Unidade de Serviço Técnico (UST) ou qualquer métrica que não permita a auditabilidade direta do esforço versus resultado.

9.8.3. Cada demanda será formalizada via Ordem de Serviço (OS), contendo backlog e roadmap, fundamentada nas faixas de esforço do catálogo e no Roteiro de Métricas de Software do SISP. O consumo de HST será condicionado ao aceite definitivo dos produtos, aferido em cerimônias de *Review* e validado pela Fiscalização, sendo vedado o pagamento por simples disponibilidade ou horas sem entrega associada.

9.8.4. O consumo de HST somente será considerado para fins de faturamento após a conclusão e o aceite dos produtos e resultados associados à OS ou aos itens de backlog correspondentes, conforme critérios objetivos de aceitação previstos no catálogo e nas cerimônias de review das sprints, sendo vedada a remuneração de horas não associadas a entregas verificáveis.

9.8.5. O Banco de HST representa o limite máximo da contratação, permitindo o replanejamento anual do backlog institucional de acordo com a priorização da SEE/AC, sem obrigatoriedade de consumo integral do saldo remanescente, garantindo a eficiência do gasto público.

9.8.6. Toda a medição e o faturamento das Horas de Serviço Técnico (HST) deverão estar obrigatoriamente vinculados a Ordens de Serviço (OS) formalmente autorizadas, devidamente registradas em ferramenta de gestão de demandas, contendo, no mínimo: descrição detalhada da demanda, estimativa de esforço, classificação conforme catálogo de serviços, vinculação a itens de backlog, evidências de execução, registros de testes e homologação, bem como aceite formal pela fiscalização contratual, assegurando a plena rastreabilidade, auditabilidade e comprovação da efetiva entrega dos serviços.

9.8.7. O consumo das Horas de Serviço Técnico (HST) observará estritamente a priorização e a autorização da Administração, não havendo obrigatoriedade de utilização integral do quantitativo estimado ou registrado, constituindo o Banco de HST mera expectativa de consumo máximo. Eventual variação na demanda não implicará, por si só, direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, ressalvadas as hipóteses legalmente previstas, desde que devidamente comprovadas.

#### **9.9. Estabilidade da Equipe e Conhecimento**

9.9.1. Embora a gestão seja da Contratada, esta deverá garantir a manutenção de uma equipe técnica estável e fixa alocada ao projeto, visando a preservação do conhecimento crítico sobre a regra de negócio da educação estadual. Eventuais substituições de profissionais devem ser precedidas de plano de transição técnica, sem ônus para a Administração.

#### **9.10. Autonomia e Gestão (Vedação ao Vínculo)**

9.10.1. A Contratada deverá executar os serviços com sua equipe própria, sendo admitida a contratação de serviços indiretos exclusivamente para atividades acessórias e de apoio, desde que previamente autorizada pela Administração, não podendo abranger atividades finalísticas do objeto nem implicar transferência da responsabilidade integral pela execução contratual.

9.10.2. Fica vedada a subcontratação total do objeto.

9.10.3. A Contratada permanecerá integralmente responsável pelos serviços executados, inclusive aqueles realizados por terceiros, não se estabelecendo qualquer vínculo jurídico entre a Administração e os profissionais da Contratada ou de eventuais subcontratadas.

9.10.4. Deverão ser observadas as seguintes diretrizes:

9.10.4.1. a) A Contratada possui total autonomia para organizar sua equipe e distribuir as demandas, de modo a cumprir os níveis de serviço pactuados, sem caracterização de subordinação à Administração;

9.10.4.2. b) A Administração não exercerá ingerência sobre a jornada de trabalho, escalas ou controle de frequência dos profissionais da Contratada;

- i. A aferição do regime presencial e do cumprimento dos horários de trabalho da equipe de sustentação será realizada exclusivamente por meio do preposto da CONTRATADA, cabendo a este manter registro interno de frequência e disponibilizá-lo à fiscalização da SEE/AC sempre que solicitado, respeitados os limites da fiscalização indireta previstos no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- ii. A fiscalização da SEE/AC limitar-se-á a verificar o resultado da prestação dos serviços, o atendimento aos níveis de serviço (SLAs) e a ocorrência de presença física nos locais e horários contratualmente estabelecidos, vedada qualquer exigência de controle individual de jornada, ponto eletrônico, cartão de ponto ou qualquer outro mecanismo que caracterize subordinação direta ou ingerência da Administração sobre a rotina de trabalho dos empregados da CONTRATADA.
- iii. O descumprimento do regime presencial (ausência injustificada de profissional alocado, descumprimento sistemático da carga horária contratual) será apurado por meio de declaração do preposto, relatórios de acesso físico (se houver controle de entrada nas dependências da SEE/AC) ou outros meios idôneos que não impliquem subordinação direta, aplicando-se, quando comprovado, as glosas e sanções previstas neste TR.
- iv. A presente cláusula não afasta a obrigação da CONTRATADA de cumprir integralmente os SLAs de tempo de resposta e tempo de solução (item 9.2.3), sendo certo que o eventual descumprimento desses indicadores será aferido objetivamente pelos registros da ferramenta de gestão de demandas, independentemente de qualquer controle de jornada individual.

9.10.4.3. c) A interlocução entre a SEE/AC e a equipe técnica será realizada exclusivamente por meio de Preposto formalmente designado pela Contratada, responsável por receber demandas, gerir o backlog e reportar o andamento dos serviços, garantindo a adequada segregação jurídica entre as partes.

#### **9.11. Integração com métodos ágeis e governança**

9.11.1. Os serviços de desenvolvimento e evolução serão executados com adoção de métodos ágeis (Scrum ou Lean), utilizando ciclos de entrega (sprints) como unidades de planejamento, execução e aceite das demandas, cabendo à SEE/AC a priorização do backlog e o papel de Product Owner, na forma estabelecida em seção específica deste TR.



9.11.2. O modelo híbrido (sustentação fixa + HST por catálogo) aqui definido será operacionalizado por meio de governança contratual que inclui: designação de gestor e fiscais do contrato, definição de papéis em times ágeis, uso obrigatório de ferramenta de gestão de demandas, realização periódica de reuniões de acompanhamento e produção de relatórios de desempenho que consolidem consumo de HST, cumprimento de SLAs e evolução do backlog.

9.11.3. Qualquer alteração relevante na lógica do modelo híbrido (sustentação fixa + HST por catálogo), que possa impactar a mensuração objetiva, a vinculação do pagamento a resultados ou a mitigação de riscos identificados no ETP, dependerá de justificativa técnica formal e de prévia análise jurídica e de controle interno, de modo a preservar a aderência às melhores práticas de contratação de serviços de TIC e às orientações dos órgãos de controle.

## 9.12. **Da Distinção entre Sustentação e Desenvolvimento**

9.12.1. Para garantir a correta aplicação do modelo híbrido de remuneração, fica instituída a Matriz de Complexidade e Enquadramento, detalhada no anexo deste TR, que deverá ser obrigatoriamente observada para classificar toda e qualquer demanda como sendo de competência do componente de Sustentação (Item 2 – valor fixo mensal) ou do componente de Desenvolvimento (Item 1 – HST).

9.12.2. A matriz estabelece, entre outros, o critério objetivo de esforço estimado como balizador: demandas cuja estimativa de execução seja superior a 8 (oito) HST para um perfil Pleno (DESENV-02) serão automaticamente classificadas como Desenvolvimento, ressalvados os casos em que os demais critérios estruturais (criação de API, nova tela, nova regra de negócio) já determinarem esta classificação.

9.12.3. O preenchimento da matriz será realizado de forma conjunta pelo fiscal técnico do contrato e pelo preposto da contratada no momento da abertura da demanda, devendo o formulário preenchido ser anexado ao respectivo chamado (para sustentação) ou à Ordem de Serviço (para desenvolvimento), servindo como peça fundamental para a rastreabilidade e auditoria da execução contratual.

9.12.4. Em caso de divergência de classificação, prevalecerá o entendimento da fiscalização da SEE/AC, cabendo recurso à autoridade competente (Gestor do Contrato), que decidirá em última instância com base nos critérios objetivos definidos.

## 10. **GOVERNANÇA E MÉTODOS ÁGEIS**

### 10.1. **Princípios de governança da execução contratual**

10.1.1. A execução deste contrato observará modelo de governança que assegure transparência, rastreabilidade das decisões, controle da execução, gestão de riscos e participação ativa das áreas de negócio, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar, com a Lei nº 14.133/2021 e com as diretrizes de governança de TIC do Estado do Acre.

10.1.2. O Termo de Referência e o contrato decorrente deverão manter alinhamento estrito com as premissas de governança definidas no ETP, admitindo-se apenas o seu detalhamento operacional, sem flexibilizações que impliquem redução dos mecanismos de controle, da mensuração objetiva das entregas ou da vinculação do pagamento a resultados.

### 10.2. **Papéis e responsabilidades na governança ágil**

10.2.1. Caberá à SEE/AC:

10.2.1.1. a) designar gestor do contrato e fiscais técnico e administrativo, com atribuições formalmente definidas;

10.2.1.2. b) designar Product Owner(es) (PO) e representantes das áreas de negócio responsáveis por priorizar o backlog, esclarecer dúvidas de requisitos e homologar entregas;

10.2.1.3. c) garantir a participação das áreas finalísticas nas cerimônias ágeis críticas (planejamento, review e, quando aplicável, retrospectiva).

### 10.2.2. **Caberá à contratada:**

10.2.2.1. a) disponibilizar profissional com perfil de *Scrum Master* (ou Facilitador Ágil), responsável por conduzir os ritos e cerimônias ágeis, atuar na remoção tempestiva de impedimentos técnicos e operacionais, garantir a correta rastreabilidade das tarefas e apontamentos de HST na ferramenta de gestão de demandas, e apoiar a organização do fluxo de trabalho, **ressalvando-se que este profissional atuará no suporte metodológico ao Product Owner (PO) da SEE/AC.**

10.2.2.2. b) assegurar o registro adequado das atividades na ferramenta de gestão de demandas, mantendo dados suficientes para auditoria e medição.

### 10.3. **Uso de métodos ágeis**

10.3.1. Os serviços de desenvolvimento e evolução deverão ser executados com adoção de métodos ágeis, preferencialmente Scrum ou outro framework ágil, contemplando, no mínimo:

10.3.1.1. a) manutenção de backlog de produto e de sprint, priorizados pela SEE/AC;

10.3.1.2. b) planejamento periódico de sprints, com definição de objetivos, escopo planejado e estimativas de esforço;

10.3.1.3. c) reuniões de acompanhamento (daily) nas unidades da SEE/AC, review das sprints com participação da SEE/AC e, quando aplicável, retrospectivas para melhoria contínua do processo.

10.3.2. Os ciclos de entrega (sprints) serão utilizados como unidades de planejamento, execução e aceite das demandas de desenvolvimento, sendo o consumo de Hora de Serviço Técnico (HST) sempre vinculado a itens de backlog efetivamente concluídos e aceitos pela SEE, vedada a remuneração de horas não associadas a entregas mensuráveis.

10.3.3. A definição de itens de backlog, sua priorização e sua inclusão nas sprints são competências da SEE/AC, na qualidade de contratante e detentora da visão de produto, cabendo à contratada contribuir com estimativas, sugestões técnicas e apontamento de riscos ou dependências.

#### 10.4. **Ferramenta de gestão de demandas e rastreabilidade**

10.4.1. A contratada deverá utilizar ferramenta eletrônica de gestão de demandas e tarefas (ITSM), previamente aprovada pela SEE/AC, na qual serão registrados, no mínimo:

- 10.4.1.1. a) todas as demandas de sustentação e desenvolvimento (chamados, histórias de usuário, épicos, tarefas técnicas);
- 10.4.1.2. b) estimativas e reestimativas de esforço (HST), perfis alocados e serviços do catálogo vinculados;
- 10.4.1.3. c) status de execução, impedimentos, datas de início e conclusão, evidências de testes e homologação.

10.4.2. A ferramenta adotada será considerada repositório oficial de evidências da execução contratual para fins de fiscalização, medição, auditoria e gestão de riscos, devendo permitir a extração de relatórios consolidados de consumo de HST, cumprimento de SLAs, produtividade por sprint e atendimento de demandas de sustentação.

10.4.3. A ferramenta de gestão de demandas deverá permitir a apuração automática ou semiautomática dos tempos de resposta e solução, bem como da disponibilidade dos sistemas monitorados, servindo como fonte primária para cálculo dos SLAs e das eventuais glosas sobre o componente de sustentação.

#### 10.5. **Indicadores de desempenho e melhoria contínua**

10.5.1. Além dos níveis de serviço de sustentação, poderão ser monitorados indicadores de desempenho do processo ágil, tais como:

- 10.5.1.1. a) velocidade média das sprints (unidades entregues por ciclo, conforme métrica adotada – serviços do catálogo, histórias, pontos de função, quando aplicável);
- 10.5.1.2. b) percentual de escopo concluído em relação ao planejado por sprint;
- 10.5.1.3. c) retrabalho (itens reabertos) e taxa de defeitos em produção por incremento.

10.5.2. Os indicadores de desempenho não serão usados isoladamente para fins de penalização automática, mas para subsidiar a gestão do contrato, a revisão de capacidade, o replanejamento do backlog e a implementação de ações de melhoria contínua, sem afastar a aplicação de glosas e sanções quando houver descumprimento de obrigações contratuais ou de SLAs.

#### 10.6. **Integração com a gestão de riscos e de SLAs**

10.6.1. Os resultados de cada sprint, bem como os relatórios de consumo de HST e de cumprimento de SLAs, alimentarão a gestão de riscos e a matriz de riscos desta contratação, permitindo a identificação tempestiva de riscos de atraso, sobrecarga de demandas, subdimensionamento de equipe ou falhas recorrentes de qualidade.

10.6.2. Qualquer alteração relevante no processo ágil, na cadência de sprints ou na forma de utilização do Banco de HST que possa impactar a mensuração das entregas ou o cumprimento dos níveis de serviço deverá ser registrada, analisada pelo gestor do contrato e formalizada, quando necessário, como alteração contratual devidamente motivada, em consonância com o ETP e com as orientações dos órgãos de controle.

#### 10.7. **Da Segregação de Funções e Preservação da Autoridade Pública**

10.7.1. A execução contratual observará o princípio da segregação de funções, sendo vedada a transferência de competências decisórias da Administração Pública para a CONTRATADA, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021 e às diretrizes de governança de TIC.

10.7.2. O papel de **Product Owner (PO)** será exercido exclusivamente por servidor público designado pela SEE/AC, a quem compete privativamente:

- 10.7.2.1. a) Definir e priorizar o *Backlog* do Produto, alinhando as entregas aos objetivos estratégicos da Secretaria;
- 10.7.2.2. b) Tomar decisões finais sobre o escopo, aceitação ou rejeição de entregas e produtos;
- 10.7.2.3. c) Validar as estimativas de esforço (HST) apresentadas pela CONTRATADA frente ao Catálogo de Serviços.

10.7.2.4. Excepcionalmente, na hipótese de a SEE/AC não dispor de servidor com a qualificação técnica, disponibilidade ou capacitação necessárias para o exercício do papel de Product Owner (PO), a Administração poderá designar profissional externo à sua estrutura para atuar como PO adjunto ou PO de apoio, observadas rigorosamente as seguintes condições:

- a. O profissional externo deverá assinar termo de confidencialidade e sigilo, comprometendo-se a não divulgar ou utilizar informações da SEE/AC para qualquer finalidade alheia ao contrato;
- b. Não será conferido ao PO externo poder para aprovar estimativas financeiras, assinar Ordens de Serviço, comprometer limites orçamentários, validar pagamentos ou praticar qualquer ato que implique obrigação financeira para a Administração;
- c. As decisões que envolvam aceitação de entregas com impacto financeiro (ex.: aprovação de HST excedentes, reestimativas que ampliem o custo, liberação de faturas) permanecerão sob competência privativa de servidor público designado como gestor ou fiscal do contrato;
- d. O PO externo atuará estritamente na gestão funcional do backlog (priorização de histórias, esclarecimento de dúvidas técnicas/funcionais, participação em cerimônias ágeis), sendo suas recomendações submetidas à homologação do gestor público sempre que envolverem alteração de escopo, prazo ou custo.

10.7.3. O papel de **Scrum Master** ou (ou Facilitador Ágil), será exercido por profissional da CONTRATADA, competindo-lhe a gestão operacional do time, a facilitação dos ritos ágeis e a remoção de impedimentos técnicos, sendo-lhe vedado:

10.7.3.5. a) Decidir sobre a priorização de demandas sem a anuência formal do PO;

10.7.3.6. b) Exercer atos de gestão de pessoal sobre servidores da SEE/AC;

10.7.3.7. c) Assinar documentos que impliquem obrigação financeira ou compromisso institucional em nome da Secretaria.

10.7.4. A interação entre o PO e o time da CONTRATADA deve ser registrada na ferramenta de gestão de demandas, garantindo a rastreabilidade das decisões e a evidência de que a direção do projeto permanece sob controle da autoridade pública.

## 11. DA EQUIPE TÉCNICA E PERFIS PROFISSIONAIS

11.1. A equipe técnica mínima exigida para a execução dos serviços de Sustentação (Item 2) observará o dimensionamento definido no Estudo Técnico Preliminar – ETP, especialmente o item 7.9.6, que estabelece a Faixa 1 como referência inicial para a presente contratação.

11.2. Para a execução dos serviços de Sustentação (Item 2), a CONTRATADA deverá disponibilizar equipe fixa mínima, dimensionada conforme a Faixa 1 estabelecida no item 5.17.4 do ETP, composta por:

11.2.1. a) 01 (um) Desenvolvedor de Software – Nível Júnior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, atuando presencialmente na sede da SEE/AC ou em local por ela indicado;

11.2.2. b) 01 (um) Analista de Negócios/Requisitos – Nível Júnior, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, atuando presencialmente na sede da SEE/AC ou em local por ela indicado.

11.2.3. A adoção do quantitativo inicial reduzido (Faixa 1 com 1 desenvolvedor júnior e 1 analista de negócios júnior) e do regime presencial justifica-se pela:

11.2.3.1. Necessidade de **conhecimento aprofundado e contínuo** da regra de negócio educacional acreana (matrícula, enturmação, frequência, alocação docente, indicadores pedagógicos e CMDEB);

11.2.3.2. **Facilitação da fiscalização** e do monitoramento diário dos SLAs, especialmente de disponibilidade e tempo de resolução de incidentes críticos;

11.2.3.3. **Mitigação de riscos** de perda de conhecimento institucional e descontinuidade dos serviços digitais essenciais à rede estadual de ensino;

11.2.3.4. Possibilidade de **escalonamento gradual e objetivo** para faixas superiores (até 10 profissionais), conforme critérios mensuráveis previstos no item 11.8, condicionado à real demanda e à disponibilidade orçamentária.

11.3. Os profissionais descritos neste subitem destinam-se exclusivamente à composição da equipe fixa de Sustentação, remunerada por valor fixo mensal vinculado a níveis de serviço, não se confundindo com os perfis profissionais que serão acionados sob demanda para os serviços de Desenvolvimento e Evolução remunerados por Hora de Serviço Técnico (HST).

### 11.4. Qualificações mínimas do Desenvolvedor Full Stack – Nível Júnior:

11.4.1. a) Escolaridade: Ensino Superior completo ou em curso (mínimo de 50% concluído) na área de Tecnologia da Informação ou áreas afins;

11.4.2. b) Experiência: comprovação de experiência mínima de 06 (seis) meses em atividades de manutenção ou desenvolvimento de software;

11.4.3. c) Conhecimentos: proficiência nas linguagens, frameworks e padrões tecnológicos adotados pela SEE/AC, conforme descritos no ETP (incluindo, entre outros, Python/Django, Golang, React, bancos de dados relacionais e ferramentas de containerização);

11.4.4. d) Certificações: certificações em tecnologias, métodos ágeis ou boas práticas de desenvolvimento serão consideradas diferenciais desejáveis, não configurando requisito eliminatório, de forma a não restringir indevidamente a competitividade.

11.5. A apuração dos níveis de serviço será realizada com base em dados extraídos da ferramenta de Service Desk/gestão de demandas adotada, a qual deverá registrar, de forma automatizada, data e hora de abertura, classificação de criticidade, tempos de resposta e solução, bem como o status de cada chamado.

11.6. O descumprimento dos níveis mínimos de serviço acarretará glosas proporcionais sobre o valor mensal de sustentação, conforme metodologia, fórmulas de cálculo e percentuais detalhados na Tabela de Glosas e Sanções, que integra este Termo de Referência.

11.6.1. As glosas serão cumulativas, observado o limite máximo de desconto estabelecido na Tabela de Glosas e Sanções.

11.6.2. O procedimento para apuração, validação e aplicação das glosas seguirá o disposto no referido Anexo.

### 11.7. Perfis profissionais para serviços remunerados por HST

11.7.1. Os serviços de Desenvolvimento, Evolução, Integração, Dados, Business Intelligence (BI), Experiência do Usuário (UX/UI), Inteligência Artificial e demais serviços especializados remunerados por HST utilizarão os perfis profissionais definidos no ETP, os quais serão listados em tabela anexa a este Termo de Referência, contendo, no mínimo: denominação do perfil, nível (Pleno/Sênior), qualificações mínimas e vínculo com o catálogo de serviços técnicos.

11.7.2. Esses perfis não compõem a equipe fixa mínima de Sustentação, sendo acionados sob demanda, conforme Ordens de Serviço e itens de backlog vinculados aos serviços do catálogo técnico, nos termos deste Termo de Referência.

11.7.3. As qualificações mínimas dos perfis Pleno e Sênior deverão considerar, dentre outros aspectos, experiência compatível com a complexidade das soluções mantidas pela SEE/AC, domínio das tecnologias do ambiente ATENA e participação prévia em projetos de desenvolvimento e sustentação de sistemas corporativos, conforme parâmetros estabelecidos no ETP.

11.7.4. Certificações técnicas e em métodos ágeis poderão ser previstas como desejáveis para perfis específicos (Scrum Master, Arquitetura, Segurança da Informação), desde que compatíveis com as práticas e tecnologias efetivamente adotadas pela SEE/AC e com a realidade do mercado, evitando-se restrições indevidas à competitividade, em consonância com o ETP.

11.7.5. Fica vedado o acúmulo de funções ou papéis técnicos pelo mesmo profissional na execução de uma mesma Ordem de Serviço (OS) ou ciclo de entrega (sprint). A CONTRATADA deverá garantir a segregação de funções, de modo que os profissionais alocados para atividades de desenvolvimento de código não sejam os mesmos responsáveis pelas atividades formais de garantia de qualidade (testes) ou aprovação técnica daquela mesma entrega, assegurando a isenção, a rastreabilidade e a qualidade dos serviços prestados.

#### 11.8. Escalonamento da Sustentação (Transição entre Faixas)

11.8.1. A transição para faixas superiores de sustentação (aumento do quantitativo de profissionais fixos de Sustentação, em relação à Faixa 1) observará critérios objetivos e mensuráveis, previamente estabelecidos neste Termo de Referência, visando assegurar que o escalonamento esteja associado à necessidade efetiva e não à mera conveniência. A transição para faixas superiores observará critérios objetivos e mensuráveis, visando assegurar que o escalonamento esteja associado à necessidade efetiva e não à mera conveniência, promovendo o dimensionamento proporcional e a economicidade da contratação.

11.8.2. O escalonamento para a Faixa 2 (4 profissionais) poderá ser autorizado quando constatado, no período de 6 (seis) meses consecutivos, o atingimento de qualquer um dos seguintes parâmetros:

11.8.2.1. a) Volume de chamados: Média mensal de chamados de sustentação superior a 50 (cinquenta) registrados na ferramenta de gestão de demandas;

11.8.2.2. b) Complexidade dos chamados: Percentual de chamados classificados como "críticos" ou "altos" superior a 20% (vinte por cento) do total mensal, por 3 (três) meses consecutivos;

11.8.2.3. c) Inclusão de novos sistemas: Incorporação ao escopo da sustentação de novo módulo ou sistema estruturante que amplie em mais de 20% (vinte por cento) a base de código ou o número de usuários atendidos;

11.8.2.4. d) Indisponibilidade recorrente: Descumprimento da meta de disponibilidade dos sistemas ( $\geq 99,5\%$ , conforme item 9.2.3) por 3 (três) meses consecutivos ou 4 (quatro) alternados em 12 meses, apurado por ferramenta de monitoramento automatizada e registrado nos relatórios mensais de SLA.

11.8.3. O escalonamento para as Faixas 3 (6 profissionais), 4 (8 profissionais) e 5 (10 profissionais) observará os mesmos critérios do item 11.8.2, com os seguintes patamares progressivos:

Faixa	Chamados/mês	% Críticos/Altos	Novos Sistemas	Indisponibilidade
Faixa 3	> 80	> 25% por 4 meses	+ 30% da base	4 meses consecutivos
Faixa 4	> 120	> 30% por 5 meses	+ 40% da base	5 meses consecutivos
Faixa 5	> 160	> 35% por 6 meses	+ 50% da base	6 meses consecutivos

11.8.4. A decisão de mudança de faixa de sustentação é de conveniência e oportunidade da SEE/AC, condicionada à disponibilidade orçamentária e à formalização por meio de termo específico ou instrumento equivalente, vedada a alteração automática.

11.8.5. A mera ocorrência dos parâmetros objetivos não gera direito subjetivo à contratada de exigir o escalonamento, cabendo à Administração avaliar, à luz do interesse público e da capacidade orçamentária, a oportunidade e conveniência da transição.

11.8.6. Os indicadores de que tratam os itens 11.8.2 e 11.8.3 serão apurados bimestralmente pela fiscalização com base nos registros da ferramenta de gestão de demandas, e consolidados em relatório específico a cada semestre.

11.8.7. A redução de faixa (escalonamento descendente) poderá ocorrer quando verificada, por igual período, a diminuição consistente dos indicadores que justificaram o escalonamento anterior, observado o mesmo procedimento de formalização.

## 12. CATÁLOGO DE SERVIÇOS TÉCNICOS (HST)

### 12.1. Disposições gerais

12.1.1. O catálogo de serviços técnicos constitui instrumento central de mensuração, planejamento e controle do componente de desenvolvimento e evolução desta contratação, devendo ser observado obrigatoriamente na emissão de Ordens de Serviço (OS) e na medição de HST.

12.1.2. O catálogo será apresentado como anexo a este Termo de Referência, espelhando, no mínimo, a estrutura, os códigos, as descrições, as faixas de esforço, os perfis e os critérios de aceitação definidos no Estudo Técnico Preliminar, admitindo-se apenas o seu detalhamento, sem flexibilizações que comprometam a objetividade da mensuração ou a aderência às orientações dos órgãos de controle.

12.1.3. Somente poderão ser demandados serviços constantes do catálogo, sendo vedada a criação ad hoc de “tipos de serviço” não previamente parametrizados. A inclusão, alteração ou exclusão de serviços do catálogo dependerá de revisão formal deste Termo de Referência e do contrato, com prévia justificativa técnica e análise jurídica.

## 12.2. Estrutura mínima do catálogo

12.2.1. Para cada serviço técnico remunerado por HST, o catálogo deverá conter, no mínimo, os seguintes campos:

12.2.1.1. a) Código do serviço (ex.: DEV-01, INT-02, BI-01, DAD-01 etc.);

12.2.1.2. b) Descrição sintética e clara do serviço, indicando a natureza da atividade (desenvolvimento, integração, BI, dados, testes, UX/UI, consultoria técnica etc.);

12.2.1.3. c) Classificação de complexidade (ex.: Baixa, Média, Alta), com critérios objetivos de enquadramento, destinada exclusivamente à definição de prazos de entrega e apuração de Níveis de Serviço (SLAs);

12.2.1.4. d) Perfis profissionais aptos a executar (ex.: Desenvolvedor Full Stack Pleno/Sênior, Analista de Sistemas, Cientista de Dados, Engenheiro de Dados, Analista de Testes, UX/UI Designer);

12.2.1.5. e) Produtos e resultados esperados (artefatos, incrementos de software, integrações operacionais etc.);

12.2.1.6. f) Critérios objetivos de aceitação (testes, homologação, documentação mínima, atualização de repositório, evidências na ferramenta de gestão);

12.2.1.7. g) Prazo máximo de execução por nível de complexidade.

12.2.2. A tabela do catálogo deverá permitir a rastreabilidade entre: serviço contratado, HST estimadas, HST efetivamente consumidas, perfil executante e produtos aceitos, de forma a viabilizar auditoria e controle.

## 12.3. Exemplos de famílias de serviços (conforme ETP)

12.3.1. Sem prejuízo da tabela detalhada, o catálogo deverá abranger, pelo menos, as seguintes famílias de serviços, já estruturadas no ETP:

12.3.1.1. a) Serviços de desenvolvimento de funcionalidades e módulos (DEV-xx);

12.3.1.2. b) Serviços de integração de sistemas e dados (INT-xx);

12.3.1.3. c) Serviços de dados, BI e análises (DAD/BI-xx);

12.3.1.4. d) Serviços de experiência do usuário e interface (UX-xx);

12.3.1.5. e) Serviços de testes e garantia da qualidade (TST-xx);

12.3.1.6. f) Serviços de arquitetura, segurança e consultoria técnica especializada (ARC/SEG-xx).

12.3.2. Cada família deverá ter critérios específicos de complexidade e de produtos esperados compatíveis com a natureza da atividade (por exemplo, integrações considerando número de sistemas envolvidos e volume de dados; serviços de BI considerando número de fontes e complexidade dos indicadores).

## 12.4. Regras de utilização do catálogo nas OS / backlog

12.4.1. Toda demanda de desenvolvimento ou evolução deverá ser vinculada, na abertura da OS ou do item de backlog, a um ou mais serviços do catálogo, com indicação obrigatória:

12.4.1.1. a) código(s) do(s) serviço(s);

12.4.1.2. b) nível de complexidade inicialmente estimado;

12.4.1.3. c) quantidade estimada de HST por serviço;

12.4.1.4. d) perfis profissionais previstos;

12.4.1.5. e) produtos esperados.

12.4.2. **Fica expressamente estabelecido que a classificação de complexidade (Baixa, Média, Alta) atribuída aos serviços do catálogo ou aos itens de backlog tem finalidade exclusiva de balizar os prazos de execução, os Níveis de Serviço (SLAs) e os indicadores de desempenho. A classificação de complexidade não constitui fator multiplicador de custos, não altera o valor unitário da Hora de Serviço Técnico (HST) e não serve como métrica de cobrança ou faturamento.**

12.4.3. A estimativa de HST por serviço deverá observar as faixas referenciais do catálogo e poderá utilizar, quando aplicável, o Roteiro de Métricas de Software do SISP como referência de esforço, em consonância com o ETP.

12.4.4. Reestimativas de esforço (HST) somente serão admitidas mediante justificativa técnica registrada na ferramenta de gestão de demandas, com aprovação do Product Owner/SEE e do gestor do contrato, preservando-se o vínculo com os serviços do catálogo e o controle sobre o Banco de HST.

12.4.5. A emissão de faturas de desenvolvimento deverá estar acompanhada de relatório consolidado que demonstre, para o período de medição:

12.4.5.1. a) OS/backlogs atendidos;

12.4.5.2. b) serviços do catálogo utilizados;

12.4.5.3. c) HST estimadas x HST realizadas por serviço;

- 12.4.5.4. d) produtos efetivamente aceitos;
- 12.4.5.5. e) eventuais reestimativas autorizadas.
- 12.5. **Crítérios de aceitação vinculados ao catálogo**
- 12.5.1. O aceite dos serviços será sempre realizado com base nos critérios objetivos definidos no catálogo, incluindo, entre outros:
  - 12.5.1.1. a) execução de testes unitários, integrados e, quando aplicável, testes de desempenho e segurança;
  - 12.5.1.2. b) homologação funcional pelas áreas de negócio;
  - 12.5.1.3. c) entrega e validação de documentação técnica mínima (diagramas, especificações, manuais técnicos, scripts de implantação);
  - 12.5.1.4. d) atualização de repositórios de código e de configuração (Git) da SEE/AC;
  - 12.5.1.5. e) registro adequado dos itens concluídos na ferramenta de gestão.
- 12.5.2. A ausência de atendimento aos critérios de aceitação previstos no catálogo implicará não aceite da entrega e, por consequência, impossibilidade de faturamento das HST correspondentes até a devida regularização.
- 12.6. **Atualização controlada do catálogo**
- 12.6.1. A Administração poderá propor ajustes ao catálogo para adequação a novas demandas ou tecnologias, desde que mantida a lógica de mensuração objetiva e controle descrita no ETP e neste TR.
- 12.6.2. Qualquer atualização do catálogo deverá ser formalizada por meio de termo aditivo ou documento equivalente, com:
  - 12.6.2.1. a) justificativa técnica;
  - 12.6.2.2. b) análise do impacto na estimativa de demanda e no Banco de HST;
  - 12.6.2.3. c) manutenção de critérios claros de complexidade, faixas de HST e critérios de aceitação, de modo a preservar a aderência às diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025) e às recomendações dos órgãos de controle.

### 13. NÍVEIS DE SERVIÇO (SLA/NMR) E INDICADORES

#### 13.1. Disposições gerais

- 13.1.1. Os níveis de serviço (SLAs) e indicadores previstos neste Termo de Referência têm por finalidade assegurar a qualidade, a continuidade e a previsibilidade dos serviços de sustentação e desenvolvimento de software, vinculando a remuneração ao desempenho efetivo da contratada e permitindo o adequado controle pela SEE/AC e pelos órgãos de controle.
- 13.1.2. Os SLAs e indicadores aqui definidos reproduzem e detalham as diretrizes constantes do Estudo Técnico Preliminar, sendo vedada a sua flexibilização em prejuízo do modelo de controle, salvo por motivação técnica expressa, formalmente registrada e submetida à análise jurídica e de controle interno.

#### 13.2. SLAs para o componente de sustentação

- 13.2.1. Deverão ser definidos, no mínimo, os seguintes grupos de SLAs para os serviços de sustentação:
  - 13.2.1.1. a) Tempo de resposta: prazo máximo para atendimento inicial de chamados, contado a partir do registro na ferramenta de gestão, por nível de criticidade (Crítico, Alto, Médio, Baixo);
  - 13.2.1.2. b) Tempo de solução: prazo máximo para solução definitiva ou provisória aceitável (workaround) de incidentes e problemas, por nível de criticidade;
  - 13.2.1.3. c) Disponibilidade de sistemas: percentual mínimo de disponibilidade mensal dos sistemas classificados como críticos, conforme janela de operação definida pela SEE/AC;
  - 13.2.1.4. d) Taxa de reincidência: limite máximo de reincidência de incidentes da mesma natureza em determinado período, especialmente para sistemas críticos;
  - 13.2.1.5. e) Cumprimento de janelas de manutenção: respeito às janelas previamente acordadas e à comunicação prévia de indisponibilidades programadas.
- 13.2.2. Os níveis de serviço mínimos (percentuais, tempos e limites) serão apresentados em tabela anexa a este TR, devendo estar em coerência com os parâmetros indicados no ETP e com a criticidade das soluções mantidas.
- 13.2.3. O pagamento do componente de sustentação estará condicionado à apuração dos SLAs definidos, podendo haver glosas proporcionais em caso de descumprimento, conforme critérios estabelecidos na seção de glosas e sanções deste Termo de Referência.

#### 13.3. Indicadores para o componente de desenvolvimento (HST)

- 13.3.1. Para os serviços de desenvolvimento, evolução e integração, além dos critérios de aceitação por serviço do catálogo, poderão ser monitorados indicadores operacionais, tais como:
  - 13.3.1.1. a) Velocidade de sprint: quantidade média de itens de backlog ou serviços do catálogo concluídos por sprint;
  - 13.3.1.2. b) Escopo planejado x realizado por sprint: percentual de itens concluídos em relação ao planejado;

- 13.3.1.3. c) Taxa de retrabalho: percentual de itens reabertos ou não aceitos na primeira submissão;
- 13.3.1.4. d) Defeitos em produção: quantidade de incidentes em ambiente produtivo atribuíveis a entregas recentes.
- 13.3.2. Esses indicadores serão utilizados para subsidiar a gestão do contrato, a revisão da capacidade, o replanejamento do backlog e ações de melhoria contínua, sem afastar a aplicação das regras de aceite e de faturamento, que continuarão baseadas nos critérios objetivos e no catálogo de serviços.

#### 13.4. Integração entre SLAs, indicadores e medição

- 13.4.1. A contratada deverá apresentar mensalmente relatório consolidado contendo, no mínimo:
- 13.4.1.1. a) apuração dos SLAs de sustentação (por indicador e sistema);
- 13.4.1.2. b) resumo dos indicadores operacionais de desenvolvimento;
- 13.4.1.3. c) consumo de HST por serviço do catálogo;
- 13.4.1.4. d) principais riscos e ações de mitigação adotadas.
- 13.4.2. Os relatórios de SLAs e indicadores integrarão a base de informações utilizada pelo gestor e pelos fiscais do contrato para fins de:
- 13.4.2.1. a) validação das medições e faturamentos;
- 13.4.2.2. b) análise de desempenho da contratada;
- 13.4.2.3. c) registro de ocorrências relevantes na matriz de riscos;
- 13.4.2.4. d) proposição de ajustes de capacidade ou priorização de backlog.
- 13.4.3. Qualquer alteração nos SLAs ou indicadores que possa reduzir o nível de serviço prestado ou fragilizar o controle da execução dependerá de prévia justificativa técnica, manifestação do controle interno e, quando aplicável, anuência dos órgãos de controle externo, em consonância com as diretrizes estabelecidas no ETP e na Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025.

### 14. QUANTITATIVOS ESTIMADOS E BANCO DE HST

#### 14.1. Disposições gerais

- 14.1.1. Os quantitativos de serviços de sustentação e de desenvolvimento/evolução estimados para esta contratação foram definidos no Estudo Técnico Preliminar nº (0019455341), com base em diagnóstico de demandas atuais, backlog institucional, requisitos mapeados pelo CIEB/CONSED e necessidade de migração gradual das funcionalidades do SIMAED para o ATENA.
- 14.1.2. Os quantitativos aqui indicados têm natureza estimativa, destinando-se à adequada previsão orçamentária e à formação do Sistema de Registro de Preços, não representando obrigação de consumo integral por parte da SEE/AC, nos termos da legislação aplicável.

#### 14.2. Quantitativos estimados de Hora de Serviço Técnico (HST)

- 14.2.1. Para o componente de desenvolvimento e evolução remunerado por HST, adota-se, como **consumo o quantitativo de 68.500** (sessenta e oito mil e quinhentas) HST, distribuídas conforme os eixos de atuação definidos no ETP:
- 14.2.1.1. a) Absorção e Evolução Digital (CIEB): 65,84% – 45.100 HST (item 5.8 ETP);
- 14.2.1.2. b) Sustentação Adaptativa e Transição: 21,35% – 14.625 HST (item 5.9 ETP);;
- 14.2.1.3. c) Governança e Soberania Digital: 12,81% – 8.775 HST (item 5.9 ETP);
- 14.2.1.4. A título de detalhamento da demanda é de 68.500 HST, apresenta-se a distribuição por macroprocesso de negócio, conforme levantamento do CIEB e estudo técnico preliminar (0019455341):

Macroprocesso - Absorção e Evolução Digital (CIEB): 65,84%	HST estimado
Matrícula e enturmação de estudantes	21.800
Alocação de professores às turmas	13.200
Lançamento e gestão de frequência e notas	8.700
Infraestrutura e governança de TI	1.400
<b>Macroprocesso - Sustentação adaptativa e transição 21,35%</b>	<b>14.625</b>
<b>Macroprocesso - Governança e Soberania Digital 12,81 %</b>	<b>8.775</b>
<b>Total geral</b>	<b>68.500</b>

- 14.2.2. **Da Margem Operacional e Formação da Ata (Sistema de Registro de Preços):** Além do consumo estimado



delineado acima, o Sistema de Registro de Preços registrará um **quantitativo máximo total de até 110.000 (cento e dez mil) HST** para a vigência contratual de 12 (doze) meses. A diferença entre o consumo (68.500 HST) e o quantitativo máximo registrado (110.000 HST) constitui reserva técnica e operacional, visando:

14.2.3. I - O atendimento a demandas futuras e supervenientes da SEE/AC, oriundas de alterações legislativas ou novas políticas educacionais;

14.2.4. II - A absorção de eventuais picos de demanda que exijam a deflagração de múltiplos ciclos ágeis (sprints) simultâneos.

14.2.5. O **Banco de HST** é definido, para fins deste TR, como o limite máximo de horas de serviço técnico estimadas para a vigência contratual, distribuídas entre os serviços do catálogo, sem obrigatoriedade de consumo integral, sendo sua utilização condicionada à emissão de Ordens de Serviço ou à priorização de itens de backlog autorizados expressamente pela SEE/AC.

14.2.6. A distribuição interna do Banco de HST entre os serviços do catálogo e entre os eixos de atuação poderá ser ajustada ao longo da vigência, em função da priorização do backlog e do consumo histórico, desde que mantidos os limites máximos registrados e respeitados os procedimentos de planejamento e controle definidos neste TR.

#### 14.3. **Quantitativos relacionados ao componente de sustentação**

14.3.1. Os quantitativos de profissionais júnior e as faixas de sustentação (por exemplo, 2, 4, 6, 8 e 10 profissionais) serão definidos em tabela própria deste TR, com base na matriz de dimensionamento constante do ETP, considerando o número de sistemas e módulos sob responsabilidade da SEE/AC e o volume de demandas recorrentes de sustentação.

14.3.2. A contratação do componente de sustentação não implica obrigação de utilização permanente da faixa máxima, podendo a SEE/AC ajustar a faixa de sustentação, mediante termo específico ou mecanismo de registro na Ata, com base em parâmetros objetivos de demanda (volume de chamados, inclusão de novos módulos, ampliação do horário de atendimento etc.) e na disponibilidade orçamentária.

#### 14.4. **Reavaliação periódica das estimativas**

14.4.1. A SEE/AC realizará, preferencialmente a cada exercício, reavaliação dos quantitativos estimados de HST e das faixas de sustentação, tomando como insumos:

- 14.4.1.1. a) consumo efetivo de HST por serviço do catálogo;
- 14.4.1.2. b) evolução do backlog e das prioridades de negócio;
- 14.4.1.3. c) indicadores de desempenho e relatórios de SLAs;
- 14.4.1.4. d) alterações de escopo e inclusão de novos sistemas ou módulos.

14.4.2. A reavaliação terá por objetivo ajustar as estimativas às necessidades reais, mitigar riscos de sobre ou subdimensionamento e reforçar a aderência às orientações dos órgãos de controle quanto à fundamentação das estimativas de demanda e à economicidade da contratação.

14.4.3. Eventuais revisões significativas dos quantitativos máximos registrados deverão ser formalmente justificadas, com base em dados históricos e em novas necessidades devidamente demonstradas, e submetidas à análise jurídica e de controle interno antes de sua implementação.

### 15. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E FATURAMENTO**

#### 15.1. **Disposições gerais**

15.1.1. A medição e o faturamento dos serviços objeto deste Termo de Referência observarão, de forma estrita, o modelo híbrido definido no ETP, distinguindo claramente: (i) componente de sustentação, remunerado por valor fixo mensal atrelado a níveis de serviço; e (ii) componente de desenvolvimento e evolução, remunerado por Hora de Serviço Técnico (HST), vinculada ao catálogo de serviços técnicos.

15.1.2. Em nenhuma hipótese será admitido faturamento desacompanhado de evidências de execução, de apuração dos níveis de serviço e de aceite formal das entregas, de modo a assegurar a rastreabilidade das medições e a vinculação do pagamento a resultados comprováveis.

#### 15.2. **Medição e faturamento do componente de sustentação**

15.2.1. A medição da sustentação será mensal, com base em relatório consolidado apresentado pela contratada e validado pela SEE/AC, contendo, no mínimo:

- 15.2.1.1. a) quantitativo de chamados e demandas atendidas, por sistema e por criticidade;
- 15.2.1.2. b) tempos de resposta e solução apurados, comparados aos SLAs estabelecidos;
- 15.2.1.3. c) registro de indisponibilidades e cumprimento de janelas de manutenção;
- 15.2.1.4. d) principais incidentes e ações corretivas e preventivas adotadas.

15.2.2. O valor mensal devido a título de sustentação somente será considerado integralmente devido se os níveis de serviço mínimos forem cumpridos, podendo ser aplicadas glosas proporcionais em caso de descumprimento, conforme critérios a serem detalhados na seção de glosas e sanções.

15.2.3. A presença física ou a quantidade de profissionais alocados não constituem, por si sós, critério de medição ou

pagamento, servindo apenas como referência de capacidade mínima, sendo a remuneração condicionada à entrega efetiva dos serviços de sustentação com atendimento aos SLAs.

15.2.4. Os tempos de resposta e solução utilizados para apuração dos SLAs serão extraídos dos registros da ferramenta de Service Desk/gestão de demandas, de forma a reduzir a subjetividade na fiscalização e assegurar rastreabilidade das informações utilizadas no cálculo das glosas.

### 15.3. **Medição e faturamento do componente de desenvolvimento e evolução (HST)**

15.3.1. A medição dos serviços de desenvolvimento, evolução e integração será realizada com base no catálogo de serviços técnicos, nas Ordens de Serviço (OS) e nos itens de backlog efetivamente concluídos e aceitos pela SEE/AC no período de competência.

15.3.2. Para cada OS ou conjunto de itens de backlog, a contratada deverá apresentar, para validação da SEE/AC:

- 15.3.2.1. a) identificação da OS/itens de backlog;
- 15.3.2.2. b) serviços do catálogo utilizados (códigos e descrições);
- 15.3.2.3. c) estimativa inicial de HST por serviço e perfil;
- 15.3.2.4. d) HST efetivamente realizadas, discriminadas por serviço e perfil;
- 15.3.2.5. e) evidências de execução (artefatos técnicos, registros na ferramenta de gestão, testes, documentação e homologação).

15.3.3. O faturamento das HST somente será admitido em relação a serviços que tenham sido:

- 15.3.3.1. a) concluídos no período de medição;
- 15.3.3.2. b) aceitos formalmente pela SEE/AC, com base nos critérios de aceitação definidos no catálogo;
- 15.3.3.3. c) devidamente registrados e vinculados na ferramenta de gestão de demandas.
- 15.3.3.4. Reestimativas de esforço que resultem em aumento de HST em relação à estimativa inicial deverão ser expressamente justificadas pela contratada, aprovadas pelo Product Owner e pelo gestor do contrato e registradas na ferramenta de gestão, sob pena de não reconhecimento das horas excedentes para fins de faturamento.

15.3.4. Não serão passíveis de faturamento:

- 15.3.4.1. a) horas lançadas sem vínculo a serviços do catálogo;
- 15.3.4.2. b) horas associadas a itens de backlog ou OS não concluídos ou não aceitos;
- 15.3.4.3. c) horas despendidas em atividades internas da contratada não relacionadas ao objeto contratual;
- 15.3.4.4. d) horas lançadas em desacordo com os perfis e limites estabelecidos neste TR.

### 15.4. **Procedimentos para apresentação e conferência de faturas**

15.4.1. A cada período de medição, a contratada deverá apresentar:

- 15.4.1.1. a) relatório de medição de sustentação;
- 15.4.1.2. b) relatório de medição de desenvolvimento (HST), consolidando informações por OS, serviço do catálogo e perfil;
- 15.4.1.3. c) relatório de apuração dos SLAs e indicadores previstos na seção específica deste TR.

15.4.2. Os relatórios serão analisados pelos fiscais do contrato, que poderão solicitar esclarecimentos, ajustes ou documentos complementares antes de emitir o ateste de medição, condição necessária para a liquidação da despesa e pagamento.

15.4.3. Divergências entre os registros da contratada e os registros da SEE/AC na ferramenta de gestão de demandas serão sanadas com base nos dados desta última, prevalecendo os registros oficiais da Administração para fins de medição e faturamento.

15.4.4. A ausência de apresentação tempestiva dos relatórios de medição ou a inconsistência reiterada de informações poderá ensejar a suspensão de pagamentos até a regularização, sem prejuízo da aplicação de sanções cabíveis.

## 16. **FORMAÇÃO DE PREÇOS**

### 16.1. **Disposições gerais**

16.1.1. A formação de preços desta contratação observará a metodologia definida no Estudo Técnico Preliminar e neste TR, alinhada às diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025 e ao Mapa de Pesquisa Salarial da SGD/MGI, de modo a assegurar aderência a parâmetros de mercado, transparência na composição de custos e mitigação de riscos de sobrepreço.

16.1.2. Os licitantes deverão apresentar planilhas de custos e formação de preços em modelo a ser disponibilizado pela SEE/AC, observadas as diretrizes e os parâmetros estabelecidos na Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025 e no seu Anexo II (Mapa de Pesquisa Salarial), bem como no modelo de planilha de custos disponibilizado pela Secretaria de Governo Digital, contemplando, de forma segregada e detalhada, os componentes de sustentação (valor mensal por faixa de equipe) e de desenvolvimento/evolução (valores de Hora de Serviço Técnico – HST, por perfil profissional), em consonância com o modelo híbrido adotado.

16.1.3. As planilhas de custos deverão ser apresentadas no modelo sintético e analítico, com memória de cálculo detalhada, permitindo à Administração verificar a coerência dos preços ofertados com os parâmetros estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar, especialmente quanto:

16.1.3.1. a) aos salários de referência adotados por perfil profissional, com indicação da fonte de pesquisa ou parâmetro de mercado utilizado;

16.1.3.2. b) à composição dos encargos sociais e trabalhistas, discriminados individualmente (INSS, FGTS, 13º salário, férias, 1/3 constitucional, multa rescisória, SAT/RAT, salário educação, INCRA, Sesi/Senai, etc.);

16.1.3.3. c) aos benefícios concedidos (vale-transporte, vale-alimentação, plano de saúde, seguro de vida, etc.), com indicação dos valores unitários e da base de cálculo;

16.1.3.4. d) aos custos administrativos e operacionais, com indicação do percentual praticado e sua composição;

16.1.3.5. e) aos tributos incidentes (ISS, PIS, COFINS, IRPJ, CSLL), com indicação das alíquotas efetivas e regime de tributação;

16.1.3.6. f) à margem de lucro, com indicação do percentual adotado.

16.1.4. Para o componente de desenvolvimento (Item 1 – HST), as planilhas deverão apresentar os valores unitários de HST para cada perfil profissional previsto no Catálogo de Serviços de TIC, alinhada às diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025 e ao Mapa de Pesquisa Salarial da SGD/MGI,

16.1.5. Para o componente de sustentação (Item 2 – valor fixo mensal), as planilhas deverão apresentar o valor mensal para cada faixa de escalonamento (Faixas 1 a 5), com a composição detalhada dos custos dos perfis profissionais que compõem cada faixa (Desenvolvedores Full Stack – Nível Júnior).

16.1.6. A SEE/AC poderá solicitar esclarecimentos adicionais ou abertura de memórias de cálculo complementares sempre que identificar inconsistências, omissões ou indícios de inexecuibilidade ou sobrepreço nas planilhas apresentadas, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

16.1.7. A não apresentação das planilhas de custos no formato exigido, com o nível de detalhamento mínimo previsto neste item, ou a apresentação de informações inconsistentes que impeçam a análise de exequibilidade e economicidade da proposta, poderá ensejar a desclassificação do licitante.

## 16.2. **Formação de preços do componente de sustentação**

16.2.1. Para o componente de sustentação, o preço deverá ser apresentado em forma de valor mensal para cada faixa de quantitativo de profissionais júnior prevista neste TR, considerando a composição de custos de mão de obra (salários de referência, encargos sociais, benefícios), despesas indiretas, tributos e margem de lucro, em linha com os parâmetros referenciais constantes do Mapa de Pesquisa Salarial da SGD/MGI nº 6.040/2025 e dos estudos realizados no ETP.

16.2.2. A composição de custos deverá ser apresentada de forma aberta, permitindo à SEE/AC verificar a coerência dos valores com os referenciais adotados, em especial quanto à utilização do Fator-K e demais parâmetros definidos no ETP.

16.2.3. Os valores mensais por faixa de sustentação deverão refletir exclusivamente a prestação da “cesta de serviços” associada à manutenção dos sistemas e ao cumprimento dos SLAs, não podendo embutir remuneração de serviços claramente enquadráveis no catálogo de serviços técnicos remunerados por HST.

## 16.3. **Formação de preços do componente de desenvolvimento e evolução (HST)**

16.3.1. Para o componente de desenvolvimento e evolução, os licitantes deverão apresentar valores unitários de Hora de Serviço Técnico (HST) para cada perfil profissional previsto na planilha modelo e na planilha de elaboração de custos (por exemplo: Desenvolvedor Full Stack Pleno, Desenvolvedor Full Stack Sênior, Analista de Sistemas, Analista de Testes, Cientista de Dados, UX/UI Designer etc.), com base em composições de custos que sigam a mesma lógica aplicada ao componente de sustentação.

16.3.2. Os valores de HST deverão considerar:

16.3.2.1. a) remuneração de referência para o perfil, à luz do Mapa de Pesquisa Salarial da SGD/MGI nº 6.040/2025.;

16.3.2.2. b) encargos sociais e trabalhistas;

16.3.2.3. c) benefícios;

16.3.2.4. d) despesas administrativas e operacionais;

16.3.2.5. e) tributos;

16.3.2.6. f) margem de lucro.

16.3.3. Não será admitida a apresentação de valores globais de serviços sem indicação clara dos valores unitários de HST por perfil, de modo a preservar a aderência ao modelo de mensuração e controle por HST estabelecido neste TR.

16.3.4. A planilha de preços deverá permitir a reconstrução, pela Administração, do valor total da proposta para os quantitativos estimados de HST e de sustentação, bem como a análise de cenários de consumo, em consonância com o Banco de HST e com as faixas de sustentação previstas.

## 16.3.5. **Da Obrigatoriedade de Precificação em Regime de Tributação Ordinária:**

16.3.6. Tendo em vista que o valor global estimado para esta contratação supera o limite máximo de faturamento anual

para enquadramento no regime do Simples Nacional (LC nº 123/2006), as licitantes deverão formular suas planilhas de custos e formação de preços adotando as alíquotas de tributos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) correspondentes ao regime de **Lucro Presumido ou Lucro Real**, conforme aplicável.

16.3.7. A apresentação de proposta com alíquotas reduzidas, próprias do regime do Simples Nacional, será considerada erro na formação de preço, ensejando diligência para retificação ou desclassificação por inexecutabilidade. Eventual desenquadramento do regime do Simples Nacional durante a vigência do contrato é risco empresarial da CONTRATADA, sendo vedado qualquer pedido de reequilíbrio econômico-financeiro fundamentado na majoração da carga tributária decorrente desta transição de regime.

#### 16.3.8. **Do Custeio de Deslocamentos e Logística Itinerante:**

16.3.9. Fica expressamente estabelecido que todos os custos diretos e indiretos atinentes à logística de deslocamento de profissionais da equipe de Desenvolvimento/Evolução (HST) ou Sustentação para atendimento, implantação, levantamento de requisitos ou suporte *in loco* nas unidades administrativas, regionais e escolares da rede estadual, em qualquer município do Estado do Acre, são de inteira e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.

16.3.10. a) Estão compreendidos nestes custos operacionais, exemplificativamente: passagens aéreas, fluviais e terrestres, locação de veículos, combustíveis, diárias, hospedagem, alimentação e seguro-viagem.

16.3.11. b) **Vedação de Pagamento Apartado:** É terminantemente vedado à CONTRATADA emitir faturas apartadas, solicitar ressarcimento ou requerer o pagamento de diárias e passagens à SEE/AC.

16.3.12. c) **Diluição nos Custos:** A licitante deverá mensurar os riscos logísticos e provisionar tais despesas em sua planilha de formação de preços, embutindo-as obrigatoriamente na sua taxa de Custos Administrativos e Operacionais (Despesas Indiretas / Fator-K) ou diluindo-as no valor unitário da Hora de Serviço Técnico (HST) ofertada.

16.3.13. d) **Vedação de Reequilíbrio:** Não serão aceitos, em hipótese alguma, pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro, repactuação ou aditivos contratuais fundamentados em alegado desconhecimento da geografia regional, flutuação de preços de passagens ou elevação de custos logísticos para o atendimento nas unidades do interior do Estado.

#### 16.4. **CrITÉrios de aceitação das propostas de preços**

16.4.1. Na análise de aceitabilidade de preços, a SEE/AC considerará, entre outros elementos:

16.4.1.1. a) aderência das composições de custos aos parâmetros de mercado e ao Mapa de Pesquisa Salarial da SGD/MGI nº 6.040/2025.;

16.4.1.2. b) coerência entre valores de HST por perfil e as responsabilidades técnicas atribuídas no TR;

16.4.1.3. c) compatibilidade dos valores mensais de sustentação com a estrutura de equipe e com os serviços a serem prestados.

16.4.2. Propostas com valores unitários de HST ou valores mensais de sustentação manifestamente incompatíveis com os referenciais técnicos e de mercado poderão ser desclassificadas por inexecutabilidade ou por superestimativa injustificada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.4.3. Propostas com valores unitários de Hora de Serviço Técnico (HST) ou valores mensais de sustentação manifestamente incompatíveis com os referenciais técnicos e de mercado poderão ser desclassificadas por inexecutabilidade ou por superestimativa injustificada, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021, assegurado o prévio contraditório.

16.4.4. Serão consideradas sob **forte indício de inexecutabilidade**, acionando o procedimento de diligência rigorosa, as propostas que apresentarem:

a) Valor global igual ou inferior a **60% (sessenta por cento)** do orçamento estimado pela Administração; ou

b) Remuneração-base para os perfis profissionais inferior a **75% (setenta e cinco por cento)** da tabela de referência do Anexo II da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025.

16.4.5. Configurado o indício de inexecutabilidade, a Administração promoverá diligência junto à licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, abrindo-se prazo para que esta comprove analiticamente a viabilidade econômica de sua proposta, sob pena de desclassificação.

16.4.6. Na diligência, a licitante deverá demonstrar de forma matemática, contábil e documental que o preço proposto é capaz de suportar todos os insumos necessários à adequada execução contratual, detalhando obrigatoriamente:

**I. Custos Diretos:** Salários, encargos trabalhistas, tributos locais e federais incidentes sobre a prestação do serviço;

**II. Custos Operacionais e de Infraestrutura:** Fornecimento de equipamentos para execução dos serviços (hardwares, computadores, monitores), licenças de software e ferramentas de desenvolvimento;

**III. Custos Logísticos:** Deslocamentos logísticos entre as unidades da SEE/AC, diárias e logística de implantação/suporte presencial de sistemas;

**IV. Governança e Mitigação de Riscos:** Custeio do **Preposto** da empresa, da equipe de gestão ágil e o valor do prêmio do Seguro Garantia exigido neste Termo de Referência.

**Da Vinculação Salarial (Prevenção à Fraude):** Para afastar a presunção de inexecutabilidade, os salários declarados na planilha de formação de preços da proposta deverão ser rigorosamente idênticos aos valores que serão pagos aos

profissionais alocados. A licitante deverá comprovar esse vínculo mediante a apresentação de anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CLT), contratos de prestação de serviços (PJ) vigentes ou Declarações de Compromisso Futuro de Contratação assinadas pelos profissionais que assumirão as vagas.

16.4.7. A comprovação da exequibilidade poderá exigir a apresentação de memória de cálculo, planilhas detalhadas, notas fiscais, contratos similares vigentes com outros clientes, demonstração de produtividade da equipe e quaisquer justificativas técnicas que validem os custos. A análise da Administração considerará a coerência entre os preços ofertados, as exigências tecnológicas do ambiente da SEE/AC e a capacidade operacional demonstrada.

16.4.8. Caso a licitante não apresente os elementos solicitados, apresente documentação evasiva, ou não comprove de forma contábil e satisfatória que os preços propostos suportam a execução ininterrupta do objeto, a proposta será desclassificada por inexecutabilidade, prosseguindo-se com a análise da proposta subsequente, observada a ordem de classificação

#### 16.5. **Reajuste**

16.5.1. Os preços contratados serão reajustados anualmente, a cada interregno de 1 (um) ano, contados da data-base do orçamento estimado pela Administração, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ou outro que venha a substituí-lo, em conformidade com a minuta contratual, nos termos do art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

16.5.2. O reajuste aplicar-se-á de forma uniforme aos valores unitários da Hora de Serviço Técnico (HST) e aos valores mensais fixos das faixas de sustentação, observados os mesmos percentuais e critérios.

16.5.3. O reajustamento deverá ser precedido de solicitação formal da Contratada, protocolada dentro da vigência contratual, identificando o índice e o período de incidência do reajuste.

16.5.4. A Contratada deverá formalizar o requerimento de reajuste no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após decorrido 1 (um) ano da data-base do orçamento (para o primeiro reajuste) e 1 (um) ano da data-base da concessão do último reajuste (para os reajustes subsequentes), sob pena de preclusão dos efeitos financeiros retroativos.

16.5.5. O transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias sem pedido formal de reajuste não afastará o direito da Contratada de pleiteá-lo a qualquer tempo, porém a concessão produzirá efeitos financeiros apenas prospectivos, ou seja, em relação aos serviços ainda não medidos, mesmo que já executados.

16.5.6. Em caso de atraso na execução dos serviços por responsabilidade da Contratada, aplicar-se-ão as seguintes regras:

16.5.6.1. Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas conforme o cronograma físico-financeiro original;

16.5.6.2. Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem efetivamente executados.

16.5.7. Na hipótese de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Administração pagará à Contratada o valor calculado com base no último índice anual vigente, liquidando a diferença tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.5.8. O pedido de reajuste ou de reequilíbrio econômico-financeiro deverá observar o procedimento previsto na minuta de contrato, incluindo análise pelo fiscal do contrato, manifestação da Procuradoria-Geral e decisão final pelo gestor do contrato ou da Ata de Registro de Preços.

### 17. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

17.1. O julgamento das propostas observará o critério de **menor preço global**, considerando a combinação dos itens relativos ao componente de sustentação (valores mensais por faixa de equipe) e ao componente de desenvolvimento e evolução (valores unitários de Hora de Serviço Técnico – HST, por perfil profissional), conforme detalhado na planilha de custos e formação de preços integrante do edital.

17.2. Para fins de comparação das propostas, será utilizado o cenário de consumo estimado definido no Estudo Técnico Preliminar, contemplando:

17.2.1. (i) quantitativos estimados de HST por perfil profissional, por eixo de atuação; e

17.2.2. (ii) faixas de sustentação previstas neste Termo de Referência, de modo a possibilitar a obtenção de um valor global comparável entre os licitantes.

17.3. A análise de aceitabilidade das propostas observará a coerência entre os valores unitários ofertados (HST por perfil e valores mensais de sustentação) e os parâmetros de formação de preços estabelecidos neste TR, podendo ser exigidos esclarecimentos e comprovações adicionais quando forem identificados valores manifestamente inexequíveis ou excessivos.

17.4. Propostas que apresentem preços globalmente inexequíveis, ou cujos preços unitários de HST ou valores mensais de sustentação destoem de forma injustificada dos referenciais técnicos e de mercado, poderão ser desclassificadas, assegurada a prévia oportunidade de manifestação do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.5. A metodologia de julgamento aqui descrita deverá estar refletida na minuta de edital, incluindo a forma de cálculo do valor global de comparação, a planilha de referência e as condições para análise de exequibilidade, em aderência ao modelo de contratação e à memória de cálculo constante do Estudo Técnico Preliminar.

17.6. A avaliação de conformidade técnica mediante prova de conceito observará as disposições do item 27, deste Termo de Referência, inclusive quanto a realização posterior a habilitação da licitante provisoriamente vencedora, nos termos do art. 17, parágrafo I, da Lei nº 14.133/2021.

**18. JUSTIFICATIVA DA MODALIDADE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO - SRP (DECRETO N.º 11.363/2023, ART 303)**

18.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços – SRP para a presente contratação justifica-se em razão da natureza continuada e dinâmica dos serviços de sustentação e desenvolvimento de software, que envolvem demandas variáveis ao longo do tempo, tanto em volume quanto em escopo, a depender da evolução do Sistema ATENA, da migração gradual das funcionalidades do SIMAED e da priorização do backlog institucional da SEE/AC.

18.2. No componente de desenvolvimento e evolução remunerado por HST, a quantidade efetivamente demandada de horas por tipo de serviço técnico depende de fatores que não podem ser determinados com precisão no momento da licitação, tais como: mudanças normativas, surgimento de novas necessidades de negócio, ajustes decorrentes de diagnósticos educacionais e prioridades definidas pela gestão. O SRP permite registrar quantitativos máximos e valores de referência, mantendo flexibilidade para que a SEE/AC somente contrate e consuma, por meio de Ordens de Serviço, o que for efetivamente necessário.

18.3. No componente de sustentação contínua, embora haja previsão de equipe mínima fixa (Faixa 1), o modelo prevê faixas escalonadas de quantitativo de profissionais, a serem acionadas conforme crescimento do portfólio de sistemas ou aumento do volume de chamados, em função de critérios objetivos e da disponibilidade orçamentária. O uso de SRP é adequado para registrar tais faixas e permitir à SEE/AC ajustar a capacidade de sustentação ao longo da vigência, sem necessidade de nova licitação a cada variação de demanda, observados os limites da ata.

18.3.1. No caso específico do componente de desenvolvimento remunerado por HST, o intervalo entre o consumo estimado de 68.500 HST e o quantitativo máximo anual registrado de até 110.000 HST decorre da perspectiva de crescimento da plataforma ATENA, da migração gradual das funcionalidades hoje suportadas pelo SIMAED e da inclusão planejada de novos módulos e integrações, conforme descrito no Estudo Técnico Preliminar nº 0019455341. Essa expansão projetada do escopo torna incerta, no momento da licitação, a quantidade exata de horas que será necessária a cada exercício, reforçando a adequação do uso do Sistema de Registro de Preços para registrar limites máximos e permitir contratação sob demanda.

18.4. A contratação via SRP também se mostra conveniente diante da possibilidade de que outros órgãos ou unidades da Administração estadual, com necessidades compatíveis de sustentação e desenvolvimento de sistemas educacionais ou administrativos, venham a aderir à ata, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.363/2023, aproveitando a estrutura de catálogo de serviços, perfis profissionais e formação de preços já construída pela SEE/AC.

18.5. A utilização do SRP, nesse contexto, contribui para:

18.5.1. a) racionalização de esforços de planejamento e de processos licitatórios, evitando múltiplas licitações semelhantes para objetos de mesma natureza;

18.5.2. b) ganho de escala na negociação de preços, a partir de um único procedimento licitatório com parâmetros alinhados às diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025;

18.5.3. c) maior previsibilidade orçamentária e capacidade de replanejamento, à medida em que se consolida a migração do SIMAED para o ATENA e se realoca gradualmente o orçamento hoje vinculado ao contrato nº 538/2022.

18.6. Dessa forma, a adoção do Sistema de Registro de Preços está em conformidade com o art. 82 da Lei nº 14.133/2021 e com o art. 303 do Decreto Estadual nº 11.363/2023, atendendo às características de serviços continuados, de contratação frequente, com quantidades incertas e necessidade de flexibilidade na execução, ao mesmo tempo em que preserva a observância aos princípios da economicidade, do planejamento e da eficiência administrativa.

**19. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO (LEI 14.133 ART. 40, § 3º)**

19.1. O art. 47 da Lei nº 14.133/2021 estabelece que as contratações devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente vantajosas. No entanto, considerando a natureza integrada dos sistemas sob responsabilidade da SEE/AC, especialmente a plataforma ATENA e seus diversos módulos, a Administração opta pela não divisão do objeto em lotes independentes.

19.2. A justificativa técnica para a indivisibilidade fundamenta-se nos seguintes pontos:

19.2.1. Interdependência Técnica: As atividades de desenvolvimento e sustentação compartilham o mesmo ecossistema tecnológico e conhecimento de negócio. A segmentação entre diferentes empresas comprometeria a eficiência, geraria conflitos de responsabilidade e dificultaria a gestão de níveis de serviço (SLAs).

19.2.2. Padronização Arquitetural: A manutenção de um único fornecedor assegura a visão sistêmica e a padronização da arquitetura de software, evitando a sobreposição de esforços e riscos à interoperabilidade.

19.2.3. Eficiência na Fiscalização: A concentração da responsabilidade em uma única contratada otimiza o uso dos recursos humanos da SEE/AC, que já enfrenta limitações de pessoal, evitando a necessidade de múltiplas equipes de gestão e fiscalização para objetos altamente relacionados.

19.3. Sob o aspecto da economicidade e gestão operacional, a não adoção de parcelamento permite:

19.3.1. Ganhos de escala na organização das equipes e na manutenção dos ambientes de desenvolvimento, homologação e produção.

19.3.2. Planejamento integrado do backlog, eliminando duplicidade de esforços e garantindo que a evolução tecnológica ocorra de forma harmônica em todos os módulos.

19.3.3. Redução da complexidade na coordenação de incidentes críticos, especialmente aqueles que envolvem módulos interdependentes.

19.4. Ressalta-se que a não adoção de parcelamento não impede a SEE/AC de definir frentes de atuação diversas (por módulo ou macroprocesso) internamente, desde que sob a responsabilidade da mesma contratada, garantindo a soberania tecnológica e a continuidade do serviço público.

## 20. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO E SUAS QUANTIDADES (REFERENCIAL)

20.1. O valor estimado desta contratação, para fins de planejamento e referência de julgamento, é composto por:

20.1.1. (i) Componente de desenvolvimento e evolução remunerado por Hora de Serviço Técnico (HST), conforme estimativa constante do Mapa de Preços; e

20.1.2. (ii) Valor anual de referência para o componente de sustentação contínua, correspondente à Faixa 5 (10 profissionais).

20.2. Os valores estimados têm caráter meramente referencial, destinando-se à adequada previsão orçamentária e à análise de economicidade, não representando obrigação de consumo integral dos quantitativos máximos registrados, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e com o Decreto Estadual nº 11.363/2023.

20.3. Para fins de consolidação, apresenta-se a seguir a tabela-resumo dos valores estimados para a contratação:

(A) Item	(B) Descrição	(C) Unidade	(D) Quantidade Máxima	(E) Quantidade de Meses	(F) Valor Unitário (R\$)	(G) Valor Unitário Anual= (ExF)	(H) Valor Total (R\$) = (DxF)
1	Serviços de Desenvolvimento e Evolução (HST)	HST	110.000	-			
2	Serviços de Sustentação (Faixa 5 - 10 profissionais)	Mês	10	12			
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO							R\$

NOTA EXPLICATIVA: OS VALORES A SEREM APRESENTADOS NA PROPOSTA DE LANCES PARA O ITEM 2, DEVEM SER CONSIDERADOS O VALOR UNITÁRIO DA COLUNA (F) MULTIPLICADO POR 12 (DOZE) MESES DA COLUNA (E), CONFORME VALOR RESULTANTE DA COLUNA (G).

20.4. Os valores apresentados para o Item 2 (Sustentação) correspondem a 12 meses de vigência inicial. O ETP estimou cenário de até 24 meses (incluindo prorrogação) para fins de planejamento do limite máximo da ata.

## 21. DAS QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS

### 21.1. Da Vistoria Técnica

21.1.1. A empresa interessada em realizar vistoria poderá agendar a data para a visita técnica, que deverá ser realizada em qualquer data até o segundo dia anterior a data da abertura da sessão pública, devendo ser previamente agendada data e horário diferentes para os eventuais interessados conforme disposto no § 4º do art. 63 da Lei de Licitações e poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 07:30 às 14:00 horas, acompanhado do corpo técnico desta Secretaria, pelo e-mail: detei@see.ac.gov.br. A realização de vistoria técnica é facultativa e tem por finalidade proporcionar às licitantes o conhecimento das condições, características e peculiaridades dos locais de execução dos serviços.

21.1.2. A licitante que optar por não realizar a vistoria deverá apresentar, como documento de qualificação técnica, **Declaração de Dispensa de Vistoria**, na qual ateste possuir pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à execução do objeto, bem como assumir integral responsabilidade por sua proposta e pela execução contratual, não podendo alegar, posteriormente, desconhecimento de fatos ou condições existentes para justificar quaisquer pleitos de alteração contratual.

21.1.3. Para fins de habilitação, a licitante deverá apresentar, alternativamente:

- a) Atestado/Declaração de Realização de Vistoria Técnica, emitido pela Administração; ou
- b) Declaração de Dispensa de Vistoria, nos termos deste Termo de Referência.

21.1.4. A não apresentação de qualquer dos documentos previstos nas alíneas "a" e "b" acarretará a inabilitação da licitante.

### 21.2. Capacidade Técnico-Operacional da Licitante

21.3. A licitante deverá comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, podendo ser exigido da proposta melhor classificada, em diligência, que apresente cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, que deram origem ao Atestado..



21.4. Será admitido o somatório de atestados, desde que, em conjunto, comprovem a execução das parcelas de maior relevância técnica e operacional, no período mínimo de 12 (doze) meses, contemplando cumulativamente:

21.4.0.1. a) Gestão e execução de serviços de sustentação e desenvolvimento evolutivo de software sob demanda, mensurados por métricas de esforço ou resultado (como Horas de Serviço Técnico - HST, Unidades de Serviço Técnico - UST ou Pontos de Função - PF), em volume mínimo equivalente a 50% da capacidade máxima estimada para esta contratação (equivalente a 55.000 horas/unidades de esforço anuais). Conforme justificado no item 14.2.2 deste TR nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021;

21.4.0.2. b) Adoção de práticas de desenvolvimento ágil (como Scrum, Kanban, Lean ou XP), com gestão de backlog e entregas iterativas e incrementais. Nota: Caso o atestado não descreva explicitamente a metodologia ágil, a comprovação poderá ser feita mediante apresentação de cópia do respectivo Contrato, Termo de Referência ou Projeto Básico vinculado ao atestado;

21.4.0.3. c) Atuação com equipe técnica multidisciplinar em sustentação e desenvolvimento de sistemas, envolvendo arquitetura de microserviços ou APIs, integração de sistemas e bancos de dados relacionais, em complexidade tecnológica equivalente ao ecossistema da Contratante.- SGD/MGI nº 6.040/2025 e/ou correlatas;

21.4.0.4. d) Comprovação de experiência prática e proficiência nas tecnologias de desenvolvimento *back-end* e *front-end* essenciais à manutenção do ecossistema da Contratante. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(ão) citar expressamente a execução de projetos que tenham utilizado, cumulativamente ou em sua totalidade, a seguinte pilha tecnológica (*stack*): **Python/Django, Golang (Chi/Gin), React (Vite), Node.js**, bancos dados (PostgreSQL, MySQL) e **orquestração de contêineres (Docker)**.

21.4.0.5. i. Para fins de validação da capacidade operacional e comprovação inequívoca da experiência, a licitante deverá apresentar, juntamente com o(s) atestado(s), **evidências documentais** que detalhem o escopo tecnológico dos projetos executados nas linguagens exigidas.

21.4.0.6. ii. A exigência estrita destas tecnologias justifica-se por se tratarem das parcelas de maior relevância técnica e risco operacional, sendo a expertise prévia nestas linguagens requisito indispensável para garantir a continuidade dos serviços críticos e a manutenção da Plataforma ATENA da SEE/AC, conforme exhaustivamente motivado no Estudo Técnico Preliminar, nos moldes do art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

21.4.0.7.

## 21.5. Capacidade técnico-profissional (equipe chave)

21.5.1. A licitante deverá comprovar que possui ou que contará, no início da execução do objeto, com profissionais de nível superior (ou com especialização/experiência correlata reconhecida na área de Tecnologia da Informação) para composição da equipe chave.

21.5.2. A comprovação far-se-á mediante atestado(s) de responsabilidade técnica e/ou contratos acompanhados de declaração do empregador, constando a atuação nos seguintes perfis:

21.5.2.1. a) **01 (um) Líder Técnico ou Scrum Master:** Profissional com comprovação de atuação na liderança técnica ou gestão ágil de times de desenvolvimento e sustentação de software, envolvendo monitoramento de Níveis de Serviço (SLAs) e gestão de *backlog*.

21.5.2.2. b) **01 (um) Arquiteto de Software:** Profissional com comprovação de atuação na concepção, estruturação ou desenvolvimento de sistemas integrados por meio de APIs ou microserviços.

21.5.3. A comprovação da capacidade técnico-profissional far-se-á mediante apresentação de atestados de responsabilidade técnica e/ou contratos em nome dos profissionais indicados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, referentes a serviços de natureza e complexidade semelhantes ao objeto desta licitação, admitido o somatório de experiências desde que guardem pertinência com as parcelas de maior relevância, em consonância com o ETP.

21.5.4. Para os demais profissionais que comporão a equipe de Sustentação (como os 02 Desenvolvedores Full Stack – Nível Júnior previstos na Faixa 1 do ETP e os perfis especializados utilizados nos serviços remunerados por HST, a comprovação das qualificações mínimas poderá ser exigida por ocasião da assinatura do contrato ou antes do início da execução, conforme prazos a serem fixados no edital, respeitadas as exigências mínimas definidas neste Termo de Referência.

## 21.6. Certificações, qualidade de processo e boas práticas

21.6.1. Em observância à jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União (Súmula nº 272), não serão exigidas certificações formais de qualidade de processo de software (tais como CMMI, MPS.BR ou equivalentes). Contudo, a licitante deverá comprovar sua maturidade operacional e de governança mediante a apresentação de **evidências documentais** de práticas equivalentes, exigindo-se:

21.6.1.1. a) **Maturidade no Processo de Desenvolvimento e Sustentação:** A licitante deverá comprovar que possui e aplica um processo formal de ciclo de vida de desenvolvimento de software (SDLC).

21.6.1.2. **vidências exigidas:** Apresentação de manuais internos, *playbooks* ou Procedimentos Operacionais Padrão (POPs) da própria empresa que descrevam seu processo de engenharia de requisitos, codificação, testes e implantação (CI/CD).

21.6.1.3. **Governança e Planejamento de TIC:** A licitante deverá comprovar experiência na gestão e governança de serviços contínuos de TI.

21.6.1.4. **Evidências exigidas:** Apresentação de documentação extraída de contratos anteriores, tais como: Governança de TI, Continuidade Operacional, governança de dados e ciclo de vida de softwares; e políticas de segurança da informação,

classificação de dados e tratamento de incidentes).

21.6.2. A empresa vencedora deverá apresentar ao DETEI/SEE, como condição para o início efetivo dos serviços ou no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, os seguintes documentos técnicos de governança:

21.6.3. Plano de Gestão de Configuração: Documento descrevendo as práticas de versionamento, estratégia de branching, controle de releases e rastreabilidade de mudanças. O plano deve obrigatoriamente garantir a transferência total de conhecimento e o acesso irrestrito da equipe técnica da SEE/AC aos repositórios de código-fonte e documentações produzidas.

21.6.4. Plano de Testes e Qualidade: Documento detalhando as abordagens de testes unitários, integrados, de regressão e de segurança. A Contratada deverá priorizar, sempre que tecnicamente viável, a automação de testes para viabilizar a integração e entrega contínua (CI/CD) nos ambientes da SEE/AC.

21.6.5. Os planos mencionados no item anterior deverão ser aprovados pela fiscalização técnica do contrato e servirão como balizadores para o aceite das entregas.

21.6.6. A conformidade das entregas com os planos de gestão de configuração e de testes é condição indispensável para o faturamento das Horas de Serviço Técnico (HST). Entregas que apresentem ausência de evidências de testes ou falhas no versionamento não serão objeto de aceite técnico até sua devida regularização pela Contratada.

21.6.7. A Contratada deverá adotar, durante toda a vigência contratual, boas práticas e processos de qualidade desenvolvimento de software equivalente as certificações, ferramentas de gestão de demandas, repositórios de código e ferramentas acompanhamento e comunicação já padronizados pela SEE/AC, conforme detalhado no item de Ambiente Tecnológico deste Termo de Referência e no ETP.

## **22. IMPEDIMENTOS DE PARTICIPAR DA LICITAÇÃO**

22.1. É vedada a participação, nesta licitação, de empresa ou consórcio de empresas que se encontre em qualquer das situações de impedimento ou inidoneidade previstas na Lei nº 14.133/2021, em normas correlatas ou em cadastros de sanções de órgãos de controle, bem como de licitantes que possuam impedimentos específicos decorrentes de sanções aplicadas pela Administração Pública estadual.

22.2. **Não poderão participar da licitação empresas:**

22.2.1. que estejam sob regime de recuperação judicial ou extrajudicial, falência, dissolução ou liquidação, salvo nas hipóteses expressamente admitidas pela legislação e desde que comprovada, de forma inequívoca, a capacidade de cumprimento das obrigações contratuais;

22.2.2. cujos dirigentes, administradores, responsáveis técnicos ou sócios com poderes de administração sejam servidores ou empregados da SEE/AC, em razão de vedação legal de conflito de interesses;

22.2.3. que possuam, com a SEE/AC, contrato anterior para prestação de serviços de natureza semelhante rescindido unilateralmente por motivo imputável à contratada, nos últimos 3 anos, salvo se houver reabilitação formalmente reconhecida.

22.3. Não será admitida a participação indireta, por intermédio de mais de uma proposta, de empresas que mantenham entre si relação de controle, coligação, grupo econômico ou qualquer forma de vínculo societário que possa comprometer a competitividade do certame, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

22.4. Fica vedada a participação de empresas que estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Acre por força de decisão administrativa final, decisão judicial ou por constarem em cadastros de sanções mantidos pela CGE, pelo Tribunal de Contas ou por outros órgãos de controle competentes.

## **23. DA VIGÊNCIA, ASSINATURA, PRORROGAÇÃO E QUANTITATIVOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

23.1. **Prazo para assinatura da Ata** O licitante vencedor será regularmente convocado para assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da homologação do procedimento licitatório, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência e no edital. O não cumprimento desse prazo acarretará a perda do direito de registrar seus preços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

23.2. **Vigência inicial** A Ata de Registro de Preços terá vigência inicial de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

23.3. **Prorrogação da vigência** A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada uma única vez por igual período (mais 12 meses), mediante termo aditivo, desde que cumulativamente verificados os seguintes requisitos:

23.3.1. a) comprovação da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, por meio de nova pesquisa de mercado ou outro meio idôneo;

23.3.2. b) formalização do termo aditivo dentro do prazo de vigência original da ata;

23.3.3. c) persistência do interesse público na continuidade dos serviços, demonstrada em relatório técnico do órgão gerenciador;

23.3.4. d) a possibilidade de renovação dos quantitativos originalmente registrados tenha sido expressamente prevista no edital e na Ata de Registro de Preços.

23.4. A prorrogação será acompanhada da renovação dos quantitativos máximos originalmente registrados.

23.5. A renovação dos quantitativos tem por objetivo permitir a continuidade do fornecimento sem a necessidade de

novo procedimento licitatório, quando se tratar de demandas recorrentes e devidamente planejadas.

23.6. Eventual necessidade de quantitativos superiores aos originalmente registrados na Ata dependerá de novo procedimento licitatório ou, quando cabível, da aplicação do art. 125 da Lei nº 14.133/2021 (acréscimos legais), observados os limites percentuais, a devida motivação técnica e a disponibilidade orçamentária.

23.7. **Eficácia da Ata** A eficácia legal da Ata de Registro de Preços, bem como de seus termos aditivos, estará condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado do Acre, nos termos do art. 84, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

## **24. DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

24.1. A Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE/AC será o órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços decorrente deste Termo de Referência, responsável pela condução do processo licitatório, gestão da Ata, controle de saldos e autorização de contratações dela decorrentes.

24.2. Poderão ser indicados, no edital, outros órgãos ou entidades da Administração Pública do Estado do Acre como órgãos participantes, desde que suas necessidades de sustentação e desenvolvimento de sistemas sejam compatíveis com o objeto e com as condições desta contratação. Os quantitativos destinados a tais participantes serão discriminados no edital e considerados na estimativa total de demanda.

24.3. A possibilidade de adesão à Ata por órgãos ou entidades não participantes (órgãos “carona”) terá caráter excepcional e estará condicionada às diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar nº 0019455341, em especial quanto à preservação da vantajosidade obtida para a SEE/AC e à capacidade de atendimento da contratada.

24.4. A autorização de cada adesão caberá exclusivamente à SEE/AC, na qualidade de órgão gerenciador, e dependerá de:

24.4.1. manifestação formal de que a adesão não comprometerá o atendimento às demandas da SEE/AC, nem o cumprimento dos níveis de serviço e prazos contratualmente estabelecidos;

24.4.2. verificação da existência de saldo de quantitativos disponíveis na Ata, dentro dos limites legais;

24.4.3. avaliação de que as necessidades do órgão aderente são compatíveis com o escopo, a natureza e as condições técnicas desta contratação.

24.5. As adesões de órgãos não participantes observarão, obrigatoriamente, os limites previstos no art. 86, §§ 4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021, de forma que:

24.5.1. cada órgão ou entidade não participante poderá aderir a até 50% dos quantitativos dos itens registrados para a SEE/AC;

24.5.2. o somatório das adesões não poderá exceder ao dobro dos quantitativos de cada item registrados na Ata de Registro de Preços.

24.5.3. As condições de preço, prazos, especificações, níveis de serviço, modelos de medição, forma de remuneração por HST e demais cláusulas contratuais aplicáveis às adesões serão idênticas às estabelecidas para a SEE/AC, vedada qualquer negociação que implique concessão de vantagens indevidas ao órgão aderente ou alteração das condições originalmente licitadas.

24.6. A SEE/AC poderá negar motivadamente pedidos de adesão sempre que entender que:

24.6.1. (i) a adesão prejudicará o atendimento de suas próprias demandas;

24.6.2. (ii) o somatório das adesões se aproximar dos limites legais; ou

24.6.3. (iii) as necessidades do órgão requerente não forem suficientemente compatíveis com o objeto desta Ata.

## **25. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (LEI 14.133, ART 6º, INCISO XXIII, ITEM C)**

25.1. A solução objeto deste Termo de Referência consiste na contratação integrada de serviços especializados de sustentação e de desenvolvimento/evolução de software para todo o ecossistema de sistemas corporativos da SEE/AC, compreendendo, de forma articulada, o Sistema ATENA, o SAAL e demais aplicações que suportam os macroprocessos educacionais, administrativos e de gestão da Secretaria. Essa contratação viabiliza, simultaneamente, a manutenção da operação atual, a modernização tecnológica e a implementação de novos módulos estratégicos, em especial aqueles voltados à gestão escolar, cursos extracurriculares, atendimento especializado e monitoramento por indicadores (BI).

25.2. A solução visa consolidar o Sistema ATENA como plataforma central de gestão da rede estadual, absorvendo gradualmente as funcionalidades hoje atendidas pelo SIMAED, reduzindo a dependência de solução SaaS legada e permitindo maior capacidade de evolução funcional, integração sistêmica e aderência às políticas educacionais e normativas vigentes. Para tanto, contempla tanto a sustentação corretiva, adaptativa e perfectiva dos módulos já existentes quanto o desenvolvimento de novos módulos e integrações, conforme requisitos funcionais e não funcionais definidos no ETP e neste TR.

25.3. Em termos tecnológicos e de dados, a solução contempla a observância dos padrões arquiteturais e tecnológicos atualmente adotados pela SEE/AC (linguagens, frameworks, bancos de dados, infraestrutura e ferramentas de frontend), bem como a aderência aos padrões nacionais de dados instituídos pela Portaria MEC nº 832/2025 (CMDEB), garantindo interoperabilidade com sistemas federais e estaduais, padronização de cadastros e conformidade com requisitos de segurança da informação e proteção de dados pessoais.

25.4. Do ponto de vista do modelo de execução e remuneração, a solução será operacionalizada em modelo híbrido que

combina: (i) componente de Sustentação, com prestação contínua de serviços remunerados por valor fixo mensal atrelado a níveis de serviço (SLAs) e indicadores de desempenho; e (ii) componente de Desenvolvimento e Evolução, com execução sob demanda de serviços remunerados por Hora de Serviço Técnico (HST), a partir de catálogo estruturado de serviços técnicos, com faixas de esforço, perfis profissionais, produtos esperados e critérios objetivos de aceitação.

25.5. A solução como um todo, portanto, não se limita à contratação de “horas de desenvolvimento”, mas organiza, em um único arranjo contratual, a sustentação de sistemas críticos, a evolução planejada da plataforma ATENA, a migração gradual do legado SIMAED, a conformidade com padrões nacionais de dados e a adoção de práticas ágeis de trabalho, com governança, gestão de riscos, métricas verificáveis e vinculação do pagamento a resultados, conforme detalhado nos itens 4, 6, 8, 9, 12, 13, 14, 18, 19 e 20 deste Termo de Referência.

## 26. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

26.1. **Na Proposta de Preços deverão constar, pelo menos, as seguintes condições:** a Razão social e o CNPJ da empresa, o endereço completo, o telefone e o endereço eletrônico (E-mail), este último se houver, para contato, bem como o nome do proponente ou de seu representante legal, o CPF, o RG e o cargo na empresa, o Banco, a agência, o número da conta corrente e a praça de pagamento. **Prazo de validade não inferior a 90 (noventa) dias corridos, a contar da data de sua apresentação;**

26.2. O proponente deverá apresentar proposta de preço final baseada neste Termo de Referência;

26.3. Os preços deverão ser expressos em Reais e conter todos os tributos e encargos decorrentes da contratação;

26.4. O preço proposto e levado em consideração para efeito de julgamento será de exclusiva e total responsabilidade do proponente;

26.5. Na proposta deverão ser apresentadas, ainda, quaisquer outras informações afins, que o proponente julgar necessárias ou convenientes;

26.6. Nos valores ofertados deverão ser incluídas as despesas com seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que direta e indiretamente incidirem em razão da prestação dos serviços;

26.7. Ao formular a proposta de preço, os licitantes deverão atentar para que o valor unitário do item ofertado seja um número de até duas casas decimais. Com isso, evita-se a ocorrência de preços unitários inexatos ou com mais de duas decimais e dificuldade na emissão da nota de empenho e dos documentos fiscais.

## 27. DA AVALIAÇÃO DA PROPOSTA E DA PROVA DE CONCEITO (POC)

### 27.1. Finalidade e fundamentação

27.1.1. A realização da Prova de Conceito (PoC) em momento posterior à habilitação da licitante provisoriamente vencedora fundamenta-se no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, considerando a elevada complexidade técnica, a criticidade dos sistemas envolvidos e a necessidade de verificação prática da capacidade operacional da licitante.

27.1.2. A medida busca assegurar maior eficiência procedimental, racionalidade administrativa e economicidade, evitando a realização sucessiva e desnecessária de provas de conceito em licitantes que eventualmente venham a ser inabilitados posteriormente.

27.1.3. Foram considerados, ainda:

27.1.3.1. I – a elevada complexidade da solução, estimada em 150 (cento e cinquenta) Horas de Serviço Técnico (HST) para os fins da PoC;

27.1.3.2. II – o custo operacional da execução da prova;

27.1.3.3. III – a necessidade de mobilização de equipe técnica especializada da SEE/AC;

27.1.3.4. IV – o tempo necessário para validação de múltiplas frentes tecnológicas (fullstack, SSO, ETL, BI, CI/CD, monitoramento);

27.1.3.5. V – a mitigação do risco de retrabalho administrativo;

27.1.3.6. VI – a preservação da competitividade e da eficiência do certame.

### 27.2. Da obrigatoriedade e escopo geral

27.2.1. Em razão da complexidade técnica da solução, da centralidade do Sistema ATENA para os macroprocessos educacionais da SEE/AC e dos riscos operacionais associados à eventual contratação de empresa sem capacidade efetiva de atuar em ambiente ágil, com uso de HST e catálogo de serviços, será realizada Prova de Conceito (PoC) obrigatória e eliminatória, conforme diretrizes do Estudo Técnico Preliminar.

27.2.2. A PoC tem por finalidade comprovar, em ambiente controlado e em escala reduzida, a capacidade técnica da licitante em:

27.2.3. **a)** operar em modelo de desenvolvimento ágil (Scrum/Lean), com gestão de backlog, sprints e rastreabilidade de commits;

27.2.4. **b)** utilizar ferramenta de gestão de demandas e registrar adequadamente as atividades;

27.2.5. **c)** desenvolver e entregar incremento de software com qualidade mínima aceitável, em conformidade com os padrões tecnológicos e de engenharia de software adotados pela SEE/AC;

27.2.6. **d)** implementar arquitetura fullstack, integração contínua (CI/CD), orquestração de contêineres, pipeline de ETL,

painéis de BI, autenticação centralizada (SSO/JWT) e monitoramento de serviços;

27.2.7. e) atingir cobertura mínima de testes automatizados (unitários ou integração) igual ou superior a 70% (setenta por cento) esse percentual é restrito a POC não se confundindo com o ICT contratual.

### 27.3. Da Prova de Conceito (PoC) – diretrizes gerais

27.3.1. **Realização:** A PoC será executada exclusivamente pela licitante provisoriamente vencedora e habilitada, em etapa posterior ao julgamento das propostas e à habilitação, para verificação objetiva da aderência da solução, metodologia e capacidade operacional às exigências essenciais do Termo de Referência e do anexo roteiro.

#### 27.3.2. Local e infraestrutura:

27.3.3. a) A PoC será realizada de forma presencial na cidade de Rio Branco/AC, nas dependências da SEE/AC (DETEI).

27.3.4. b) A SEE/AC fornecerá espaço físico e infraestrutura de rede limitada e monitorada, com acesso a repositórios públicos oficiais. É vedado o uso de aparelhos celulares ou mídias removíveis nas dependências da prova.

27.3.5. c) A licitante deverá trazer seus próprios equipamentos de desenvolvimento (notebooks ou estações de trabalho) e softwares adicionais necessários à codificação, os quais ficarão sob custódia física do DETEI/SEE durante todo o período de vigência e realização da PoC.

27.3.6. d) **Diretrizes de Segurança e Neutralidade de Dados dos Equipamentos:** Como condição de segurança e proteção à propriedade intelectual, **os equipamentos trazidos pela licitante deverão estar integralmente isentos de dados pessoais, informações corporativas estratégicas, históricos de navegação ou arquivos privados de projetos alheios ao certame.** As máquinas deverão ser preparadas e configuradas exclusivamente com o Sistema Operacional e as ferramentas de desenvolvimento, IDEs, compiladores e frameworks estritamente necessários para a execução do roteiro da prova.

27.3.7. e) **Limites da Custódia e Responsabilidade:** A custódia exercida pela SEE/AC restringe-se estritamente à segurança e salvaguarda física do *hardware* (equipamentos), os quais serão armazenados em ambiente trancado e monitorado por câmeras fora do horário diário de execução da prova. A Administração não assume qualquer responsabilidade civil ou técnica sobre a integridade lógica do sistema operacional, ativação de licenças proprietárias de softwares de terceiros instalados nas máquinas ou perda de configurações feitas pela equipe da licitante.

27.3.8. **Custos:** Todos os custos (técnicos, diárias, passagens, equipamentos) correm por conta exclusiva da licitante, não cabendo qualquer remuneração ou indenização por parte da Administração.

#### 27.4. Prazo operacional:

27.4.1. **Execução e entrega:** a licitante terá até **05 (cinco) dias úteis** para execução e entrega dos artefatos da PoC, contados da convocação oficial pelo Pregoeiro (via chat da sessão pública e/ou meio eletrônico oficial).

27.4.2. O roteiro completo com todos os critérios de aceite, prazos, tecnologias recomendadas e instruções operacionais encontra-se no **Anexo – ROTEIRO DA PROVA DE CONCEITO (PoC) – SEE-ACRE**, que prevalece sobre este item em caso de dúvida operacional.

## 28. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

28.1. Constituem obrigações da Contratante, além de outras previstas no edital e na legislação pertinente, as seguintes:

28.1.1. Efetuar o pagamento, das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias do recebimento das mesmas, após devidamente atestadas por servidor designado;

28.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

28.1.3. Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato;

28.1.4. Notificar a CONTRATADA por qualquer irregularidade na execução do Contrato;

28.1.5. Designar um servidor, como seu representante, que irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA;

28.1.6. Receber os objetos e testá-los imediatamente;

28.1.7. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracteriza a necessidade de tal medida;

28.1.8. Fiscalizar quando julgar conveniente, nas dependências da CONTRATADA, mesmo sem prévia comunicação, a prestação de serviços em objetos e acessórios;

28.1.9. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções e alterações do Contrato;

28.1.10. Solicitar à CONTRATADA através de seu representante, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

28.1.11. Documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do Contrato, em registro próprio;

28.1.12. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da entrega;

28.1.13. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;

- 28.1.14. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da contratação, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 28.1.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;
- 28.1.16. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 28.1.16.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
- 28.1.16.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
- 28.1.16.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.
- 28.1.17. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- 28.1.18. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 28.1.19. Comunicar formalmente à Contratada, através de correspondências sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato originalmente avençados;
- 28.1.20. Publicar os aditivos contratuais sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato;
- 28.1.21. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços contratados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no instrumento de contrato;
- 28.1.22. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;
- 28.1.23. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, fazendo-as cumprir;
- 28.1.24. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e reajuste do contrato;
- 28.1.25. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a entrega do objeto, necessários ao cumprimento do contrato;
- 28.1.26. Proceder ao recebimento, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos serviços prestados;
- 28.1.27. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 28.1.28. Recusar, com a devida justificativa, os materiais entregues fora das especificações constantes na proposta da Contratada;
- 28.1.29. Responder, por dano ou prejuízo que venha a ser causado à Contratada em decorrência de comprovada ação culposa da Contratante;
- 28.1.30. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 28.1.31. Verificar a regularidade da Contratada, junto ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre - CADUF, antes de cada pagamento;
- 28.1.32. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Contratada junto à Seguridade Social (INSS), Caixa Econômica Federal (FGTS), Justiça do trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal.
- 28.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 28.3. A CONTRATANTE, por meio de servidor habilitado ou de pessoas previamente designadas, deverá efetuar a fiscalização permanente da execução do contrato, garantir que seja realizada a entrega e instalação em perfeitas condições, para que o material adquirido de forma adequada afim de alcançar os resultados esperados, conforme o disposto no instrumento contratual a ser elaborado de acordo com todas as diretrizes contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

## **29. PREPOSTO**

- 29.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, apresentando documentos pessoais e currículo, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- 29.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **30. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES À SOLUÇÃO ESCOLHIDA**

- 30.1. Considerando as interfaces já existentes com outras contratações de TIC, conforme detalhado no ETP, constatou-

se que não há necessidade de iniciar novos processos licitatórios para contratações correlatas ou interdependentes diretamente relacionadas ao objeto deste Termo de Referência, uma vez que as interfaces e interdependências já existentes estão endereçadas no planejamento da SEE/AC.

### **31. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO**

31.1. Em razão da natureza indivisível e contínua do objeto, da interdependência técnica entre os serviços de sustentação e desenvolvimento, do risco à qualidade e da necessidade de responsabilidade integral da contratada, a subcontratação e o consórcio são disciplinados da seguinte forma:

#### **31.2. Subcontratação**

31.2.1. Fica vedada a subcontratação total do objeto.

31.2.2. A subcontratação parcial será admitida exclusivamente para atividades acessórias e de apoio, desde que previamente autorizada pela Contratante, não podendo abranger atividades finalísticas nem implicar transferência da responsabilidade integral da execução contratual.

31.2.3. A Contratada permanecerá integralmente responsável pelos serviços executados, inclusive aqueles realizados por terceiros.

#### **31.3. Consórcio**

31.3.1. Fica vedado o consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, combinado com o art. 94 inciso V - do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

31.3.2. A vedação fundamenta-se na interdependência técnica entre sustentação e desenvolvimento, na necessidade de equipe única e estável para cumprimento dos SLAs e na complexidade da governança ágil, que exige responsabilidade solidária e coordenação integrada sob uma única liderança empresarial, evitando diluição de obrigações e riscos à eficiência da execução.

### **32. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA - DA APLICAÇÃO DA MARGEM DE PREFERÊNCIA (LEI 123/2006)**

32.1. O benefício da cota reservada previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, **não se aplica** à presente contratação.

32.2. A não aplicação da cota reservada justifica-se pela inviabilidade técnica de fracionamento do objeto, em razão da natureza integrada, complexa e de alta especialização dos serviços de sustentação e desenvolvimento de software, que demandam equipe única, continuidade operacional, profundo conhecimento do negócio educacional acreano, observância estrita à Matriz de Complexidade, regime presencial obrigatório para a equipe fixa de sustentação, governança ágil unificada e responsabilidade solidária sobre SLAs críticos da Plataforma ATENA e sistemas correlatos.

32.3. A interdependência entre os serviços de sustentação (remunerados por valor fixo mensal vinculado a SLAs) e de desenvolvimento/evolução (remunerados por HST via catálogo), aliada à necessidade de transferência contínua de conhecimento e à manutenção da soberania tecnológica da SEE/AC, torna tecnicamente inviável a segmentação do objeto em lotes ou a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sem prejuízo à qualidade, à segurança e à continuidade dos serviços digitais essenciais à rede estadual de ensino.

32.4. Serão observadas as demais disposições da Lei Complementar nº 123/2006, em especial o tratamento diferenciado e favorecido para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, incluindo o empate fictício (art. 44), prazos diferenciados para regularização de documentação e as simplificações procedimentais cabíveis, exceto quanto à cota reservada, cuja aplicação é inviável nos termos dos itens anteriores.

### **33. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

33.1. Os contratos oriundos deste Termo de Referência terão duração de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

33.2. A vigência máxima decenal, está consonância com o art. 107, da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela natureza complexa, estratégica e de longa maturação dos serviços, consoante demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, em especial pelos seguintes fatores:

33.2.1. a) Dimensão do backlog: O consumo estimado é de 68.500 HST (Item 1), distribuídas em eixos estruturantes (absorção do diagnóstico CIEB, sustentação adaptativa e governança). O consumo estimado refere-se ao primeiro exercício, podendo ser prorrogado conforme necessidade e disponibilidade.

33.2.2. b) Migração tecnológica: A contratação visa a migração gradual do sistema legado SIMAED para a plataforma ATENA, processo que exige desenvolvimento, sustentação adaptativa, testes e validações contínuas. Prazos inferiores a 12 meses elevariam exponencialmente os riscos de descontinuidade de serviços críticos à gestão educacional, contrariando o princípio da continuidade do serviço público.

33.2.3. c) Ciclos ágeis e entregas incrementais: A adoção de metodologias ágeis, com sprints de até 4 semanas (ETP 15.1.2), implica a necessidade de múltiplos ciclos para a entrega completa dos módulos estratégicos previstos (Gestão Escolar, cursos extracurriculares, painéis de BI), estimando-se a conclusão em 12 meses, prorrogáveis até 10 anos.

33.2.4. d) Alinhamento estratégico: O prazo está alinhado ao planejamento da SEE/AC de consolidação do ATENA como plataforma única até o final de 2027 (ETP 2.7.5), permitindo a gradual descontinuidade do contrato do SIMAED (nº



538/2022) e a realocação planejada de recursos orçamentários.

33.2.5. e) Transição contratual: O período viabiliza a implementação das cláusulas de transição e transferência de conhecimento (TR 46), incluindo plano de transição com 60 dias de antecedência, capacitação mínima de 80 horas e acompanhamento assistido (shadowing), assegurando a soberania tecnológica da SEE/AC e a continuidade dos serviços.

33.3. A prorrogação contratual, quando cabível, atenderá ao disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo atestada a vantagem econômica para a Administração Pública mediante a demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme previsto no art. 107 da Lei 14.133/2021.

33.4. Os contratos originados do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados dentro do prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

33.5. O licitante vencedor, quando regularmente convocado, deverá assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. A eficácia legal do contrato estará condicionada à publicação do extrato correspondente no Diário Oficial do Estado do Acre, conforme exigências legais aplicáveis.

33.6. É expressamente vedada a celebração de contratos com prazo de vigência indeterminado.

#### **34. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

34.1. Os contratos decorrente desta contratação poderão ser alterados, desde que verificado o disposto no art. 125, da Lei nº 14.133/2021.

34.2. A Contratada é obrigada, a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

#### **35. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

35.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

35.1.1. Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

35.1.2. Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do objeto.

#### **36. DA EXECUÇÃO E DO ENCERRAMENTO DOS CONTRATOS INDIVIDUAIS**

##### **36.1. Início da prestação dos serviços**

36.1.1. A contratada deverá iniciar a prestação dos serviços de sustentação e desenvolvimento em até **30 (trinta) dias corridos** contados da assinatura do contrato individual ou da primeira Ordem de Serviço, conforme definido no edital, prazo dentro do qual deverão ser concluídas as atividades de mobilização inicial, apresentação da equipe, configuração de acessos e alinhamento de procedimentos com a SEE/AC.

36.1.2. O cronograma de mobilização deverá contemplar, no mínimo:

36.1.3. a) reunião de *kick-off* com a equipe da SEE/AC;

36.1.4. b) apresentação e aprovação da equipe técnica inicial;

36.1.5. c) configuração da ferramenta de gestão de demandas e definição dos fluxos de abertura e tratamento de chamados e itens de *backlog*;

36.1.6. d) definição dos primeiros ciclos de sustentação e das *sprints* iniciais de desenvolvimento.

##### **36.2. Cronograma de execução e marcos principais**

36.2.1. O cronograma de execução será elaborado em conjunto pela SEE/AC e pela contratada, após a assinatura do contrato, devendo prever marcos principais compatíveis com o Estudo Técnico Preliminar, tais como:

36.2.1.1. a) início efetivo da sustentação plena do ecossistema ATENA e sistemas correlatos;

36.2.1.2. b) conclusão das primeiras *sprints* com entregas relevantes de desenvolvimento;

36.2.1.3. c) marcos de evolução do Módulo de Gestão Escolar e demais módulos estratégicos;

36.2.1.4. d) etapas da migração gradual das funcionalidades do SIMAED para o ATENA;

36.2.1.5. e) implantação progressiva de painéis de *business intelligence* (BI) e integrações críticas.

36.2.2. A partir do cronograma macro, as entregas de desenvolvimento serão detalhadas e priorizadas por meio do *backlog* de produto e das *sprints*, conforme governança ágil estabelecida neste TR, mantendo-se sempre a vinculação dos marcos às necessidades de negócio descritas no ETP.

##### **36.3. Prorrogação e encerramento dos contratos individuais**

36.3.1. A prorrogação dos contratos individuais firmados com base na Ata de Registro de Preços observará as seguintes condições cumulativas:

36.3.1.1. a) a Ata de Registro de Preços tenha tido sua vigência prorrogada na forma do **item 23**;

36.3.1.2. b) avaliação satisfatória do desempenho da contratada, com base nos SLAs, indicadores e relatórios de gestão do

contrato;

36.3.1.3. c) interesse público devidamente motivado e disponibilidade orçamentária.

36.3.2. O encerramento do contrato individual, seja por término do prazo, rescisão ou substituição da contratada, deverá observar integralmente as cláusulas de transição e transferência de conhecimento previstas na **seção 46** deste Termo de Referência, de modo a evitar descontinuidade dos serviços e garantir a preservação do conhecimento institucional e da soberania dos dados da SEE/AC.

36.3.3. Aplica-se aos contratos individuais o disposto no **item 34** (acréscimos e supressões) e no **item 45** (infrações e sanções administrativas), no que não conflitar com as regras específicas da Ata de Registro de Preços constantes do **item 23**.

### 37. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

37.1. A empresa contratada fica obrigada a apresentar a prestação de garantia contratual no valor de 3% (três por cento) do valor global do instrumento contratual, em uma das seguintes modalidades previstas no artigo 96 da Lei n. 14.133/2021:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) Seguro garantia;

c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

37.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;

37.3. A CONTRATADA terá prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no item 25.1 deste Termo de Referência;

37.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

### 38. **DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

38.1. A licitante deverá comprovar sua capacidade econômico-financeira mediante o atendimento, da seguinte forma:

#### 38.2. **Patrimônio Líquido Mínimo**

Comprovar **patrimônio líquido mínimo equivalente a pelo menos 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação**, nos termos do art. 69, §4º, da Lei 14.133/2021.

38.3. O atendimento dos índices ou do patrimônio líquido mínimo deverá ser comprovado mediante:

38.3.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 últimos exercícios sociais; e

38.3.2. Declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, atestando os valores obtidos.

38.4. Para empresas constituídas há menos de 2 anos, será admitida a apresentação dos balanços do período existente, devendo os índices ser calculados com base nos dados disponíveis, ou, em substituição, capital social integralizado em valor não inferior ao patrimônio líquido mínimo exigido.

### 39. **DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

39.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, em conformidade com o artigo 117 da Lei n. 14.133/2021 e artigos 16, 17 e 18 do Decreto Estadual n. 11.363/2023;

39.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

39.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

39.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

39.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das;

39.6. Obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### 40. **GESTOR DO CONTRATO**

- 40.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 40.1.1. Conhecer o inteiro teor do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
  - 40.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
  - 40.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
  - 40.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
  - 40.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
  - 40.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
  - 40.1.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
  - 40.1.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
  - 40.1.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
  - 40.1.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;
  - 40.1.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;
  - 40.1.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
  - 40.1.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
  - 40.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
  - 40.1.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
  - 40.1.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
  - 40.1.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;
  - 40.1.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;
  - 40.1.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
  - 40.1.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
  - 40.1.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas;
  - 40.1.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

#### **41. FISCAL DO CONTRATO**

- 41.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:
- 41.1.1. Conhecer do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;
  - 41.1.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos entregues;
  - 41.1.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;
  - 41.1.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências

e/ou omissões;

- 41.1.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens ou materiais de consumo, verificando sua quantidade e qualidade;
- 41.1.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;
- 41.1.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;
- 41.1.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;
- 41.1.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- 41.1.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 41.1.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;
- 41.1.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;
- 41.1.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;
- 41.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;
- 41.1.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;
- 41.1.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;
- 41.1.17. Realizar, juntamente com a contratada, a verificação dos serviços ou itens nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;
- 41.1.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;
- 41.1.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 41.1.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 41.1.21. Controlar o serviço executado, aprovando somente os efetivamente realizados;
- 41.1.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 41.1.23. Glosar os serviços contratados quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações;
- 41.1.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

## **42. DO PRAZO DE ENTREGA**

42.1. Os prazos para a execução e entrega dos serviços não serão fixos, mas sim proporcionais à natureza da demanda e à sua complexidade, devendo observar as diretrizes expedidas pelo Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação (DETEI), conforme as seguintes regras:

42.1.1. **Para os serviços de Sustentação**: Os prazos (tempos de resposta e de solução) obedecerão estritamente às metas estabelecidas nos Níveis de Serviço (SLAs) deste Termo de Referência, contados a partir do registro eletrônico do chamado na ferramenta de gestão de demandas.

42.1.2. **Para os serviços de Desenvolvimento e Evolução (HST)**: Os prazos de entrega serão definidos nas respectivas Ordens de Serviço (OS) ou durante o planejamento dos ciclos de entrega (sprints). Esses prazos serão balizados obrigatoriamente pelo nível de complexidade (Baixa, Média, Alta) atribuído a cada serviço demandado do Catálogo, mediante aprovação do Product Owner (PO) e do fiscal do contrato.

42.2. Caso a CONTRATADA preveja atraso na conclusão de uma Ordem de Serviço, ciclo de sprint ou na resolução de um chamado, decorrente de impedimentos técnicos devidamente comprovados e não imputáveis a ela, poderá solicitar a prorrogação do prazo. A solicitação deverá ser formalizada antes do vencimento do prazo original, instruída com justificativa técnica e prova documental do impedimento. A concessão da prorrogação dependerá de análise e deferimento expresso do fiscal do contrato, sob pena de aplicação das glosas de SLA e sanções cabíveis.

## **43. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

43.1. A entrega e a validação dos serviços, artefatos, correções e incrementos de código ocorrerão de forma lógica e digital, mediante a disponibilização nos repositórios oficiais de versionamento de código (ex.: Git) e a implantação nos ambientes de homologação e produção mantidos ou indicados pela SEE/AC.

#### 43.2. **Dos Locais de Execução e Alocação da Equipe:]**

43.3. **I - Sede (Equipe Fixa de Sustentação):** A coordenação técnica, as cerimônias ágeis presenciais, a gestão do contrato e a execução contínua da **equipe fixa de Sustentação (Item 2)** ocorrerão junto ao Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação (DETEI) da CONTRATANTE, localizado na Rua Rio Grande do Sul, 1907, Bairro Volta Seca, CEP 69.911-018, no município de Rio Branco/AC, no horário de 07h30 às 14h00min.

43.4. **II - Unidades da Rede (Implantação, Suporte e Requisitos):** As atividades que exijam interação direta com o usuário final — tais como implantação de sistemas, suporte técnico *in loco*, levantamento de requisitos (entrevistas estruturadas) e homologação de soluções — **ocorrerão nas respectivas unidades administrativas, regionais ou escolares** da rede estadual, conforme determinação da Administração.

43.5. **III - Disponibilidade da Equipe de HST:** Os demais profissionais alocados sob demanda para os serviços de Desenvolvimento e Evolução (Item 1 - HST) ficarão à inteira disposição da SEE/AC, podendo ser acionados para prestar atendimento tanto na Sede (DETEI) quanto nas diversas unidades da Secretaria, de acordo com o escopo e o local de entrega definidos na respectiva Ordem de Serviço (OS).

43.6. Os serviços e as entregas de software serão recebidos por servidor ou comissão designada para este fim, da seguinte forma:

43.7. **I - Recebimento Provisório:** no ato da submissão da Ordem de Serviço ou da conclusão da sprint na ferramenta de gestão de demandas, com a respectiva disponibilização do incremento de software em ambiente de homologação para testes e validação pela SEE/AC.

43.8. **II - Recebimento Definitivo:** ocorrerá no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, desde que cumulativamente atendidas as seguintes condições:

43.9. a) **Conformidade com o Catálogo:** A execução da Ordem de Serviço (OS) ou item de backlog deverá estar em estrita conformidade com a descrição da atividade e com os entregáveis obrigatórios listados no Catálogo de Serviços de TIC para o serviço contratado.

43.10. b) **Atendimento aos Indicadores de Qualidade:** A entrega deverá atingir as metas mínimas dos indicadores de qualidade estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar, notadamente:

- IAS (Indicador de Aceite da Entrega): > 94% (ou conforme especificado no Catálogo para o serviço);
- ICT (Indicador de Cobertura de Testes): > 79% (ou conforme especificado);
- IQC (Indicador de Qualidade de Código): > 84% (ou conforme especificado);
- Outros indicadores específicos previstos no Catálogo para cada família de serviço.

43.11. c) **Entrega de Artefatos:** Todos os artefatos previstos no Catálogo (código-fonte versionado, documentação, scripts, evidências de teste) deverão ser efetivamente entregues e armazenados nos repositórios oficiais da SEE/AC.

43.12. d) **Homologação Funcional:** Validação expressa do Product Owner (PO) ou da área de negócio responsável, registrada na ferramenta de gestão de demandas, atestando que a funcionalidade atende aos requisitos de negócio.

43.13. O descumprimento de qualquer das condições elencadas no subitem anterior implicará a rejeição da entrega e a impossibilidade de faturamento das HST correspondentes, até que a regularização seja efetuada pela contratada e validada pela fiscalização, sem ônus adicionais para a Administração.

43.14. Findo o prazo de inspeção e homologação, e comprovada a conformidade dos serviços e artefatos de software com as especificações exigidas, o Setor responsável emitirá o respectivo atesto ou TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto contratado.

43.15. Nos casos de rejeição por inconformidade técnica, artefatos de software em desconformidade (bugs) ou não atendimento aos critérios de aceite estipulados no Catálogo de Serviços, a CONTRATADA deverá realizar as devidas correções imediatas às suas expensas, sem cobrança de novas HSTs e sem ônus para a Administração, reiniciando-se os prazos de recebimento após a nova submissão.

43.16. O aceite e a aprovação das entregas pela CONTRATANTE não excluem a responsabilidade civil e técnica da CONTRATADA por vícios ocultos de software, falhas de arquitetura ou vulnerabilidades de segurança verificadas posteriormente em ambiente produtivo, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades legais aplicáveis e a imposição das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

#### 44. **DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

44.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante;

44.2. A emissão da ordem bancária será efetuada após o documento fiscal ser conferido, aceite e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e

Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso;

44.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CNPJ n.º 04.033.254/0001-67**

44.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento;

44.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

44.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

**EM = (NxVPxI)/365, onde:**

**EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;**

**N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela em atraso; e**

**I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.**

44.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco, Rio Branco - AC, 69.911-018, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da emissão da Ordem de Serviço;

44.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado;

44.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato;

44.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções;

44.11. A licitante vencedora deverá informar, por ocasião da assinatura do contrato, o seu regime tributário (Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real). Caso seja optante pelo Simples Nacional, deverá apresentar a devida comprovação mensalmente junto à fatura para fins de aplicação das regras de retenção na fonte conforme a legislação vigente, ressaltando-se que a opção pelo referido regime não desonera a CONTRATADA da obrigação de ter estruturado sua proposta de preços com base nas alíquotas dos regimes ordinários (Lucro Presumido ou Real), nos termos das Disposições Gerais de Formação de Preços deste TR.

#### **45. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

45.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

45.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

d) Multa, na forma prevista na legislação vigente.

45.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

45.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

45.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

45.6. A sanção de multa será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei federal nº 14.133, de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor contratado, observando-se os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para aquele que não celebrar o contrato, a ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

III - 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV - de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

V - de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou de documentação falsa exigida para o certame ou de declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013;

f) entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

45.7. O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos pela Secretaria de Estado de Educação e Cultura - SEE, incluindo os pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado.

45.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

45.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

45.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

45.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



45.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159);

45.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021);

45.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021);

45.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21;

45.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **46. DA TRANSIÇÃO CONTRATUAL E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO**

### **46.1. Disposições gerais**

46.1.1. A transição contratual e a transferência de conhecimento têm por objetivo assegurar a soberania tecnológica da SEE/AC, a continuidade dos serviços digitais essenciais à gestão educacional e a minimização de riscos de descontinuidade, perda de conhecimento institucional ou interrupção dos sistemas durante o término do contrato, rescisão ou substituição da contratada.

46.1.2. As obrigações previstas nesta seção observam o disposto no art. 110 da Lei nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 11.363/2023 e nas diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025, sendo essenciais ao objeto da contratação e integrantes do catálogo de serviços.

### **46.2. Do Plano de Transição**

46.2.1. A contratada deverá elaborar e submeter à fiscalização da SEE/AC, no prazo máximo de **60 (sessenta) dias corridos antes do término previsto do contrato** ou da data de comunicação de rescisão/encerramento antecipado, um **Plano de Transição detalhado**, contendo no mínimo:

- 46.2.1.1. a) cronograma físico-financeiro das atividades de transição;
- 46.2.1.2. b) responsabilidades compartilhadas entre contratada, SEE/AC e eventual nova contratada/futura equipe interna;
- 46.2.1.3. c) mecanismos de acompanhamento e relatórios semanais a serem apresentados à fiscalização;
- 46.2.1.4. d) plano de contingência para manutenção da operação dos sistemas durante a transição;
- 46.2.1.5. e) procedimentos detalhados de shadowing e capacitação.

46.2.2. O Plano de Transição deverá ser atualizado e reapresentado sempre que ocorrer prorrogação da vigência contratual, alteração significativa no escopo dos serviços ou substituição de profissionais-chave, nos prazos estabelecidos nesta seção.

46.2.3. A SEE/AC poderá, mediante justificativa técnica, exigir revisão extraordinária do Plano de Transição sempre que eventos supervenientes indicarem necessidade de adequação das estratégias de transição.

### **46.3. Da transição de entrada (setup)**

46.3.1. Nos primeiros **30 (trinta) dias** contados da assinatura do contrato ou da emissão da primeira Ordem de Serviço, a contratada deverá realizar o levantamento detalhado do ambiente tecnológico, arquitetura, documentação existente e processos críticos dos sistemas sob sua responsabilidade.

46.3.2. A ausência ou insuficiência de documentação pretérita fornecida pela SEE/AC não exime a contratada de mapear, documentar e transferir à Administração o conhecimento necessário à continuidade dos serviços de sustentação e desenvolvimento durante este período.

### **46.4. Da transferência de conhecimento durante a vigência**

46.4.1. Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá elaborar e entregar à fiscalização, até o **5º (quinto) dia útil do mês subsequente**, relatórios mensais de transferência de conhecimento, contendo no mínimo:

- 46.4.1.1. a) descrição das atividades de sustentação e desenvolvimento realizadas no período;
- 46.4.1.2. b) atualizações no código-fonte, documentação técnica (diagramas de classe, sequência, entidade-relacionamento, infraestrutura) e manuais de operação;
- 46.4.1.3. c) registro de treinamentos, sessões de repasse técnico ou shadowing realizados, com indicação de carga horária,

participantes e conteúdo programático;

46.4.1.4. d) identificação de lacunas de conhecimento e ações corretivas propostas.

46.4.2. Os relatórios mensais serão validados pela fiscalização da SEE/AC e servirão como evidência para a mitigação de riscos de perda institucional, integrando o acompanhamento da governança contratual.

#### 46.5. **Da transição de saída (desmobilização)**

46.5.1. A contratada deverá entregar à SEE/AC, **até 90 (noventa) dias antes do término previsto do contrato** ou da data de comunicação de rescisão/encerramento antecipado, o **Relatório Final de Situação**, contendo:

46.5.1.1. a) código-fonte atualizado, comentado e versionado em repositório indicado pela Secretaria;

46.5.1.2. b) documentação completa de arquitetura (diagramas de classe, sequência, entidade-relacionamento, infraestrutura e deploy);

46.5.1.3. c) manuais de implantação (deploy), scripts de configuração de ambiente, banco de dados e migrations versionadas;

46.5.1.4. d) listagem de pendências conhecidas (bugs, débitos técnicos, vulnerabilidades) e sugestões de melhorias futuras.

46.5.2. Além do Relatório Final, a contratada deverá realizar sessões de treinamento e repasse técnico (hands-on) para a equipe da SEE/AC ou para a futura contratada, sem custos adicionais, abrangendo rotinas críticas, regras de negócio complexas e procedimentos operacionais. A carga horária mínima é de 80 (oitenta) horas técnicas, distribuídas em até 60 (sessenta) dias corridos contados da data de aprovação do Relatório Final pela fiscalização, devendo ser integralmente concluída antes da data de extinção do contrato. Ao final, será aplicada avaliação de efetividade (ex.: testes práticos ou questionários).

46.5.3. Shadowing (acompanhamento assistido): a contratada deverá assegurar que profissionais sênior atuem em paralelo com a equipe da SEE/AC ou da futura contratada por um período mínimo de 30 (trinta) dias úteis, imediatamente após a aprovação do Relatório Final e em até 45 (quarenta e cinco) dias úteis antes do término do contrato, para suporte à operação contínua, resolução de incidentes e transferência prática de conhecimento. A SEE/AC poderá, a seu critério, prorrogar o período de shadowing por até 15 dias úteis adicionais, desde que a prorrogação seja solicitada com pelo menos 10 dias úteis de antecedência em relação ao término contratual, sem ônus para a Administração, caso identifique lacunas remanescentes.

46.5.4. Caso, por motivo não imputável à contratada, a SEE/AC aprove o Relatório Final tardiamente a ponto de inviabilizar a conclusão do treinamento e do shadowing antes do término contratual, as partes poderão celebrar termo aditivo para prorrogação excepcional do contrato exclusivamente para fins de conclusão das atividades de transição, pelo prazo estritamente necessário, sem pagamento adicional pela Administração, ressalvados os custos de manutenção da equipe mínima de transição, se houver previsão orçamentária.

#### 46.6. **Da propriedade intelectual**

46.6.1. Todos os artefatos, códigos-fonte, bibliotecas customizadas, documentações técnicas e funcionais, bem quaisquer outros produtos gerados no âmbito deste contrato, são de propriedade exclusiva e intransferível da Secretaria de Estado de Educação e Cultura do Acre (SEE/AC), que detém o direito de modificação, evolução, distribuição e uso a qualquer tempo, independentemente de autorização ou pagamento adicional à contratada.

#### 46.7. **Das penalidades específicas pelo descumprimento das obrigações de transição**

46.7.1. O descumprimento ou atraso injustificado das obrigações previstas nesta seção (Plano de Transição, relatórios mensais, Relatório Final, treinamento, shadowing ou entrega de artefatos) sujeitará a contratada às seguintes sanções:

46.7.1.1. a) retenção da última parcela do contrato ou do valor correspondente à garantia contratual até a regularização integral das pendências;

46.7.1.2. b) **multa diária de 0,5% (meio por cento) do valor mensal fixo da sustentação (Item 2)**, por cada dia de atraso no cumprimento de qualquer obrigação de transição, contado a partir do dia subsequente ao prazo final estabelecido neste Termo de Referência para a respectiva obrigação, limitada a 10% (dez por cento) do valor total estimado do contrato.

46.7.2. Para fins de aplicação da multa, consideram-se prazos finais ajustados:

46.7.2.1. a) **Relatório Final**: até 90 (noventa) dias antes do término do contrato;

46.7.2.2. b) **Treinamento (80 horas)**: até a data de extinção do contrato, devendo ser concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados da aprovação do Relatório Final pela fiscalização;

46.7.2.3. c) **Shadowing (30 dias úteis)**: até 45 (quarenta e cinco) dias úteis antes do término do contrato, contados da aprovação do Relatório Final.

46.7.3. **Não configurarão atraso punível** os períodos em que o cumprimento da obrigação de transição tenha sido inviabilizado por ato ou omissão da Administração, especialmente por atraso na aprovação do Relatório Final ou na disponibilização de equipe interna para o shadowing. Nessa hipótese, o prazo para a contratada será prorrogado automaticamente pelo mesmo número de dias de atraso imputável à SEE/AC, sem aplicação de multa.

46.7.4. Em casos graves, assim considerados a não entrega do Plano de Transição, a ausência injustificada dos relatórios mensais por dois meses consecutivos, a não apresentação do Relatório Final no prazo (após descontado eventual atraso da Administração), a recusa em realizar o treinamento mínimo de 80 horas ou a falha recorrente no shadowing que comprometa a continuidade dos serviços, aplicar-se-á **multa diária agravada de 1% (um por cento) do valor mensal fixo da sustentação**,

limitada a 20% (vinte por cento) do valor total estimado do contrato, além da possibilidade de rescisão motivada por inadimplemento grave e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos dos arts. 155 a 158 da Lei nº 14.133/2021.

46.7.5. As multas previstas neste item são cumulativas com a retenção de pagamentos e com as demais sanções administrativas cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa prévia à sua aplicação.

#### 47. DA POLÍTICA ANTICORRUPÇÃO

47.1. A CONTRATADA se compromete a estritamente cumprir todas as normas legais vigentes no país, abrangendo, entre outras, a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e a Lei de Combate à Lavagem de Dinheiro (Lei nº 9.613/1998), assim como adere às políticas internas da CONTRATANTE.

47.2. A CONTRATADA assegura, mediante livre manifestação, que nenhum dos seus representantes, administradores, diretores, sócios, consultores ou partes relacionadas esteja, direta ou indiretamente, envolvido em atividades que constituam infração administrativa, de acordo com os preceitos da Lei Anticorrupção.

47.3. De igual modo, a CONTRATADA garante que nem ela nem qualquer das pessoas mencionadas na Cláusula anterior forneceram, pagaram ou consentiram em pagar, tampouco concordaram em dar presentes ou objetos de valor a qualquer indivíduo ou entidade, seja de natureza pública ou privada, com o propósito de obter vantagens indevidas para si ou para a CONTRATANTE, e se compromete a continuar a agir dessa maneira ao longo da vigência deste contrato.

47.4. As partes comprometem-se a não celebrar acordos de emprego ou estabelecer relacionamentos profissionais com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades ilícitas, com especial atenção àquelas que estejam sob investigação por violações das leis anticorrupção e contra a lavagem de dinheiro.

47.5. É dever da CONTRATADA notificar a CONTRATANTE, imediatamente e por escrito, sobre quaisquer suspeitas ou violações das leis vigentes, assim como no caso de tomar conhecimento de qualquer ato de suborno ou corrupção.

47.6. A desobediência, por parte da CONTRATADA, às normas anticorrupção e ao estabelecido neste contrato será considerada uma infração grave, podendo acarretar na rescisão unilateral do contrato pela CONTRATANTE, sem ônus ou penalidades, além da responsabilização da CONTRATADA por eventuais prejuízos e danos resultantes.

#### 48. DA MATRIZ DE RISCOS

48.1. A gestão de riscos desta contratação está integrada ao modelo híbrido de execução, aos níveis de serviço, à governança ágil e às cláusulas de transição contratual.

##### 48.2. Quadro de Riscos e Estratégias de Tratamento

ID	Risco (evento)	Probabilidade	Impacto	Medida de Prevenção (Mitigação)	Plano de Contingência
01	Baixa qualidade dos artefatos entregues	Média	Alto	Exigência de testes automatizados, code review e aceite técnico rigoroso pelo DETEI.	Rejeição da entrega, glosa e correção obrigatória pela contratada sem custos adicionais.
02	Indisponibilidade dos sistemas durante migração	Média	Alto	Planejamento de janelas de manutenção e uso obrigatório de ambientes segregados.	Rollback imediato para a versão estável anterior e comunicação imediata aos usuários.
03	Rotatividade excessiva da equipe técnica	Alta	Médio	Exigência de plano de transferência de conhecimento e documentação técnica atualizada.	Substituição imediata do profissional e aplicação de sanções em caso de descumprimento de prazos.
04	Orçamento insuficiente para o Banco de HST	Baixa	Alto	Monitoramento mensal do consumo de HST e priorização rigorosa do backlog pelo DETEI.	Readequação do cronograma de desenvolvimento e busca de suplementação orçamentária.
05	Falhas na segurança ou vazamento de dados	Baixa	Muito Alto	Implementação de requisitos de segurança (OWASP), criptografia e auditorias periódicas.	Acionamento do Plano de Resposta a Incidentes, notificação à ANPD e correção de vulnerabilidades.
06	Dependência tecnológica (Vendor Lock-in)	Baixa	Médio	Propriedade integral do código pela SEE e uso de tecnologias de código aberto (Open Source).	Transferência do código-fonte para ambiente controlado pela SEE e capacitação da equipe interna.
07	Ineficiência no fluxo de escalonamento entre equipes (Júnior para Sênior)	Média	Médio	Definição de matriz de complexidade objetiva no TR e SLAs específicos para triagem e transição de demandas.	Intervenção direta da fiscalização para escalonamento compulsório via Ordem de Serviço de HST em casos críticos.

08	Subjetividade na aferição de resultados e SLAs	Baixa	Médio	Utilização de ferramentas automatizadas de monitoramento e catálogo de serviços com critérios de aceite pré-definidos.	Mediação técnica pela gestão do contrato e revisão dos critérios de aceite em conjunto com a contratada.
09	Documentação insuficiente ou desatualizada	Alto	Médio	Condicionamento do aceite das HSTs e das parcelas de sustentação à atualização dos artefatos no repositório.	Retenção de percentual do pagamento (Glosa) até a regularização da documentação técnica e funcional.

48.3. A gestão e a revisão periódica dos riscos caberão ao Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação (DETEI), em conjunto com a unidade de compras da SEE/AC.

48.4. Nenhuma Ordem de Serviço será considerada liquidada sem o respectivo Termo de Recebimento Definitivo, emitido após testes que comprovem a ausência de erros críticos e o repasse integral de artefatos.

48.5. A presente matriz está em estrita conformidade com o art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, com o art. 10 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e com a Instrução Normativa CGE nº 001/2024.

#### 49. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E CRITÉRIOS SOCIAIS (ART. 18, § 1º, XII, DA LEI 14.133/2021)

49.1. A presente contratação observa as diretrizes de sustentabilidade ambiental, eficiência pública e responsabilidade social, em estrita consonância com o Art. 5º e o Art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como com as disposições aplicáveis do Decreto do Estado do Acre nº 11.363/2023.

49.2. Considerando que o objeto contratual engloba serviços técnicos de tecnologia da informação, desenvolvimento e sustentação de sistemas, a Contratada deverá adotar práticas de **Sustentabilidade Digital (Green IT)**, otimização de recursos tecnológicos e mitigação de impactos ambientais no decorrer da execução contratual, englobando as seguintes medidas:

49.2.1. a) Eficiência Energética e Computacional: Adotar padrões de desenvolvimento de software que priorizem a otimização de códigos, consultas eficientes a bancos de dados e algoritmos de alto desempenho, visando reduzir o consumo de processamento e a pegada de carbono nos servidores e infraestrutura em nuvem utilizados pela Plataforma ATENA;

49.2.2. b) Mitigação de Resíduos Eletroeletrônicos: Garantir que as atividades de suporte presencial e manutenção de hardware ou infraestrutura local obedeçam às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), providenciando o descarte ecologicamente correto ou a logística reversa de quaisquer componentes eletrônicos substituídos que estejam sob sua responsabilidade;

49.2.3. c) Racionalização de Recursos de Consumo: Estimular o uso de ferramentas de colaboração digital e fluxos eletrônicos de trabalho para o compartilhamento de relatórios, atas de reunião e documentos técnicos de engenharia de software, vedando a impressão desnecessária de papéis e insumos de escritório no ambiente de execução dos serviços;

49.2.4. d) Conscientização Continuada: Orientar e treinar periodicamente seus colaboradores a respeito da racionalização do consumo de energia elétrica nas estações de trabalho e adoção de boas práticas socioambientais alinhadas às diretrizes institucionais da SEE/AC;

49.2.5. e) Responsabilidade Social e Inclusão: Assegurar que as interfaces, módulos e sistemas desenvolvidos ou evoluídos na Plataforma ATENA observem as diretrizes do Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG), garantindo a inclusão digital e o pleno acesso dos portais públicos a pessoas com deficiência, em atendimento à Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

#### 50. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

50.1. A licitação utilizará o seguinte critério de julgamento: **MENOR PREÇO GLOBAL**;

50.2. No valor global da proposta apresentada, deverão estar incluídos todos os IMPOSTOS, ENCARGOS SOCIAIS E DEMAIS DESPESAS, pertinentes à execução do objeto deste Termo;

50.3. O quantitativo a ser entregue deverá estar em conformidade com a Ordem de Serviço a ser emitida pelo Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação desta Secretaria de Estado de Educação e Cultura (SEE/AC);

50.4. Se houver reincidência quanto às reclamações e devoluções dos artefatos de software em desconformidade, serão adotadas as medidas punitivas cabíveis.

50.5. A Proposta de Preços será composta pela Proposta Sintética e pela Planilha de Proposta Analítica, as quais constituem documentos complementares e indissociáveis. A Proposta Sintética será utilizada para consolidação e julgamento dos valores ofertados, enquanto a Planilha Analítica servirá para demonstrar a composição e a exequibilidade dos preços.

#### 51. DOS ANEXOS DESTES TERMO DE REFERÊNCIA

51.1. Os anexos listados neste item constituem partes integrantes e indissociáveis do presente Termo de Referência para todos os fins técnicos, operacionais e jurídicos. A inclusão destes documentos complementares justifica-se pela necessidade de detalhar as metodologias de aferição de qualidade, precificação e execução do modelo híbrido de prestação de serviços adotado pela SEE/AC (Sustentação Fixa Mensal + Desenvolvimento por Hora de Serviço Técnico - HST). Dessa forma, os anexos servem como guias objetivos para balizar a atuação da empresa contratada, a fiscalização da Administração e a formulação das propostas das licitantes. Segue a lista dos anexos:

- a) Anexo I DECLARAÇÃO DE INTEGRALIDADE DOS CUSTOS TRABALHISTA ( 0021209062);
- b) Anexo II DECLARACAO\_QUE\_ATENDE\_AOS\_REQUISITOS\_DE\_HABILITACA (0021209145);
- c) Anexo III DECLARACAO\_QUE\_NAO\_EMPREGA\_MENOR\_DE\_IDADE (0021209275);
- d) Anexo IV CATALOGO\_SERVICOS\_SEE (0021209379);
- e) Anexo V MODELO\_DE\_TERMOS\_DE\_CIENTIA (0021209448);
- f) Anexo VI MODELO\_DE\_TERMOS\_DE\_CONFIDENCIALIDADE\_E\_SIGILO (0021209517);
- g) Anexo VII CONSOLIDACAO\_DE\_DECLARACOES\_DE\_HABILITACAO (0021209593);
- h) Anexo VIII DECLARACAO\_DE\_DISPENSA\_DE\_VISTORIA (0021209670);
- i) Anexo IX MATRIZ\_DE\_COMPLEXIDADE\_E\_ENQUADRAMENTO (0021209750);
- j) Anexo X ROTEIRO\_DA\_PROVA\_DE\_CONCEITO\_PoC\_ (0021209826);
- k) Anexo XI TABELA\_DE\_GLOSAS\_E\_SANCOES (0021209886);
- l) Anexo XII PROPOSTA\_DE\_PRECOS\_SINTETICA (0021209971);
- m) Anexo XIII MODELO\_PLANILHA\_ANALITICA (0021210228);
- n) Anexo XIV MODELO\_PLANILHA\_DE\_COMPOSICAO\_DE\_CUSTOS\_em\_Branco (0021210326).

## 52. DA JUSTIFICATIVA DE NÃO PUBLICAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS (LEI Nº 14.133/2021, ART. 86)

52.1. O presente processo tem por objeto a contratação de serviços técnicos de Tecnologia da Informação para sustentação e desenvolvimento de software, com remuneração baseada em valor fixo mensal e Hora de Serviço Técnico (HST) via catálogo, em estrita conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025.

52.2. Nos termos do art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Intenção de Registro de Preços (IRP) visa possibilitar a participação de outros órgãos e entidades em futuras Atas de Registro de Preços. Entretanto, com fundamento no § 1º do referido artigo, justifica-se a não realização da IRP pelos seguintes motivos técnicos e administrativos:

52.2.1. **Especificidade Técnica da Contratação:** Os serviços objeto da presente contratação destinam-se à sustentação, manutenção e desenvolvimento de sistemas de informação que atendem às necessidades específicas deste órgão, envolvendo regras de negócio, arquiteturas tecnológicas, integrações, requisitos de segurança da informação e processos institucionais próprios. A eventual participação de outros órgãos, com diferentes ambientes tecnológicos e demandas distintas, poderia comprometer a adequada definição do escopo contratual, dos níveis de serviço e da estimativa de consumo de Horas de Serviço Técnico (HST), aumentando significativamente a complexidade da contratação.

52.2.2. **Planejamento e Celeridade Processual:** A contratação está vinculada ao planejamento estratégico de Tecnologia da Informação e à necessidade de garantir a continuidade dos serviços de sustentação e evolução dos sistemas corporativos utilizados pela Administração. A abertura de IRP demandaria a consolidação e análise de necessidades de outros órgãos interessados, ocasionando dilação dos prazos processuais e potencial comprometimento do cronograma de contratação, com riscos à continuidade dos serviços essenciais de TI e ao atendimento das demandas institucionais.

52.2.3. **Exclusividade da Demanda:** O dimensionamento da contratação, incluindo o quantitativo estimado de HST, o catálogo de serviços técnicos, os níveis mínimos de atendimento e os indicadores de desempenho, foi elaborado com base exclusivamente nas necessidades deste órgão, considerando seu ambiente tecnológico, seu portfólio de sistemas e suas prioridades estratégicas. Dessa forma, a demanda apresenta características específicas que não justificam a formação de registro de preços compartilhado.

52.3. Assim, considerando que a demanda possui características técnicas próprias, está diretamente relacionada à sustentação e evolução de sistemas estratégicos da SEE e foi dimensionada para atender necessidades institucionais específicas, a não publicação da Intenção de Registro de Preços encontra-se devidamente fundamentada, observando os princípios da eficiência, do planejamento, da economicidade e do interesse público, nos termos do art. 86, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

## 53. DO ORÇAMENTO SIGILOSO

53.1. Mesmo sendo a adoção do orçamento sigiloso medida discricionária, justifica-se, o orçamento sigiloso, visando mitigar a assimetria de informações entre o mercado privado e a Administração Pública, pois, as empresas licitantes deverão apresentar sua proposta com base em suas próprias estimativas de custos, deixando de usar a referência de preços que a Administração disponibilizou.

53.2. Força-se, assim, que as licitantes tenham uma área profissional de orçamentação/custos, capaz de formar o preço de mercado da empresa para esta realidade de contratação.

## 54. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

54.1. Todas as despesas relativas à execução do objeto, tais como: mão de obra, impostos, taxas, emolumentos, leis sociais, etc., correrão por conta da Contratada;

54.2. As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da

contratação;

54.3. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 14.133/2021, com suas posteriores alterações e legislação correlata.

**55. DO FORO**

55.1. O FORO para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do Registro de Preços e das contratações dele decorrentes será o da Comarca de Rio Branco/AC, da Justiça Comum Estadual.

**Responsável Técnico:**

**José Carlos Batista de Souza Neto**

Chefe do Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação - DETEI.

Matrícula nº 9442910-1 - Portaria SEE nº 1995/2025

**Equipe de Planejamento da Contratação (portaria 1574/2026):**

**Júlio César Nogueira da Silva**

matrícula: 9210490-1

**Pamela da Silva Araújo Vidal**

matrícula 9561935-2



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR NOGUEIRA DA SILVA, Chefe de Departamento**, em 12/06/2026, às 13:28, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **PÂMELA DA SILVA ARAÚJO VIDAL, Assessor(a) Técnico(a)**, em 12/06/2026, às 14:04, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CARLOS BATISTA DE SOUZA NETO, Chefe de Departamento**, em 12/06/2026, às 15:03, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0021331454** e o código CRC **EBF663EC**.

Referência: Processo nº 0014.004769.00245/2025-22

SEI nº 0021331454

## ANEXO II DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo nº 0014.004769.00245/2025-22

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/20\_\_

PROCESSO Nº \_\_\_\_/20\_\_

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/20\_\_ – CPL \_\_\_\_

VALIDADE: 01 (UM) ANO A CONTAR DA SUA ASSINATURA

Aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_ do ano de dois mil e \_\_\_\_, na Secretaria de Estado de \_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF), sob o número \_\_\_\_/\_\_\_\_-\_\_, com sede na \_\_\_\_, nº \_\_\_\_ – Bairro \_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_-\_\_, neste município \_\_\_\_, por seus representantes legais, nos termos do Decreto Estadual nº 11.363/23 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21, e, das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO \_\_\_\_ PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/20\_\_ - CPL \_\_\_\_**, do processo nº \_\_\_\_/20\_\_ e a respectiva Homologação pelo Secretário \_\_\_\_, **RESOLVE**, registrar os preços para a Aquisição de \_\_\_\_, de acordo com o Edital e seus anexos, que passam a fazer parte integrante desta Ata, tendo sido referidos preços oferecido pelas empresas cujas propostas foram classificadas em 1º lugar no certame.

### 1. DO OBJETO

1.1. O presente documento tem por objeto a contratação de serviços especializados em sustentação e desenvolvimento de software para o Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação (DETEI), com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços tecnológicos e possibilitar o avanço das funcionalidades dos sistemas em uso pela SEE.

### 2. DO(S) DETENTOR(ES) DA ATA REGISTRADO(S), DOS PREÇOS E DOS SERVIÇOS

2.1. Os preços ofertados pela empresa classificada em primeiro lugar, por objeto/item, signatárias da presente Ata de Registro de Preços consta do **“Encarte I”**, que constituem anexo a presente Ata de Registro de Preços.

2.2. Fica registrado que a empresa vencedora do certame, doravante denominada DETENTORA DA ATA, compromete-se a fornecer os produtos e/ou executar os serviços constantes nesta Ata de Registro de Preços, observadas as especificações, quantidades, condições, prazos e valores estabelecidos no instrumento convocatório, em seus anexos e na proposta apresentada.

2.3. Os preços registrados constituirão, para todos os efeitos legais, os valores máximos a serem praticados durante a vigência desta Ata, incluindo todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, fretes, seguros e quaisquer outras despesas necessárias ao integral cumprimento do objeto contratado.

2.4. Os serviços e/ou fornecimentos deverão ser executados de forma contínua, eficiente e em conformidade com os padrões de qualidade exigidos pela Administração, atendendo integralmente às especificações técnicas constantes do Termo de Referência e demais documentos que integram o procedimento licitatório.

2.5. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações, facultando-se a realização de procedimento específico para aquisição ou contratação pretendida, assegurada preferência ao DETENTOR DA ATA em igualdade de condições.

2.6. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro devidamente comprovado, os preços registrados poderão ser revistos na forma da legislação aplicável e das disposições previstas nesta Ata.

### 3. DA VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação terá vigência inicial de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

3.2. A vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, por **igual período** (mais 12 meses), uma única vez, desde que:

3.2.1. Seja devidamente comprovada a **manutenção da vantajosidade** dos preços registrados, mediante nova pesquisa de mercado ou outro meio idôneo, realizada pela Administração;

3.2.2. Seja formalizada por **termo aditivo** celebrado dentro do prazo de vigência original da Ata;

3.2.3. Haja interesse da Administração na continuidade dos serviços.

3.3. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, **os quantitativos máximos registrados** (Item 1 – HST e Item 2 – faixas de sustentação) **serão renovados integralmente**, independentemente do consumo ocorrido no período anterior, restabelecendo-se o saldo original previsto na tabela do item 4.1 deste Termo de Referência.

3.4. A renovação integral dos quantitativos prevista Termo de Referência tem por objetivo garantir a continuidade dos

serviços de sustentação e desenvolvimento de software, de natureza essencial, contínua e sob demanda, especialmente diante da imprevisibilidade do volume de ordens de serviço e da necessidade de evolução constante da Plataforma ATENA e demais sistemas corporativos da SEE/AC, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar (ETP nº 0019455341), o Plano de Contratações Anual (PCA 2026) e as diretrizes da Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025.

3.5. A possibilidade de renovação dos quantitativos foi devidamente considerada na fase de planejamento da contratação, constando expressamente deste Termo de Referência e devendo constar também do Edital, observados os princípios da legalidade, da transparência, da eficiência e da vantajosidade.

3.6. A prorrogação da Ata com renovação de quantitativos **não se configura como acréscimo** nos termos do art. 125 da Lei nº 14.133/2021, mas como extensão natural do instrumento original, desde que atendidos os requisitos previstos neste item.

3.7. Na formalização do termo aditivo de prorrogação, a Administração deverá consignar expressamente:

3.7.1. A comprovação da vantajosidade;

3.7.2. O restabelecimento integral dos quantitativos máximos (HST e faixas de sustentação);

3.7.3. O novo período de vigência;

3.7.4. A motivação baseada no interesse público e na continuidade dos serviços digitais essenciais à gestão educacional.

#### **4. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas na ocorrência de situação prevista alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou de redução dos preços praticados no mercado.

4.2. O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados.

4.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado o ÓRGÃO GESTOR convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.4. Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.

4.5. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

4.6. A taxa de administração contratada será passível de reajuste após cada interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base explicitamente definida no edital, em observância ao disposto no art. 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 e às normas correlatas do Decreto Estadual nº 11.363/2023/AC.

4.7. O reajuste da taxa de administração será realizado mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou de outro índice oficial que venha a substituí-lo, apurado no período de 12 (doze) meses, mantendo-se as demais condições contratuais inalteradas.

4.8. O valor dos créditos destinados à aquisição dos serviços técnicos de TI para sustentação e desenvolvimento de software, a serem disponibilizados aos beneficiários, não constitui parcela de remuneração, devendo ser integralmente repassado aos estabelecimentos credenciados. Eventuais atualizações desses valores, para novos ciclos de concessão do benefício, decorrerão de novas pesquisas de mercado e de decisões da SEE/AC no âmbito do planejamento da política pública, não se confundindo com o reajuste da taxa de administração previsto neste item.

4.9. Independentemente do reajuste ordinário previsto nos subitens anteriores, as condições econômico-financeiras poderão ser revistas para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial, na forma da Lei nº 14.133/2021, em especial do art. 124, inciso II, alínea “d”, e do art. 134, bem como do Decreto Estadual nº 11.363/2023/AC, em hipóteses de caso fortuito, força maior, fato do príncipe, fato da Administração ou de acontecimentos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis de consequências incalculáveis, que tornem excessivamente onerosa ou inviável a execução nas condições originalmente pactuadas, observada a matriz de riscos, quando houver.

4.10. O eventual pedido de revisão ou de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência desta ata, instruído com demonstração analítica da variação de custos e dos fundamentos de fato e de direito que o embasam, cabendo à SEE/AC a análise e decisão, nos termos da legislação vigente e das instâncias de controle interno competentes, sem prejuízo da oitiva da Procuradoria-Geral do Estado, quando aplicável.

#### **5. DO LOCAL E PRAZO DE SERVIÇO**

5.1. De acordo com o estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

#### **6. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

6.1. As condições de fornecimento deverão ocorrer de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, Edital e seus anexos.



## **7. DO PAGAMENTO**

7.1. O pagamento deverá ser efetuado nos prazos e condições indicados no no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

## **8. ADESÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA NÃO PARTICIPANTE**

8.1. A possibilidade de adesão à Ata por órgãos ou entidades não participantes (órgãos “carona”) terá caráter excepcional e estará condicionada às diretrizes estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar da Contratação 0019455341 e Minuta de Termo de Referência 11 (0020323827), em especial quanto à preservação da vantajosidade obtida para a SEE/AC e à capacidade de atendimento da contratada.

## **9. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

9.1. Instaurar e realizar procedimento público de IRP, ou justificar sua não abertura;

9.2. Dar publicidade aos demais órgãos e entidades para que manifestem seu interesse na aquisição do bem, objeto deste termo para registro de preços, estabelecendo, quando for o caso, número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

9.3. Informar a descrição do objeto, disponibilizando o ETP, TR, projeto básico ou documento que contenha as especificações mínimas orientadoras da contratação, quando houver;

9.4. Aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP: os quantitativos considerados ínfimos; a inclusão de novos itens; e os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações.

9.5. Consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos TRs ou projetos básicos encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

9.6. Realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação ou contratação direta e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

9.7. Confirmar, junto aos órgãos ou entidades participantes, sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao TR ou projeto básico, caso o órgão ou entidade gerenciadora entenda pertinente;

9.8. Promover os atos necessários à instrução processual para a realização do processo licitatório ou contratação direta e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata de registro de preços e sua disponibilização aos órgãos ou entidades participantes;

9.9. Definir o direito de preferência para as contratações decorrentes da ata de registro de preços;

9.10. Remanejar os quantitativos da ata de registro de preços;

9.11. Assinar, gerenciar e fiscalizar o cumprimento da ata de registro de preços;

9.12. Publicar a ata de registro de preços e eventuais alterações no PNCP;

9.13. Conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

9.14. Deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o inciso IV;

9.15. Verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto no art. 303 e indeferir os pedidos que não o atendam;

9.16. Vedar a participação de órgão ou entidade que já figure como participante de ata de registro de preços vigente, formalizada com o mesmo objeto, salvo se o quantitativo registrado for inferior ao demandado ou se a intenção de participação se referir a demanda para substituição de ata de registro de preços;

9.17. Dar conhecimento aos participantes sobre eventuais alterações na ata de registro de preços;

9.18. Formalizar a prorrogação do prazo de vigência da ata de registro de preços, quando cabível;

9.19. Convocar os integrantes do cadastro de reserva, quando for o caso;

9.20. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no processo licitatório ou na contratação direta e registrá-las nos sistemas pertinentes;

9.21. Aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, e registrá-las nos sistemas pertinentes; e

9.22. Aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto no § 3º do art. 334.

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

10.1. Compete à detentora da Ata manter as condições de preço, qualidade e prazos ofertados, atender às convocações

emitidas pela SEE/AC, celebrar os contratos decorrentes, cumprir fielmente as Ordens de Serviço e respeitar os quantitativos e limites estabelecidos, sob pena de aplicação das sanções previstas na legislação vigente.

10.2. O Detentor obriga-se a:

Retirar a respectiva nota de empenho no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;

10.3. Indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a concordância ou não em relação à(s) solicitação(ões) de adesão por órgão ou entidade da Administração Pública não participante, indicando expressamente que tal contratação não prejudicaria as obrigações presentes e futuras assumidas para com o ÓRGÃO GERENCIADOR e os participantes;

- a) Observar rigorosamente todas as especificações técnicas, marcas, modelos, condições e prazos fixados no Termo de Referência integrante da presente ARP, como também na sua respectiva proposta de preços, ressalvado prova idônea da ocorrência superveniente de fato impeditivo ou dificultador do cumprimento da obrigação, devidamente aceito pelo ÓRGÃO GERENCIADOR, que justifique o fornecimento de bem de qualidade semelhante ou superior, ou a execução de forma diversa que resulte em igual ou superior resultado à contratante;
- b) Respeitar as demais condições e obrigações contidas nesta ARP e no Edital e Anexos do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 120/2024, ressalvada a ocorrência de fato(s) superveniente(s), comprovados(s) e aceito(s) pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- c) Providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela(s) CONTRATANTE(S) referentes às condições firmadas na presente ARP;
- d) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas;
- e) Prover condições que possibilitem o atendimento das obrigações firmadas a partir da data de homologação do procedimento licitatório;
- f) Manter, durante a vigência da presente ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas na proposta, todas as condições de participação e de habilitação exigidas na licitação;

## **11. DAS ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO**

### **11.1. DA ALTERAÇÃO**

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do **caput** deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

Art. 126. As alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#) não poderão transfigurar o objeto da contratação.

## 11.2. **DA EXTINÇÃO**

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

## 12. **DAS PENALIDADES**

12.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto do certame licitatório que originou a presente ata, a Administração do Órgão indicado no Edital, garantida a prévia defesa, aplicará às prestadoras de serviços as sanções previstas no Edital.

12.2. Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

### 13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

13.1. O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

- a) - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) - Não retirar a respectiva Nota de Empenho ou Autorização de prestação de serviços no prazo estabelecido pelo ÓRGÃO GESTOR, sem justificativa aceitável;
- c) - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- d) - Tiver presentes razões de interesse público.

13.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do ÓRGÃO GESTOR.

13.3. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovado.

### 14. DA PUBLICIDADE

14.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado do Acre, conforme o disposto no art. 105, alínea “c” do inciso II, da Decreto nº 11.363/2023 e nos termos do art. 321, § 4º, do mesmo Decreto, o preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e disponibilizado durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

15.1. Integram esta Ata, o EDITAL DO PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/20\_\_ CPL \_\_, anexos e as propostas das empresas classificadas em 1º, lugar no certame supra citado.

15.2. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes do Decreto Estadual nº 11.363/23 que regulamenta a Lei Federal nº 14.133/21.

15.3. As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da Comarca da cidade de Rio Branco/AC, com exclusão de qualquer outro.

15.4. E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Rio Branco/AC, \_\_ de \_\_\_\_ de 20\_\_.

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXX**

ÓRGÃO GESTOR

\_\_\_\_\_  
**XXXXXXXXX**

FORNECEDOR

**TESTEMUNHAS:**

1. \_\_\_\_\_  
CPF (MF) Nº \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_  
CPF (MF) Nº \_\_\_\_\_

**ENCARTE I**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_/20\_\_

PROCESSO Nº \_\_\_\_/20\_\_

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_/20\_\_ – CPL \_\_

VALIDADE: 01 (UM) ANO A CONTAR DA SUA ASSINATURA

**FORNECEDOR/PREÇOS REGISTRADOS POR OCASIÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA  
REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_/20\_\_ – CPL \_\_**

1. **Empresa:** \_\_\_\_\_, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ/MF nº \_\_\_\_/\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_ – \_\_\_\_, \_\_\_\_/AC, CEP: \_\_\_\_-\_\_\_\_, aqui representada por seu procurador \_\_\_\_\_, brasileiro, solteiro, representante comercial, portador da cédula de identidade (RG) nº \_\_\_\_/SSP-\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_ – Bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_/AC.
- 2.

(A) Item	(B) Descrição	(C) Unidade	(D) Quantidade Máxima	(E) Quantidade de Meses	(F) Valor Unitário (R\$)	(G) Valor Unitário Anual= (ExF)	(H) Valor Total (R\$) = (DxF)
1	Serviços de Desenvolvimento e Evolução (HST)	HST	110.000	-			
2	Serviços de Sustentação (Faixa 5 - 10 profissionais)	Mês	10	12			
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO							R\$

XXXXXXXXXXXXXXXX

ÓRGÃO GESTOR

XXXXXXXXXXXXXXXX

FORNECEDOR

Elaborado por:  
**Maria Eduarda Sampaio**

Assinado por:  
**Júlio César Nogueira da Silva**  
Chefe da Divisão de Compras e Licitações - DICL  
Portaria/SEE nº 2289/2025



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR NOGUEIRA DA SILVA, Chefe de Departamento**, em 07/05/2026, às 14:25, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020692984** e o código CRC **0B3EF0A1**.



## ANEXO III DO EDITAL - MINUTA DO CONTRATO

### MINUTA DE CONTRATO nº 91/2026/SEE - DICL

### MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2025

Processo nº 0014.014315.00075/2025-69

O \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ (MF) sob nº \_\_\_\_\_, através da \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ (MF) sob o número \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_ – bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada por \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade (RG) nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF (MF) sob o nº. \_\_\_\_\_, residente e domiciliado à \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, conforme autorização expressa no Decreto nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021, publicado no Diário Oficial do Estado nº. \_\_\_\_\_, pág. \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021, e de outro lado a empresa \_\_\_\_\_, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº \_\_\_\_\_, inscrição estadual nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade (RG) nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF (MF) sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, município de \_\_\_\_\_, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do \_\_\_\_\_, do tipo menor preço constante do Processo nº. \_\_\_\_\_, sob a forma de execução indireta, nos termos do Decreto nº. 11.363/2023, aplicando-se a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a Lei nº. 8.078 de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e demais normas legais pertinentes, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços técnicos de TI para sustentação e desenvolvimento de software, com remuneração baseada em valor fixo mensal e Hora de Serviço Técnico (HST) via catálogo.

(A) Item	(B) Descrição	(C) Unidade	(D) Quantidade Máxima	(E) Quantidade de Meses	(F) Valor Unitário (R\$)	(G) Valor Unitário Anual= (ExF)	(H) Valor Total (R\$) = (DxF)
1	Serviços de Desenvolvimento e Evolução (HST)	HST	110.000	-			
2	Serviços de Sustentação (Faixa 5 - 10 profissionais)	Mês	10	12			
VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO							R\$

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO MAPA DE RISCO;

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1.1. O Termo de Referência;

2.1.2. Análise de Riscos;

2.1.3. O Edital da Licitação;

2.1.4. A Proposta do contratado;

2.1.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

#### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1. Este contrato terá duração de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A vigência de 12 meses, em consonância com o art. 106, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 (que admite prazos superiores a 12 meses para serviços contínuos quando demonstrada a vantajosidade), justifica-se pela natureza complexa,



estratégica e de longa maturação dos serviços, consoante demonstrado no Estudo Técnico Preliminar (ETP nº 0019455341), em especial pelos seguintes fatores:

3.2.1. a) Dimensão do backlog: O consumo imediato estimado é de 58.500 HST (Item 1), distribuídas em eixos estruturantes (absorção do diagnóstico CIEB, sustentação adaptativa e governança). o prazo de 12 meses é o mínimo necessário para a execução adequada do escopo planejado. podendo ser prorrogado até 10 anos.

3.2.2. b) Migração tecnológica: A contratação visa a migração gradual do sistema legado SIMAED para a plataforma ATENA, processo que exige desenvolvimento, sustentação adaptativa, testes e validações contínuas.

3.2.3. c) Ciclos ágeis e entregas incrementais: A adoção de metodologias ágeis, com sprints de até 4 semanas (ETP 15.1.2), implica a necessidade de múltiplos ciclos para a entrega completa dos módulos estratégicos previstos (Gestão Escolar, cursos extracurriculares, painéis de BI), estimando-se a conclusão em 12 meses, prorrogáveis até 10 anos.

3.2.4. d) Alinhamento estratégico: O prazo está alinhado ao planejamento da SEE/AC de consolidação do ATENA como plataforma única até o final de 2027 (ETP 2.7.5), permitindo a gradual descontinuidade do contrato do SIMAED (nº 538/2022) e a realocação planejada de recursos orçamentários.

3.2.5. e) Transição contratual: O período viabiliza a implementação das cláusulas de transição e transferência de conhecimento (TR 8.5), incluindo plano de transição com 60 dias de antecedência, capacitação mínima de 80 horas e acompanhamento assistido (shadowing), assegurando a soberania tecnológica da SEE/AC e a continuidade dos serviços.

3.3. A prorrogação contratual, quando cabível, atenderá ao disposto no art. 106, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo atestada a vantagem econômica para a Administração Pública mediante a demonstração de que as condições e os preços permanecem vantajosos, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, conforme previsto no art. 107 da Lei 14.133/2021.

3.4. Os contratos originados do Sistema de Registro de Preços deverão ser assinados dentro do prazo de validade da respectiva Ata de Registro de Preços.

3.5. O licitante vencedor, quando regularmente convocado, deverá assinar o contrato no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

3.6. A eficácia legal do contrato estará condicionada à publicação do extrato correspondente no Diário Oficial do Estado do Acre, conforme exigências legais aplicáveis.

3.7. É expressamente vedada a celebração de contratos com prazo de vigência indeterminado.

#### 4. CLÁUSULA QUARTA- DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. A entrega e a validação dos serviços, artefatos, correções e incrementos de código ocorrerão de forma lógica e digital, mediante a disponibilização nos repositórios oficiais de versionamento de código (ex.: Git) e a implantação nos ambientes de homologação e produção mantidos ou indicados pela SEE/AC.

4.2. A coordenação técnica, as cerimônias ágeis presenciais e a gestão do contrato ocorrerão junto ao Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação (DETEI) da CONTRATANTE, localizado na Rua Rio Grande do Sul, 1907, Bairro Volta Seca, CEP 69.911-018, no horário de 07h30 às 14h00min, no município de Rio Branco/AC.

4.3. Os serviços e as entregas de software serão recebidos por servidor ou comissão designada para este fim, da seguinte forma:

4.3.1. **I - Recebimento Provisório:** no ato da submissão da Ordem de Serviço ou da conclusão da *sprint* na ferramenta de gestão de demandas, com a respectiva disponibilização do incremento de software em ambiente de homologação para testes e validação pela SEE/AC.

4.3.2. **II - Recebimento Definitivo:** ocorrerá no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, desde que cumulativamente atendidas as seguintes condições:

4.3.2.1. **a) Conformidade com o Catálogo:** A execução da Ordem de Serviço (OS) ou item de backlog deverá estar em estrita conformidade com a descrição da atividade e com os entregáveis obrigatórios listados no Catálogo de Serviços de TIC (0019620564) para o serviço contratado.

4.3.2.2. **b) Atendimento aos Indicadores de Qualidade:** A entrega deverá atingir as metas mínimas dos indicadores de qualidade estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar (ETP nº 0019455341), notadamente:

IAS (Indicador de Aceite da Entrega):  $\geq 95\%$  (ou conforme especificado no Catálogo para o serviço);

ICT (Indicador de Cobertura de Testes):  $\geq 80\%$  (ou conforme especificado);

IQC (Indicador de Qualidade de Código):  $\geq 80\%$  (ou conforme especificado);

Outros indicadores específicos previstos no Catálogo para cada família de serviço.

4.3.2.3. **c) Entrega de Artefatos:** Todos os artefatos previstos no Catálogo (código-fonte versionado, documentação, scripts, evidências de teste) deverão ser efetivamente entregues e armazenados nos repositórios oficiais da SEE/AC.

4.3.2.4. **d) Homologação Funcional:** Validação expressa do Product Owner (PO) ou da área de negócio responsável, registrada na ferramenta de gestão de demandas, atestando que a funcionalidade atende aos requisitos de negócio.

4.3.3. O descumprimento de qualquer das condições elencadas no subitem 4.3.2 implicará a rejeição da entrega e a

impossibilidade de faturamento das HST correspondentes, até que a regularização seja efetuada pela contratada e validada pela fiscalização, sem ônus adicionais para a Administração

4.4. Findo o prazo de inspeção e homologação, e comprovada a conformidade dos serviços e artefatos de software com as especificações exigidas, o Setor responsável emitirá o respectivo atesto ou TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto contratado.

4.5. Nos casos de rejeição por inconformidade técnica, defeitos (*bugs*) ou não atendimento aos critérios de aceite estipulados no Catálogo de Serviços, a CONTRATADA deverá realizar as devidas correções imediatas às suas expensas, sem cobrança de novas HSTs e sem ônus para a Administração, reiniciando-se os prazos de recebimento após a nova submissão.

4.6. O aceite e a aprovação das entregas pela CONTRATANTE não excluem a responsabilidade civil e técnica da CONTRATADA por vícios ocultos de software, falhas de arquitetura ou vulnerabilidades de segurança verificadas posteriormente em ambiente produtivo, garantindo-se à CONTRATANTE as faculdades legais aplicáveis e a imposição das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

## **5. CLÁUSULA QUINTA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;

5.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;

5.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das;

5.6. Obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **6. CLÁUSULA SEXTA- GESTOR DO CONTRATO**

6.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

6.1.1. Conhecer o inteiro teor do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;

6.1.2. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;

6.1.3. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

6.1.4. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;

6.1.5. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;

6.1.6. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;

6.1.7. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;

6.1.8. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;

6.1.9. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;

6.1.10. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público;

6.1.11. Propor medidas que melhorem a execução do contrato;

6.1.12. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;

6.1.13. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;

6.1.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

6.1.15. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia,

responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;

6.1.16. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;

6.1.17. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;

6.1.18. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;

6.1.19. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;

6.1.20. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;

6.1.21. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas;

6.1.22. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA - FISCAL DO CONTRATO**

7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

7.2. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

7.2.1. Conhecer do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

7.2.2. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos entregues;

7.2.3. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

7.2.4. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

7.2.5. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens ou materiais de consumo, verificando sua quantidade e qualidade;

7.2.6. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

7.2.7. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora;

7.2.8. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

7.2.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

7.2.10. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

7.2.11. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais requisitados foram entregues em perfeitos estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

7.2.12. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

7.2.13. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

7.2.14. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

7.2.15. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

7.2.16. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

7.2.17. Realizar, juntamente com a contratada, a verificação dos serviços ou itens nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

7.2.18. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

- 7.2.19. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;
- 7.2.20. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;
- 7.2.21. Controlar o serviço executado, aprovando somente os efetivamente realizados;
- 7.2.22. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;
- 7.2.23. Glosar os serviços contratados quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações;
- 7.2.24. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - DO PREPOSTO**

- 8.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado;
- 8.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

## **9. CLÁUSULA NONA – DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO**

- 9.1. A vedação à subcontratação do objeto fundamenta-se na necessidade de garantir a continuidade, a segurança, a padronização e a qualidade dos serviços técnicos de Tecnologia da Informação a serem prestados, considerando a natureza estratégica e sensível das atividades de sustentação e desenvolvimento de software no âmbito da Administração Pública.
- 9.2. Os serviços contratados envolvem atividades técnicas especializadas, tais como manutenção corretiva, evolutiva e adaptativa de sistemas, desenvolvimento de novas funcionalidades, suporte técnico e atendimento a demandas operacionais críticas, exigindo alinhamento contínuo entre a equipe executora e as diretrizes institucionais da contratante.
- 9.3. Nesse contexto, a execução direta pelo contratado possibilita maior controle sobre:
- a qualificação técnica da equipe responsável pelos serviços;
  - a segurança das informações e dos dados institucionais acessados durante a execução contratual;
  - a padronização dos processos de desenvolvimento, sustentação e documentação dos sistemas;
  - o cumprimento dos níveis de serviço (SLAs), prazos e metas estabelecidas contratualmente;
  - a rastreabilidade das atividades executadas e das Horas de Serviço Técnico (HST) demandadas.
- 9.4. A eventual subcontratação poderia comprometer:
- a segurança da informação e o sigilo dos dados institucionais;
  - a uniformidade técnica das entregas e dos padrões de desenvolvimento adotados;
  - a responsabilização direta da contratada em casos de falhas, indisponibilidades ou não conformidades;
  - a eficiência na comunicação entre as equipes envolvidas;
  - o cumprimento dos prazos e indicadores de desempenho previstos no contrato.
- 9.5. Além disso, a multiplicidade de agentes na execução dos serviços tende a aumentar os riscos operacionais, dificultar a fiscalização contratual e reduzir a efetividade do controle administrativo sobre as atividades executadas.
- 9.6. Dessa forma, a vedação à subcontratação mostra-se medida adequada e proporcional, alinhada aos princípios da eficiência, da segurança, da motivação e da razoabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021, visando assegurar a plena execução dos serviços técnicos de TI com qualidade, continuidade, segurança e responsabilidade técnica.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 10.1. A empresa contratada fica obrigada a apresentar a prestação de garantia contratual no valor de 3% (três por cento) do valor global do instrumento contratual, em uma das seguintes modalidades:
- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
  - b) Seguro garantia;
  - c) Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;
  - d) Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.
- 10.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração;
- 10.3. A CONTRATADA terá prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado quando optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º deste artigo (seguro-garantia).

10.4. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

#### 11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – PREÇO

11.1. O valor total do presente contrato é de R\$ \_\_\_\_\_, já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado.

#### 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante;

12.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso;

12.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da: **SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CNPJ n.º 04.033.254/0001-67**

12.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento;

12.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

12.6. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

**EM = (NxVPxI)/365, onde:**

**EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;**

**N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;**

**VP = Valor da parcela em atraso; e**

**I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.**

12.7. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco, Rio Branco - AC, 69.911-018, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da emissão da Ordem de Serviço;

12.8. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado;

12.9. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato;

12.10. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções;

12.11. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;

#### 13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - REAJUSTE DE PREÇOS

13.1. O reajuste da taxa de administração será realizado mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou de outro índice oficial que venha a substituí-lo, apurado no período de 12 (doze) meses, mantendo-se as demais condições contratuais inalteradas.

13.2. SUBCLAUSULA PRIMEIRA - Em caso de atraso no prazo da execução do contrato por responsabilidade da

CONTRATADA a mesma não terá direito ao reajustamento, mesmo que os acréscimos de prazos sejam superiores a 01 (um) ano.

13.3. SUBCLAUSULA SEGUNDA- O reajustamento deverá ser precedido de solicitação do contratada, dentro da vigência contratual, identificando o índice e o período de incidência do reajustamento.

13.4. A CONTRATADA deverá formalizar requerimento de reajuste no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após decorrido 01 (um) ano da data-base do orçamento (para o primeiro reajuste) e 01 (um) ano da data-base da concessão do último reajuste (para os reajustes seguintes), sob pena de preclusão do direito.

13.5. O transcurso do prazo de 60 (sessenta) dias sem pedido formal de reajuste pelo CONTRATADO não afastará o direito de pleiteá-lo a qualquer tempo, mas a concessão somente produzirá efeitos financeiros futuros, ou seja, em relação aos serviços ainda não medidos, mesmo que já executados.

13.6. Em caso de prorrogação contratual, a concessão de reajuste estará condicionada a comprovação de que a prorrogação não se deu por culpa exclusiva da contratada.

13.7. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser encaminhado ao fiscal do contrato, que analisará os fundamentos de fato e de direito que embasaram o pedido.

13.7.1. A análise dos fundamentos de fato e de direito do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o fiscal do contrato poderá solicitar apoio técnico ao gestor do contrato.

13.7.2. Analisado o pedido e verificada a real alteração do custo suportado pelo contratado, o fiscal do contrato se manifestará pela procedência total ou parcial do pedido, no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

13.8. Quando o fiscal se manifestar pela procedência do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral para manifestação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis. Após manifestação, a Procuradoria-Geral enviará o pedido para gestor do contrato ou da ata de registro de preços que julgará o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

13.9. Em caso de atraso na execução dos serviços atribuível à CONTRATADA, os PREÇOS contratuais serão reajustados, obedecendo-se os seguintes critérios:

13.9.1. Se os índices aumentarem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que as etapas dos serviços seriam realizadas de conformidade com o programado no cronograma Físico-Financeiro.

13.9.2. Se os índices diminuïrem, prevalecerão aqueles vigentes nas datas em que os serviços forem executados.

13.9.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

13.9.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.9.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

14.1. Constituem obrigações da Contratante, além de outras previstas no edital e na legislação pertinente, as seguintes:

14.1.1. Efetuar o pagamento, das Notas Fiscais/Faturas correspondentes, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias do recebimento das mesmas, após devidamente atestadas por servidor designado;

14.1.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

14.1.3. Dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do Contrato;

14.1.4. Notificar a CONTRATADA por qualquer irregularidade na execução do Contrato;

14.1.5. Designar um servidor, como seu representante, que irá exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização e acompanhamento de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho da CONTRATADA;

14.1.6. Receber os objetos e testá-los imediatamente;

14.1.7. Sustar a execução de quaisquer trabalhos por estarem em desacordo com o especificado ou por outro motivo que caracteriza a necessidade de tal medida;

14.1.8. Fiscalizar quando julgar conveniente, nas dependências da CONTRATADA, mesmo sem prévia comunicação, a prestação de serviços em objetos e acessórios;

14.1.9. Emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do Contrato, em especial aplicação de sanções e alterações do Contrato;

14.1.10. Solicitar à CONTRATADA através de seu representante, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;

14.1.11. Documentar as ocorrências havidas no decorrer da execução do Contrato, em registro próprio;

14.1.12. Notificar a CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da entrega;

- 14.1.13. Notificar a CONTRATADA, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção;
- 14.1.14. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da contratação, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 14.1.15. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela CONTRATADA;
- 14.1.16. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 14.1.16.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto;
- 14.1.16.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
- 14.1.16.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado.
- 14.1.17. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades e as informações necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados;
- 14.1.18. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 14.1.19. Comunicar formalmente à Contratada, através de correspondências sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato originalmente avençados;
- 14.1.20. Publicar os aditivos contratuais sempre que houver alterações e informações que possam modificar itens do contrato;
- 14.1.21. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais negociações dos preços contratados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado no instrumento de contrato;
- 14.1.22. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada;
- 14.1.23. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas contratuais, fazendo-as cumprir;
- 14.1.24. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e reajuste do contrato;
- 14.1.25. Permitir acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para a entrega do objeto, necessários ao cumprimento do contrato;
- 14.1.26. Proceder ao recebimento, atestar as respectivas faturas e proceder à liquidação e ao pagamento dos serviços prestados;
- 14.1.27. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 14.1.28. Recusar, com a devida justificativa, os materiais entregues fora das especificações constantes na proposta da Contratada;
- 14.1.29. Responder, por dano ou prejuízo que venha a ser causado à Contratada em decorrência de comprovada ação culposa da Contratante;
- 14.1.30. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 14.1.31. Verificar a regularidade da Contratada, junto ao Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre - CADUF, antes de cada pagamento;
- 14.1.32. Verificar, por ocasião do pagamento, a regularidade da Contratada junto à Seguridade Social (INSS), Caixa Econômica Federal (FGTS), Justiça do trabalho, Receita Federal, Fazenda Estadual e Prefeitura Municipal.
- 14.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA e de seus empregados, prepostos ou subordinados;

14.3. A CONTRATANTE, por meio de servidor habilitado ou de pessoas previamente designadas, deverá efetuar a fiscalização permanente da execução do contrato, garantir que seja realizada a entrega e instalação em perfeitas condições, para que o material adquirido de forma adequada afim de alcançar os resultados esperados, conforme o disposto no instrumento contratual a ser elaborado de acordo com todas as diretrizes contidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA**

15.1. Constituem obrigações da CONTRATADA, além daquelas previstas na legislação aplicável, no edital, neste Termo de Referência e no contrato:

15.1.1. Executar os serviços de sustentação e desenvolvimento de software em estrita conformidade com o objeto, requisitos, níveis de serviço (SLAs), prazos, metodologias e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, no ETP nº 0019455341 e no contrato.

15.1.2. Disponibilizar e manter, durante toda a vigência contratual, equipe técnica qualificada, em quantidade e perfis compatíveis com as exigências deste TR, garantindo a equipe fixa mínima de Sustentação e os perfis necessários para execução dos serviços remunerados por HST, conforme itens “Da Equipe Técnica e Perfis Profissionais” e “Da Qualificação Técnica”.

15.1.3. Organizar internamente sua força de trabalho, sem ingerência da Administração sobre a jornada individual dos profissionais, de modo a atender aos níveis de serviço pactuados, sendo vedada a caracterização da contratação como mero fornecimento de mão de obra.

15.1.4. Utilizar, para registro e controle das demandas de sustentação e desenvolvimento, a ferramenta de gestão de demandas e tarefas aprovada pela SEE/AC, garantindo o registro adequado de chamados, itens de backlog, estimativas e reestimativas de esforço, status de execução, evidências de testes e homologação, em conformidade com as regras deste TR.

15.1.5. Manter atualizados os repositórios de código-fonte, scripts, configurações e demais artefatos técnicos nos repositórios oficiais da SEE/AC, observando as práticas de gestão de configuração, versionamento, integração contínua e rastreabilidade de mudanças definidas no plano de gestão de configuração e nas políticas institucionais de TIC.

15.1.6. Entregar todos os artefatos previstos neste TR e no ETP, incluindo, quando aplicável, documentação técnica, manuais, diagramas, casos de uso, roteiros de testes, evidências de testes e scripts de implantação, em formato e nível de detalhamento compatíveis com as boas práticas de engenharia de software.

15.1.7. Garantir que os incrementos de software entregues sejam submetidos a testes adequados (unitários, integrados, de regressão e, quando aplicável, de desempenho e segurança) antes de sua submissão à homologação pela SEE/AC, nos termos do plano de testes apresentado pela CONTRATADA e aprovado pela Administração.

15.1.8. Observar as boas práticas de segurança da informação, proteção de dados pessoais e privacidade, em conformidade com as normas institucionais da SEE/AC, com a legislação vigente e com os requisitos não funcionais descritos no ETP e neste TR, comunicando imediatamente à Administração qualquer incidente relevante que possa comprometer a confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e sistemas.

15.1.9. Zelar pelo sigilo de todas as informações, dados, códigos-fonte, credenciais e demais elementos a que tiver acesso em razão da execução contratual, abstendo-se de utilizá-los para qualquer finalidade alheia ao objeto ou de compartilhá-los com terceiros não autorizados, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal.

15.1.10. Cooperar com a SEE/AC na gestão de riscos da contratação, fornecendo informações necessárias à atualização da matriz de riscos, bem como adotando tempestivamente as ações de mitigação sob sua responsabilidade, especialmente nos riscos relacionados à disponibilidade dos sistemas, qualidade das entregas, cumprimento de prazos e segurança da informação.

15.1.11. Cumprir os níveis de serviço (SLAs) estabelecidos neste TR, sujeitando-se às glosas e sanções cabíveis em caso de descumprimento, e apresentar, sempre que solicitado, plano de ação para correção de desvios de desempenho apontados pela SEE/AC.

15.1.12. Corrigir, às suas expensas, falhas, erros ou desconformidades identificados nos serviços prestados ou nas entregas de software realizadas, quando decorrentes de execução inadequada, sem prejuízo da responsabilização por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros.

15.1.13. Assegurar a realização de atividades de transferência de conhecimento para a equipe interna da SEE/AC, por meio de documentação adequada, sessões de capacitação, apoio em transições de versões e demais ações previstas neste TR e no ETP, de modo a reduzir a dependência da Administração em relação à CONTRATADA.

15.1.14. Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive quanto à capacidade técnico-operacional e técnico-profissional, comunicando à Administração qualquer alteração relevante que possa impactar a execução dos serviços.

15.1.15. Atender, de forma tempestiva, às solicitações, diligências e convocações da SEE/AC, do controle interno, do controle externo e de outros órgãos com competência de fiscalização, fornecendo informações, documentos e esclarecimentos relacionados à execução contratual.

15.1.16. Cumprir integralmente as disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como as cláusulas do edital, deste Termo de Referência, do contrato e de seus anexos, respondendo por quaisquer prejuízos decorrentes de sua inobservância.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Constituem sanções administrativas e demais, de acordo com o art. 155 da Lei 14.133.

Art. 155. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.](#)

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.2. A aplicação de sanção de multa observará os critérios e parâmetros definidos no Memorando-Circular nº

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, para aquele que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para aquele que não celebrar o contrato, a ata de registro de preço ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

III – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

IV - de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato;

V - de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou de documentação falsa exigida para o certame ou de declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo ou fraude de qualquer natureza;

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA -DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 17.1. Órgão Solicitante: Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE
- 17.2. Número da Unidade Orçamentária: 717.001 e 717.601
- 17.3. Programa de Trabalho: 1040.0000 e 1096.0000
- 17.4. Elemento de despesa: 33.90.40.00
- 17.5. Fontes de Recursos: 1.500.1001; 1.540.0300 e 2.570.0200

**18. CLÁUSULA OITAVA - MODELO DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**18.1. Visão geral do modelo híbrido**

18.1.1. A execução contratual adotará modelo híbrido, combinando: (i) componente de sustentação, prestado de forma continuada e remunerado por valor fixo mensal atrelado a níveis de serviço; e (ii) componente de desenvolvimento e evolução, prestado sob demanda e remunerado com base em Hora de Serviço Técnico (HST), em conformidade com as diretrizes estabelecidas na Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025 e com o Estudo Técnico Preliminar desta contratação.

18.1.2. A remuneração da sustentação não será efetuada apenas pela alocação de profissionais, mas vinculada obrigatoriamente ao cumprimento de SLAs e indicadores de desempenho, detalhados nos artefatos e/ou seções deste TR.

**18.2. Níveis Mínimos de Serviço (SLAs) e Indicadores de Desempenho**

18.2.1. A remuneração do componente de sustentação (Item 2 – valor fixo mensal) não será efetuada pela mera alocação ou disponibilidade de profissionais, mas estará obrigatoriamente condicionada ao cumprimento dos Níveis Mínimos de Serviço (SLAs) e indicadores de desempenho definidos neste instrumento, em conformidade com a Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025 e anexos deste TR.

18.2.2. Os SLAs e indicadores serão monitorados mensalmente pela fiscalização da SEE/AC, com base em relatórios gerados pela contratada e validados pela Administração. O não cumprimento implicará glosas proporcionais no valor fixo mensal, conforme faixas definidas abaixo.

18.2.3. A tabela a seguir apresenta os indicadores e as respectivas faixas de glosa aplicáveis, cujo detalhamento das fórmulas de cálculo, limites cumulativos e procedimentos de apuração constam do Anexo 0019620562– Tabela de Glosas e Sanções , que integra este Termo de Referência.

Indicador	Descrição	Meta Mínima	Impacto no Pagamento (glosa sobre o valor mensal fixo)
Disponibilidade dos Sistemas (IDS)	Percentual de tempo em que os sistemas estão disponíveis	≥ 99,5%	< 99,5% e ≥ 98%: glosa de 10% < 98% e ≥ 95%: glosa de 30% < 95%: glosa de 50% + possibilidade de rescisão
Tempo Médio de Resolução de Incidentes Críticos (TMRC)	Tempo médio para resolução de incidentes críticos	≤ 4h úteis	> 4h e ≤ 8h: glosa de 20% > 8h: glosa de 40%
Taxa de Reincidência de Problemas (TRP)	Percentual de problemas que reaparecem em até 30 dias	≤ 5%	> 5% e ≤ 10%: glosa de 15% > 10%: glosa de 30%
Índice de Atendimento a Chamados no Prazo (IAP)	Percentual de chamados atendidos dentro dos prazos	≥ 95%	< 95% e ≥ 90%: glosa de 10% < 90%: glosa de 25%

Índice de Qualidade de Código (IQC)	Adequação a padrões de qualidade	≥ 80%	< 80% e ≥ 70%: glosa de 20% < 70%: glosa de 40%
-------------------------------------	----------------------------------	-------	--

18.2.3.1. As glosas incidentes sobre o valor mensal de sustentação serão cumulativas, observados os limites e as fórmulas de cálculo detalhadas no Anexo 0019620562, que também estabelece o procedimento para apuração, validação e desconto.

18.2.4. Para o componente de desenvolvimento/evolução (Item 1 – HST):

18.2.4.1. Os serviços serão demandados via ordens de serviço (OS) com backlog priorizado pela SEE/AC.

18.2.4.2. Cada OS terá critérios de aceitação explícitos (ex.: testes unitários ≥ 80%, documentação atualizada, deploy bem-sucedido em homologação).

18.2.4.3. Os indicadores mínimos de qualidade exigidos para cada Ordem de Serviço (OS) – incluindo, mas não se limitando a, IAS (Indicador de Aceitação da Entrega), ICT (Indicador de Cobertura de Testes) e IQC (Indicador de Qualidade de Código) – serão aqueles expressamente definidos no Catálogo de Serviços de TIC (0019620564) para o respectivo código de serviço contratado, constituindo condição obrigatória para o aceite da entrega e o faturamento das HST correspondentes.

Em caso de omissão do Catálogo quanto a algum indicador para serviço específico, aplicar-se-ão as seguintes metas mínimas genéricas, estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar (ETP nº 0019455341):

a) IAS (Indicador de Aceitação da Entrega): ≥ 85%;

b) ICT (Indicador de Cobertura de Testes): ≥ 80%;

c) IQC (Indicador de Qualidade de Código): ≥ 80%, mensurado por ferramenta de análise estática (ex: SonarQube ou similar) considerando métricas de duplicação, complexidade e boas práticas.

18.2.4.4. Não cumprimento de critérios de aceitação implicará rejeição da OS e não pagamento das HST correspondentes.

18.2.5. A contratada deverá fornecer ferramenta de monitoramento e relatórios mensais automatizados até o 5º dia útil do mês subsequente. A fiscalização validará os dados em até 10 dias úteis. Glosas serão aplicadas no faturamento do mês seguinte.

18.2.6. Penalidades por descumprimento recorrente (≥ 3 meses consecutivos ou 4 alternados em 12 meses) poderão incluir advertência, multa de 10% do valor mensal fixo e rescisão motivada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

18.2.7. Os indicadores acima poderão ser ajustados por aditivo contratual, desde que mantida a vinculação a resultados e observados os tetos financeiros do registro de preços.

### 18.3. Componente de Sustentação – valor fixo mensal vinculado a SLAs

18.3.1. **Definição do Serviço:** O componente de sustentação compreende a prestação continuada de serviços de manutenção corretiva, adaptativa, perfectiva e evolutiva, suporte técnico e gestão da disponibilidade da Plataforma ATENA e sistemas integrados. A remuneração será por valor fixo mensal, correspondente ao dimensionamento da capacidade operacional necessária para o atendimento integral do escopo.

18.3.2. O dimensionamento inicial conservador (Faixa 1 – 2 profissionais) visa garantir economicidade, eficiência e controle gradual da execução, permitindo à Administração avaliar o volume real de demandas, a complexidade dos chamados e a estabilidade dos sistemas antes de eventuais escalonamentos, em observância aos princípios da razoabilidade, da economicidade e do planejamento (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

18.3.3. **Condicionamento ao Desempenho (SLAs):** O pagamento mensal está estritamente vinculado ao cumprimento dos Níveis de Serviço (SLAs) e indicadores de desempenho, incluindo, mas não se limitando a:

18.3.3.1. a) Tempos de resposta e solução de incidentes;

18.3.3.2. b) Índice de disponibilidade dos sistemas; e

18.3.3.3. c) Limites de fila de chamados e taxa de reincidência.

18.3.3.4. *Nota: O descumprimento dos SLAs ensejará glosas (descontos) proporcionais no pagamento mensal, conforme matriz de indicadores deste TR.*

18.3.4. **Redimensionamento da Capacidade (Escalabilidade):** A alteração das faixas de sustentação (dimensionamento da equipe de referência) poderá ocorrer mediante necessidade administrativa fundamentada, vinculada a:

18.3.4.1. a) Aumento comprovado da volumetria de chamados;

18.3.4.2. b) Expansão do escopo de sistemas sob sustentação; e

18.3.4.3. c) Inclusão de novos módulos estruturantes de alta complexidade.

18.3.4.4. *Nota: Toda alteração de faixa deverá observar a disponibilidade orçamentária e as premissas de custo estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar.*

### 18.4. Componente de Desenvolvimento e Evolução – serviços por HST via catálogo

18.4.1. O componente de desenvolvimento e evolução abrangerá a execução de serviços de desenvolvimento de novos módulos, evoluções estruturais, integrações, serviços especializados de dados, BI, IA, UX/UI, DevOps e outros definidos no catálogo de serviços técnicos, sendo mensurado e remunerado exclusivamente por Hora de Serviço Técnico (HST).

18.4.2. A HST adotada nesta contratação observará as diretrizes estabelecidas na Portaria SGD/MGI nº 6.040/2025, sendo definida como métrica baseada na quantidade de horas necessárias para alcançar um resultado ou entregar um produto, mediante atividades executadas por perfis profissionais previamente definidos, aferidas por critérios de aceitação e níveis de serviço estabelecidos neste TR, vedada a utilização de Unidade de Serviço Técnico (UST) ou métrica similar.

18.4.3. Cada demanda de desenvolvimento ou evolução será formalizada por meio de Ordem de Serviço (OS), backlog (lista de atividades) e roadmap (cronograma), vinculada a um ou mais serviços do catálogo técnico, com estimativa prévia de HST por tipo de serviço, fundamentada nas faixas referenciais de esforço definidas no catálogo e, quando cabível, no Roteiro de Métricas de Software do SISP, em alinhamento ao ETP

18.4.4. O consumo de HST somente será considerado para fins de faturamento após a conclusão e o aceite dos produtos e resultados associados à OS ou aos itens de backlog correspondentes, conforme critérios objetivos de aceitação previstos no catálogo e nas cerimônias de review das sprints, sendo vedada a remuneração de horas não associadas a entregas verificáveis.

18.4.5. O Banco de HST representa o limite máximo da contratação, permitindo o replanejamento anual do backlog institucional de acordo com a priorização da SEE/AC, sem obrigatoriedade de consumo integral do saldo remanescente, garantindo a eficiência do gasto público.

18.5. **Estabilidade da Equipe e Conhecimento:** Embora a gestão seja da Contratada, esta deverá garantir a manutenção de uma equipe técnica estável e fixa alocada ao projeto, visando a preservação do conhecimento crítico sobre a regra de negócio da educação estadual. Eventuais substituições de profissionais devem ser precedidas de plano de transição técnica, sem ônus para a Administração.

18.6. **Autonomia e Gestão (Vedação ao Vínculo):** A Contratada deverá executar os serviços com sua equipe própria, sendo vedada a subcontratação de profissionais ou de partes dos serviços objeto deste Termo de Referência. Contudo, em caráter estritamente excepcional, e apenas mediante justificativa pormenorizada que demonstre a comprovada impossibilidade de alocação de perfis profissionais específicos e essenciais para a execução, a Administração poderá autorizar a subcontratação, desde que previamente analisada e formalmente aceita, sem que tal permissão configure uma prática regular ou precedente para futuras demandas. Devendo observar e seguir as diretrizes:

18.6.1. a) A Contratada possui total autonomia para organizar sua equipe interna e distribuir as demandas para atingir as metas pactuadas, e garantir a disponibilidade da totalidade dos perfis requisitados;

18.6.2. b) A Administração não exercerá ingerência sobre a jornada individual, escalas ou controle de ponto dos profissionais da Contratada; e

18.6.3. c) **Figura do Preposto:** A interlocução entre a SEE/AC e a equipe técnica será realizada obrigatoriamente por meio de um Preposto designado pela Contratada, a quem competirá receber as demandas, priorizar o backlog operacional e reportar o status dos serviços, garantindo a separação jurídica entre as partes.

#### 18.7. **Integração com métodos ágeis e governança**

18.7.1. Os serviços de desenvolvimento e evolução serão executados com adoção de métodos ágeis (Scrum ou equivalente), utilizando ciclos de entrega (sprints) como unidades de planejamento, execução e aceite das demandas, cabendo à SEE/AC a priorização do backlog e o papel de Product Owner, na forma estabelecida em seção específica deste TR.

18.7.2. O modelo híbrido aqui definido será operacionalizado por meio de governança contratual que inclui: designação de gestor e fiscais do contrato, definição de papéis em times ágeis, uso obrigatório de ferramenta de gestão de demandas, realização periódica de reuniões de acompanhamento e produção de relatórios de desempenho que consolidem consumo de HST, cumprimento de SLAs e evolução do backlog.

18.7.3. Qualquer alteração relevante na lógica do modelo híbrido (sustentação fixa + HST por catálogo), que possa impactar a mensuração objetiva, a vinculação do pagamento a resultados ou a mitigação de riscos identificados no ETP, dependerá de justificativa técnica formal e de prévia análise jurídica e de controle interno, de modo a preservar a aderência às melhores práticas de contratação de serviços de TIC e às orientações dos órgãos de controle.

#### 18.8. **Da Distinção entre Sustentação e Desenvolvimento**

18.8.1. Para garantir a correta aplicação do modelo híbrido de remuneração, fica instituída a Matriz de Complexidade e Enquadramento, detalhada no Anexo 0019620561 deste Termo de Referência, que deverá ser obrigatoriamente observada para classificar toda e qualquer demanda como sendo de competência do componente de Sustentação (Item 2 – valor fixo mensal) ou do componente de Desenvolvimento (Item 1 – HST).

18.8.2. A matriz estabelece, entre outros, o critério objetivo de esforço estimado como balizador: demandas cuja estimativa de execução seja superior a 8 (oito) HST para um perfil Pleno (DESENV-02) serão automaticamente classificadas como Desenvolvimento, ressalvados os casos em que os demais critérios estruturais (criação de API, nova tela, nova regra de negócio) já determinarem esta classificação.

18.8.3. O preenchimento da matriz será realizado de forma conjunta pelo fiscal técnico do contrato e pelo preposto da contratada no momento da abertura da demanda, devendo o formulário preenchido ser anexado ao respectivo chamado (para sustentação) ou à Ordem de Serviço (para desenvolvimento), servindo como peça fundamental para a rastreabilidade e auditoria da execução contratual.

18.8.4. Em caso de divergência de classificação, prevalecerá o entendimento da fiscalização da SEE/AC, cabendo recurso à autoridade competente (Gestor do Contrato), que decidirá em última instância com base nos critérios objetivos definidos no Anexo 0019620561.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO**

19.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal;

19.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos;

19.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.

19.4. Em caso de rescisão, fará *jus* a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

19.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

19.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

19.7. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

19.8. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DOS CASOS OMISSOS**

20.0.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/21 com suas posteriores alterações e legislação correlata e Decreto Estadual nº 11.363, de 22 de novembro de 2023.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DAS ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO**

### **21.1. DA ALTERAÇÃO**

Art. 124. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

- a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - por acordo entre as partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

§ 1º Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

§ 2º Será aplicado o disposto na alínea “d” do inciso II do **caput** deste artigo às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias

ao contratado.

Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#), o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

Art. 126. As alterações unilaterais a que se refere o [inciso I do caput do art. 124 desta Lei](#) não poderão transfigurar o objeto da contratação.

## 21.2. DA EXTINÇÃO

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

## 22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - PUBLICAÇÃO

22.1. A publicação resumida do presente contrato no Diário Oficial do Estado, é condição indispensável para sua eficácia, bem como sua disponibilização em Portal Nacional de Compras será providenciada pela Contratante.

## 23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA- FORO

23.0.1. Fica eleito o foro da Justiça Comum da Comarca de Rio Branco, Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

23.0.2. E assim, por estarem às partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

## 24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ANTICORRUPÇÃO

24.1. **Compromisso com a Integridade:** A Contratada declara expressamente que não oferecerá, dará, prometerá, solicitará ou aceitará, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, suborno, propina, comissão ou qualquer outra forma de benefício ilícito a agentes públicos ou terceiros em razão deste contrato.

24.2. **Conformidade com a Legislação:** A Contratada se compromete a cumprir todas as disposições da Lei Federal n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), da Lei Estadual n.º 3.747/2021 (Programa de Integridade e Compliance do Estado do Acre) e demais normas aplicáveis.

24.3. **Canal de Denúncias:** A Contratada se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da (SECRETARIA), assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

24.4. Ouvidoria da SEE/AC

- Site: <https://see.ac.gov.br/ouvidoria/>
- E-mail: [ouvidoria@see.ac.gov.br](mailto:ouvidoria@see.ac.gov.br)
- Telefone: (68) 3215-6009
- Pessoalmente: na sede da SEE/AC na Rua Rio Grande do Sul, 1907 – Volta Seca, Rio Branco – Acre.
- E-SIC: <http://esic.ac.gov.br/>
- Horário: Segunda a quinta-feira, das 7h30 às 12h e das 14h às 17h30. Sexta-feira, das 7h às 14h.

Elaborado por:  
**Sophia de Lima e Silva**

Assinado por:

**Júlio César Nogueira da Silva**  
Chefe da Divisão de Compras e Licitações - DICL  
Portaria/SEE nº 2289/2025



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR NOGUEIRA DA SILVA, Chefe de Departamento**, em 07/05/2026, às 14:25, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0020692968** e o código CRC **2FFEC498**.

Referência: Processo nº 0014.004769.00245/2025-22

SEI nº 0020692968

**ANEXO IV DO EDITAL - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)**

**Referente:** Edital Pregão Eletrônico SRP N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_.

Apresentamos a V.S., nossa Proposta de fornecimento de serviços especializados \_\_\_\_\_, nos termos do Edital e seus Anexos.

**NOME COMPLETO DO LICITANTE:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**ENDEREÇO:** \_\_\_\_\_

**EMAIL:** \_\_\_\_\_

**TELEFONE:** \_\_\_\_\_

**CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 20.3 DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Item	Especificação	Unid.	Qtd Registro	Qtd Consumo	Valor Unitário	Valor Total
01	xx	Und.	xx	xx	xxxxxxx	xxxx

O prazo de validade de nossa proposta de preços é de xx (xxxxxxx) dias, contados da data da abertura da licitação.

Prazo de entrega conforme especificações do Anexo I.

**Declaramos** que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

**Declaramos** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal da empresa

**Notas:**

1. **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no COMPRASGOV e as especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência deste Edital prevalecerão às últimas.**
2. O prazo mínimo de validade da proposta será de 90 dias a contar da sessão pública.
3. Vide outras determinações no Anexo I – Termo de Referência, deste Edital.
4. **NOTA EXPLICATIVA:** OS VALORES A SEREM APRESENTADOS NA PROPOSTA DE LANCES PARA O ITEM 2, DEVEM SER CONSIDERADOS O VALOR UNITÁRIO DA COLUNA (F) MULTIPLICADO POR 12 (DOZE) MESES DA COLUNA (E), CONFORME VALOR RESULTANTE DA COLUNA (G).



ANEXO V DO EDITAL - MATRIZ DE RISCO

MAPA DE RISCO SEI Nº 4/2026/SEE - DETEI

MAPA DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Processo nº: 0014.004769.00245/2025-22  
Objeto: Contratação de serviços especializados de sustentação e desenvolvimento de software em modelo híbrido.  
Órgão: Secretaria de Estado de Educação e Cultura – SEE/AC

1 – MATRIZ DE PROBABILIDADE E IMPACTO (MAPA DE CALOR)

Impacto → Prob ↓	1 (Muito Baixo)	2 (Baixo)	3 (Médio)	4 (Alto)	5 (Muito Alto)
5 (Muito Alta)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4 (Alta)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> R02, R07, R08	<input type="checkbox"/> R05	<input type="checkbox"/>
3 (Média)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> R04, R09	<input type="checkbox"/> R01, R03	<input type="checkbox"/> R06, R11, R12
2 (Baixa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> R13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> R10
1 (Muito Baixa)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Legenda de Cores

Nível de Risco	Pontuação (P x I)	Cor
Baixo	1 a 5	<input type="checkbox"/> Verde
Médio	6 a 12	<input type="checkbox"/> Amarelo
Alto	13 a 25	<input type="checkbox"/> Vermelho

Posicionamento dos Riscos

ID	Risco	Prob.	Impacto	Nível	Cor
R01	Atraso no processo licitatório	3	4	12	<input type="checkbox"/> Amarelo
R02	Questionamentos ao edital (stack, PoC)	4	3	12	<input type="checkbox"/> Amarelo
R03	Propostas inexecutáveis	3	4	12	<input type="checkbox"/> Amarelo

R04	Desclassificação na PoC	3	3	9	<input type="checkbox"/> Amarelo
R05	Baixa qualidade dos artefatos	4	4	16	<input type="checkbox"/> Vermelho
R06	Indisponibilidade dos sistemas	3	5	15	<input type="checkbox"/> Vermelho
R07	Conflito Sustentação x HST	4	3	12	<input type="checkbox"/> Amarelo
R08	Rotatividade da equipe	4	3	12	<input type="checkbox"/> Amarelo
R09	Consumo inadequado do Banco de HST	3	3	9	<input type="checkbox"/> Amarelo
R10	Vazamento de dados / segurança	2	5	10	<input type="checkbox"/> Vermelho
R11	Dependência tecnológica (lock-in)	3	5	15	<input type="checkbox"/> Vermelho
R12	Insucesso na transição contratual	3	5	15	<input type="checkbox"/> Vermelho
R13	Aumento extraordinário de custos	2	4	8	<input type="checkbox"/> Amarelo

## Interpretação do Mapa de Calor

- ☐ **Zona Vermelha (Riscos Altos – 13 a 25):** R05, R06, R10, R11, R12  
*Riscos que exigem monitoramento prioritário e controles rigorosos, pois podem comprometer gravemente o sucesso da contratação.*
- ☐ **Zona Amarela (Riscos Médios – 6 a 12):** R01, R02, R03, R04, R07, R08, R09, R13  
*Riscos que merecem atenção e controles proporcionais, mas com menor potencial de dano.*
- ☐ **Zona Verde (Riscos Baixos – 1 a 5):** Nenhum risco mapeado nesta zona para esta contratação.

## Observações Gráficas

- Os riscos **R05 (Baixa qualidade)**, **R06 (Indisponibilidade)**, **R10 (Vazamento de dados)**, **R11 (Lock-in)** e **R12 (Transição)** concentram-se na zona vermelha, indicando a necessidade de **foco especial da gestão** nesses eventos.
- Os riscos **R02 (Questionamentos)**, **R07 (Conflito de classificação)** e **R08 (Rotatividade)** estão na zona amarela com probabilidade alta (4) e impacto médio (3), exigindo controles preventivos robustos.
- O risco **R10 (Vazamento de dados)** tem probabilidade baixa (2), mas impacto máximo (5), o que o coloca na zona vermelha – típico de eventos de alta severidade mesmo com baixa probabilidade.

## 2 – MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO

Atendimento ao art. 18, §1º, X da Lei nº 14.133/2021 e aos arts. 20 a 24 da IN-CGE/AC nº 001/2024

Nº	Evento de Risco	Responsável (Administração / Contratada / Compartilhado)	Medidas de Prevenção / Mitigação	Medidas de Contingência	Efeito na Possibilidade de Reequilíbrio Econômico-Financeiro
R01	Atraso no processo licitatório – demora nas fases internas/externas impactando o cronograma de substituição do SIMAED.	Administração	Elaboração prévia de ETP e TR robustos; cronograma detalhado; monitoramento diário no SEI; priorização pelo alto escalão.	Acionamento de força-tarefa para regularização de pendências; comunicação transparente com as áreas de negócio.	Risco ordinário da Administração. Não gera direito de reequilíbrio em favor da Contratada, por decorrer de gestão interna.
R02	Questionamentos e impugnações ao edital – especialmente quanto à exigência de tecnologias específicas e à realização da Prova de Conceito (PoC).	Administração	Justificativa robusta no ETP (itens 2.7.4 a 2.7.6) sobre a economicidade da manutenção do stack; definição clara de equivalência tecnológica (TR 21.1.2.4.8).	Análise técnica célere das impugnações; manutenção do diálogo com o mercado; publicação de esclarecimentos.	Risco ordinário da Administração. Não gera direito de reequilíbrio.
R03	Propostas inexecutáveis – licitantes ofertam preços abaixo do custo real para vencer o certame.	Administração	Exigência de planilhas de custos abertas e detalhadas (TR 16.1.2); análise de exequibilidade com base no Mapa Salarial da SGD/MGI (Fator-K).	Diligência para comprovação de exequibilidade; desclassificação em caso de inconsistências.	Risco ordinário da Administração na fase de licitação. Não gera direito de reequilíbrio.
R04	Desclassificação de licitantes por desempenho insatisfatório na PoC – reduzindo a competitividade.	Administração	Roteiro da PoC com critérios binários e objetivos (Anexo W); divulgação antecipada; sanção de dúvidas.	Publicação de errata com esclarecimentos adicionais, se necessário; manutenção do certame com os participantes aptos.	Risco ordinário da Administração. Não gera direito de reequilíbrio.
R05	Baixa qualidade dos artefatos entregues – descumprimento dos indicadores (IAS, ICT, IQC) e critérios de aceite.	Contratada	Indicadores de qualidade obrigatórios no Catálogo e no ETP (15.2.1); condicionamento do aceite ao cumprimento das metas.	Rejeição da entrega; não faturamento das HST; aplicação de glosas e sanções.	Risco ordinário da Contratada. Não gera reequilíbrio; ao contrário, enseja glosas e sanções.

<b>R06</b>	Indisponibilidade dos sistemas críticos – falhas no ATENA durante períodos de matrícula, fechamento de notas ou pagamento de benefícios.	<b>Contratada</b>	SLAs rigorosos (disponibilidade ≥ 99,5%) com glosas progressivas (TR 9.2.3); monitoramento automatizado; equipe de sustentação dimensionada.	Acionamento imediato da contratada; rollback para versão estável; comunicação emergencial aos usuários.	Risco ordinário da Contratada. Não gera reequilíbrio; ensaja glosas proporcionais e, em caso de reincidência, sanções.
<b>R07</b>	Conflito na classificação das demandas (Sustentação x HST) – divergência sobre o enquadramento de atividades.	<b>Compartilhado</b>	Matriz de Complexidade (Anexo Y) com critérios objetivos (criação de API, nova tela, esforço > 8h); preenchimento obrigatório para cada demanda.	Mediação pela fiscalização; decisão final do Gestor do Contrato com base na Matriz.	Em regra, não gera reequilíbrio. A decisão da Administração, quando baseada em critérios objetivos, é vinculante.
<b>R08</b>	Rotatividade excessiva da equipe técnica – perda de conhecimento e descontinuidade no atendimento.	<b>Contratada</b>	Exigência de plano de transferência de conhecimento; vedação de alterações frequentes sem aprovação da SEE (TR 4.7.3.1.6).	Substituição imediata por profissional de mesmo perfil; aplicação de sanções se houver comprometimento dos SLAs.	Risco ordinário da Contratada. Não gera reequilíbrio; pode ensejar sanções se impactar os níveis de serviço.
<b>R09</b>	Consumo inadequado do Banco de HST – sobreconsumo no início do contrato ou subutilização.	<b>Administração</b>	Limitação de 20% de consumo no primeiro ano (ETP 5.15.6.1); governança do backlog com reuniões de priorização; relatórios mensais de consumo.	Revisão do cronograma de entregas; realocação de horas entre eixos; eventual solicitação de suplementação.	Risco ordinário da Administração (gestão do backlog). Não gera direito de reequilíbrio à Contratada.
<b>R10</b>	Vazamento de dados ou falhas de segurança – exposição de informações sensíveis (LGPD).	<b>Compartilhado</b>	Exigência de boas práticas de segurança (ETP 4.5.2.1); gestão de acessos; registro de logs; cláusula de confidencialidade (TR 28.1.8).	Acionamento do Plano de Resposta a Incidentes; notificação à ANPD; correção de vulnerabilidades.	Risco regulatório e de conformidade. Pode gerar custos de adequação, a serem analisados caso a caso à luz do art. 124 da Lei 14.133/2021, sem presunção automática de reequilíbrio.
<b>R11</b>	Dependência tecnológica (vendedor lock-in) – impossibilidade de substituir a contratada por falta de documentação.	<b>Contratada</b>	Cláusulas de transição e transferência de conhecimento (TR 8.5); entrega obrigatória de artefatos; repositório Git da SEE/AC como fonte única.	Retenção do último pagamento até a regularização; aplicação das penalidades previstas (multa diária).	Risco ordinário da Contratada. Não gera reequilíbrio; ensaja sanções e retenção de pagamentos.

<b>R12</b>	Insucesso na transição contratual – descumprimento do Plano de Transição, capacitação ou shadowing.	<b>Contratada</b>	Plano de Transição obrigatório com 60 dias de antecedência (TR 8.5.2); capacitação mínima de 80h; shadowing de 30 a 60 dias.	Prorrogação compulsória do período de shadowing pela SEE; acionamento da garantia contratual.	Risco ordinário da Contratada. Não gera reequilíbrio; enseja as penalidades específicas do TR 8.5.5 e 45.6.
<b>R13</b>	Aumento extraordinário de custos – majoração de salários ou insumos não prevista.	<b>Compartilhado</b>	Previsão de reajuste contratual por índice oficial (TR 16.5); estimativa de valor com base em pesquisa de mercado (ETP 10.3).	Análise técnica do pedido à luz do art. 124 da Lei 14.133/2021; concessão apenas se comprovado fato imprevisível e impacto direto no equilíbrio.	Risco extraordinário. Pode ensejar reequilíbrio, desde que demonstrado fato imprevisível ou de consequências incalculáveis, nos termos do art. 124 da Lei 14.133/2021.

### 3 – RESPONSÁVEIS PELA GESTÃO DE RISCOS

<b>Função</b>	<b>Responsabilidade</b>
<b>Gestor do Contrato</b>	Coordenar a gestão de riscos, acionar as medidas de contingência, revisar a matriz anualmente ou quando houver alterações significativas.
<b>Fiscal Técnico</b>	Monitorar os riscos durante a execução, reportar ocorrências, aplicar as glosas e sanções cabíveis.
<b>Equipe de Planejamento</b>	Assegurar que os riscos da fase interna foram mitigados (ETP, TR, pesquisa de preços).
<b>Contratada</b>	Implementar as medidas de mitigação sob sua responsabilidade, comunicar riscos tempestivamente à fiscalização.

### 4 – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E ASSINATURAS

Declaramos que os riscos acima foram identificados, analisados e que as medidas de mitigação e contingência propostas são adequadas para o gerenciamento dos riscos da contratação, em atendimento ao art. 18, §1º, X da Lei nº 14.133/2021, ao art. 87 do Decreto Estadual nº 11.363/2023 e aos arts. 20 a 24 da IN-CGE/AC nº 001/2024.

**ERICK REIMAR SOARES SOUZA**

Integrante Técnico

**FABIO SANTOS MOREIRA**

Integrante Técnico

**José Carlos Batista de Souza Neto**

Chefe do Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação - DETEI.  
Matrícula nº 9442910-1  
Portaria SEE nº 1995/2025

## ANEXO – GLOSSÁRIO DE SIGLAS

Sigla	Significado
CMDEB	Conjunto Mínimo de Dados da Educação Básica
DETEI	Departamento de Tecnologias Educacionais e da Informação
ETP	Estudo Técnico Preliminar
FCP	Fator de Complexidade por Perfil
HST	Hora de Serviço Técnico
IAS	Indicador de Aceite da Entrega
ICT	Indicador de Cobertura de Testes
IQC	Indicador de Qualidade de Código
PoC	Prova de Conceito
SEE/AC	Secretaria de Estado de Educação do Acre
SGD/MGI	Secretaria de Governo Digital / Ministério da Gestão e Inovação
SLA	Service Level Agreement (Nível de Serviço)
SRP	Sistema de Registro de Preços
TR	Termo de Referência



Documento assinado eletronicamente por **FABIO SANTOS MOREIRA, Especialista Executivo: Analista de Sistemas**, em 02/03/2026, às 03:20, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#)



Documento assinado eletronicamente por **ERICK REIMAR SOARES SOUZA, Apoio Administrativo**, em 02/03/2026, às 06:18, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE CARLOS BATISTA DE SOUZA NETO, Chefe de Departamento**, em 02/03/2026, às 08:45, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **0019455343** e o código CRC **14DF9B50**.

Referência: Processo nº 0014.004769.00195/2025-83

SEI nº 0018782849

Referência: Processo nº 0014.004769.00245/2025-22

SEI nº 0021350692